



**Universidade Federal do Pará**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Departamento de História**  
**Programa de Pós-graduação em História da Amazônia**

**ALDAIR JOSÉ DIAS CARNEIRO**

**CASTANHEIROS, AGRICULTORES E ÍNDIOS: CONFLITOS  
PELOS USOS DA TERRA EM CASTANHAIS DO MÉDIO TOCANTINS  
(1948-1980)**

**Belém – Pará**  
**2009**

**ALDAIR JOSÉ DIAS CARNEIRO**

**CASTANHEIROS, AGRICULTORES E ÍNDIOS: CONFLITOS  
PELOS USOS DA TERRA EM CASTANHAIS DO MÉDIO TOCANTINS  
(1948-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor William Gaia Farias (DEHIS/UFPA).

**Belém-Pará  
2009**

**ALDAIR JOSÉ DIAS CARNEIRO**

**CASTANHEIROS, AGRICULTORES E ÍNDIOS: CONFLITOS  
PELOS USOS DA TERRA EM CASTANHAIS DO MÉDIO TOCANTINS  
(1948-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor William Gaia Farias (DEHIS/UFPA).

Data de Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Professor Doutor William Gaia Farias (Orientador/DEHIS/UFPA)

\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Franciane Gama Lacerda (DEHIS/UFPA)

\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Maria Antonieta Antonacci (DEHIS/PUC-SP)

\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Maria de Nazaré dos Santos Sarges (Suplente/DEHIS/UFPA)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta pesquisa aos meus irmãos,  
irmãs, amigos e amigas, especialmente  
a minha esposa e filho.

## AGRADECIMENTOS

Em todas as produções científicas requer um envolvimento quase que total de um pesquisador a seu objeto, o que força uma mudança de hábitos e provoca certo distanciamento da família e dos círculos de amizade, isso quando se visa alcançar a máxima perfeição no que está sendo proposto. No decorrer de uma pesquisa científica o pesquisador não está imune à solidão, às críticas, impaciência ou a outras dificuldades que são inerentes a essa prática. Porém, diante do conjunto de entraves encontrado na pesquisa, às vezes subjacentes, sempre surgem os adjuvantes para deixarem uma pitada de suas características, seja com palavras, seja com ações pertinentes, o que faz com que todos os trabalhos científicos sejam produções coletivas.

Portanto, diante das inúmeras dificuldades encontradas no decorrer deste trabalho não me faltaram pessoas que me proporcionassem apoio e incentivo, fazendo com que o percurso não fosse tão árduo. Agradeço principalmente a meu orientador William Gaia Farias que com maestria e brilhantismo propôs mecanismos imprescindíveis no tratamento das fontes, que por sua vez, me forneceram detalhes sobre meu objeto de pesquisa. No exame de qualificação fui premiado com comentários significativos que me direcionaram a pontos de maior valor teórico e prático, proporcionados pelos professores Franciane Lacerda e Aldrin Figueiredo. Não esquecendo o apoio determinante da professora e amiga Roseane Pinto Lima, uma das maiores responsáveis pela realização desta pesquisa.

Não consigo descrever os valorosos incentivos recebidos pelos familiares, em especial dos meus irmãos e irmãs. Dos meus amigos e amigas que contribuíram de alguma forma com este trabalho, destacando os professores de Itupiranga, Claudio Roberto Costa, Elis e Jadson Lemos com seus respectivos conhecimentos, além de destacadas preocupações com a produção histórica regional. O conhecimento adquirido nos debates com os colegas de curso na UFPA foi de grande relevância para o enriquecimento da narrativa em questão.

Agradeço também às instituições que disponibilizaram seus arquivos, compreendendo o valor da crítica histórica, em especial a Casa da Cultura de Marabá e os funcionários de seu Arquivo Público e Núcleo Arqueológico, bem como a todos os que cederam conhecimentos nas entrevistas, os senhores e senhoras da comunidade do Tauri em Itupiranga, com destaque aos senhores Mariano, Sizinando, Luiz Gomes, Sebastião Soares, Maria das Graças, Beбето, José Oliveira, cujas histórias completaram essa pesquisa.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>7</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1. A OCUPAÇÃO DOS CASTANHAIS NO MÉDIO TOCANTINS E A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS PELOS USOS DA TERRA .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2. A ECONOMIA DOS CASTANHAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>2.1. Legislação dos castanhais e os costumes da floresta.....</b>	<b>58</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3. A REPRESENTAÇÃO DO TEMPO NOS CASTANHAIS .....</b>	<b>81</b>
<b>3.1. Habitantes dos castanhais no Médio Tocantins: os valores e as representações de seus espaços e saberes .....</b>	<b>92</b>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>107</b>
<b>FONTES UTILIZADAS .....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>118</b>

## RESUMO

O trabalho em questão procura atentar para os simbolismos que os castanhais do Médio Tocantins adquiriram no decorrer de mais de meio século de ocupação, desde pelo menos 1892, sobretudo nos limites que constituíram os municípios de Marabá e Itupiranga, no Pará. Para uns, as terras de castanhais não passaram de fontes de renda, importantes vias de lucros, motivos que levaram às sucessivas apropriações dos espaços e dos produtos oriundos da floresta, principalmente por fazendeiros, comerciantes de castanhas e representantes municipais. Para outros, tornaram-se espaços inerentes à vida, e cujo próprio meio natural se revelou a essência da produção cultural, no caso dos agricultores tradicionalmente instalados em pequenos povoados e localidades isoladas que adequaram tradições aos meios ocupados e desenvolveram pequenas agriculturas, valendo-se de produtos da floresta como complemento para suas subsistências. Com base em fontes escritas e análise da memória acerca dos castanhais médio-tocantinos, além da leitura do seu espaço, essa pesquisa procurou interrogar vários desses sujeitos, destacando o período entre 1948 e 1980, com a finalidade de visualizar as causas e conseqüências desse antagonismo de idéias e pontos de vista relacionados aos modos de lidar com a terra e com os recursos disponibilizados por ela.

Palavras - chave: Castanhal, Memória, Conflito.

## ABSTRACT

This paper pays attention for the symbolisms that the groves of chestnut trees from the Medium Tocantins acquired during more than a half century of occupation since, at least, 1892, mainly on the limits from the towns of Marabá and Itupiranga/Pará. For someones, the groves of chestnut trees lands were only sources of income, important way to profit. Those were the motives because the land and the forest products were succesfully appropriated, mainly by ranchers, sellers of chest nuts and municipal representatives. Fore others they constituted inerent spaces for life and which natural environment revelated an essence of a cultural production as the case of the familiar farmers traditionally installed on little villages and isolated localities. Those adequated traditions on the occupied spaces and developed small agricultures taking as a base forest products as a complement for their subsistences. Embased by written resources and analyzing the memory about the grows of chestnut trees from the medium Tocantins detached the period between 1948 and 1980, with the purpose to visualize the causes and consequences from this antagonism of ideas and points of view relating them with the ways of dealing with the soil and the resources got available by them

Keywords: Groves of chestnut trees, Memory, Conflict



## LISTA DE FIGURAS

1. Região de castanhais do Médio Tocantins-Pará .....	16
2. Rio Tocantins, entre a foz do rio Itacaiúnas e a Praia da Rainha .....	20
3. Vila do Burgo Agrícola do Itacaiúnas .....	21
4. Carregamento do caucho no rio Tocantins .....	21
5. Casa do campo .....	23
6. A roça .....	24
7. Trecho do rio Tocantins, entre a comunidade do Tauiri e Puraquéquara .....	26
8. Trecho do rio Tocantins nas cachoeiras de Ipixuna e Alexandre .....	29
9. Garimpo de diamante na região do Tauiri .....	30
10. Micro-região de Marabá .....	31
11. Alguns dos principais rios e portos do Médio Tocantins .....	32
12. Lideranças político-sociais locais e regionais em Marabá .....	37
13. Sede do castanhal “Jenipapo” .....	38
14. Povoado na “Boca” da cachoeira de Itaboca .....	40
15. O cipó da paxiúba e a “forquilha” .....	42
16. Principais afluentes do rio Itacaiúnas .....	43
17. Ataque dos índios caiapó em castanhais de Marabá .....	45
18. Porto no povoado de Marabá .....	46
19. Porto no núcleo de Marabá .....	47
20. Paiol de castanhal em Marabá .....	48
21. Castanheiro em atividade .....	49
22. Paneiro e pé-de-bode .....	50
23. Porto de castanhal em Marabá .....	50
24. Porto no rio Itacaiúnas .....	51
25. Entrada da cachoeira de Itaboca .....	52
26. Guias de embarque .....	71
27. Requerimento da guia de embarque .....	73

28. Agrupamento de índios Gavião.....	74
29. Índios Gavião.....	75
30. Embarque de castanha no porto de Marabá.....	76
31. O vazanteiro.....	84
32. A vazante .....	85
33. O mutá.....	86
34. A prensa.....	88
35. A casa de forno.....	88
36. Capelinha do Tauri .....	90
37. Início do “Giro” do “Divino Espírito Santo” .....	90
38. Percurso do “Divino Espírito Santo” .....	90
39. Os foliões do “Divino” .....	91
40. Vazanteiros no rio Bacury, em castanhais do Médio Tocantins .....	94
41. Paiol de arroz .....	95
42. Senhor Luiz Gomes .....	98
43. Senhor Sizinando Gomes.....	100
44. Senhor Mariano Coelho .....	101
45. A “varrida” .....	104
46. Barracão aberto.....	105

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sobre os modos de vida e as visões de mundo dos tradicionais habitantes dos castanhais do Médio Tocantins é um investimento que perdura desde a minha graduação. A curiosidade e, sobretudo, as causas que me levaram a contar suas histórias e interpretar suas ações em busca de peculiaridades, devem-se ao fato de ter vivido na região desde criança, e por ter convivido com aspectos das tradições oriundas daqueles grupos em que eles sempre foram fortemente notados: os objetos, as mentalidades e, principalmente, os seus modos de lidar com os recursos naturais, são alguns exemplos. No entanto, nessa nova investida, o objetivo era ir além das simples observações empíricas, era conhecer, partindo de inspirações teórico-metodológicas, as ações, os feitos e os valores simbólicos atribuídos aos tradicionais habitantes médio-tocantinos. Porém, mesmo sendo um quase remanescente, não foi tarefa fácil, em alguns momentos da pesquisa me senti como se fosse um viajante navegando em um rio desconhecido com densas matas por todos os lados que me permitiam visualizar apenas horizontes passageiros. Assim mesmo, segui o percurso observando e registrando alguns indícios das práticas habituais desenvolvidas nos castanhais do Médio Tocantins.

Os aspectos já conhecidos e os dados colhidos na região com a pesquisa de campo; as informações sobre as regulamentações dos castanhais contidas nos jornais locais; as cartas, ofícios, decretos e portarias dos governos municipais da região e de seus fiscais de castanhais, entre 1948 e 1980, que expunham os mecanismos oficiais contra as hostilidades dos colonos tradicionais diante das empresas da castanha; as bibliografias regionais, além dos livros de contos sobre a memória local, deram-me uma base significativa para o avanço da pesquisa, porém revelaram não serem suficientes para conhecer o que realmente existia a partir da margem do rio, por trás da floresta, no espaço dos tradicionais colonos. No entanto, o caráter hostil dos colonos diante da regulamentação do espaço me levou a buscar suas justificativas. Para tanto, era preciso aportar, romper as margens e buscar as personagens e suas histórias no interior dos castanhais e trazer à tona seus rostos e suas vozes.

Entre os dados que foram sendo colhidos, estavam algumas pequenas “barracas” construídas em aberturas na mata, que por conta do baixo nível do rio e da vegetação ribeirinha era possível visualizar apenas suas coberturas de palhas do coqueiro babaçu que se confundia com uma rala fumaça, lenta e meio escura ao raiar do dia. Somente depois de aportar é que percebi que era fumaça que saía dos fogões de lenha e atravessava as paredes de barro ou de troncos de árvores pela primeira vez naquele dia, antes do vento acelerá-la. Era

um cenário daquele cotidiano. Ao redor das residências, a poucos metros delas, e que se estendiam até o rio, raras plantações do milho, feijão e arroz. O cultivo aparentava uma visível despreocupação com excedentes ou acúmulo de produção. Do outro lado da floresta ouvia-se o barulho do machado nas árvores, as vozes e as gargalhadas de moradores que decidiram se instalar mais afastados do rio. Estes, ainda mais difíceis de serem vistos do curso do rio, pois se encontravam ainda mais longe, suas vidas estavam após a margem, por trás da floresta. Somente de modo compassado apareciam nas margens os estreitos caminhos que levavam até eles ou os traziam até o rio. A cada caminho, como anúncios de existência humana, encontravam-se algumas canoas amarradas.

Foram principalmente registros como esses que me despertaram curiosidades e abriram possibilidades para ir, a partir deles, buscar novas fontes sobre o que realmente havia por trás da floresta, lá de onde vinham a fumaça, os risos, o barulho dos machados e as vozes. Ao seguir em direção à margem, o desejo de ver mais adiante estimulava novas leituras e indagações, além da vontade de desbravar o desconhecido, pois as margens do rio eram apenas o início para conhecer o que havia por trás da floresta. O que será que aqueles indivíduos cultuam? O que os faz rir? Quais os seus segredos? O que haverá realmente por trás da floresta?

Ao chegar à margem e, finalmente, atravessar a floresta, já nos espaços dos tradicionais habitantes dos castanhais, percebi que tudo que eu havia detectado sobre eles até então não fazia parte daquele momento, era extemporâneo. Os indivíduos que eu esperava encontrar por trás da floresta não estavam lá, pelo menos não naquele tempo, no tempo em que eu desejava estudá-los, nos seus cotidianos. Depois de atravessar a floresta, o desafio então passou a ser encontrá-los. Através do contato com seus espaços e conhecimentos por via de suas memórias, percebi que os habitantes tradicionais dos castanhais do Médio Tocantins se encontravam no passado, onde sempre visitam e, portanto, era para o passado que eu deveria ir. Os seus corpos estavam lá, perambulando no presente, executando algumas tarefas ditadas pelo passado, porém muitas não mais eram realizadas, eram encontradas apenas nas suas lembranças. Os valores, os hábitos e os saberes eram colhidos por via da memória e trazidos de algum lugar do passado, do diálogo com seus antecedentes. Com características nostálgicas, viviam das lembranças de outros tempos, saudosos de momentos que haviam lhes possibilitado prazeres e farturas. De acordo com Marina Maluf e, a respeito da análise da memória:

Pode-se, assim, dizer que a memória, um dos elementos que dá unidade a um grupo, depende do sentimento de um tempo presente. Pois é nessa corrente temporal contínua que reside a própria existência do grupo que retém do passado aquilo que está vivo, ou mesmo aquilo que ainda é capaz de viver na consciência do grupo.<sup>1</sup>

Com as informações colhidas sobre os habitantes dos castanhais do Médio Tocantins nos registros dos governos municipais e nos livros de relatos, essa metodologia de análise da Memória e as proposições de E. P. Thompson sobre experiências, no final da pesquisa, eu havia não só alcançado a margem do rio e atravessado a floresta, mas identificado os feitos e conhecimentos dos tradicionais habitantes dos castanhais, além de ter visitado várias vezes o passado que tanto prezam, viajando em suas lembranças. O termo “naquele tempo”, muito usado por eles, determina o momento do retorno, do diálogo com o passado, é quando trazem para o presente os acontecimentos, conhecimentos e personagens de suas histórias. Na região dos castanhais do Médio Tocantins, desde sua ocupação, certamente esse movimento veio se repetindo hereditariamente à margem do curso do rio, em forma de “memórias subterrâneas”, usando um termo de Michael Pollak.<sup>2</sup> E a propósito desse argumento, Marina Maluf comentando esse mesmo autor ressaltou que: “Ao se forjar uma memória coletiva oficial pode-se condenar a memória de indivíduos e grupos a uma vida subterrânea, cujas lembranças passam a ser transmitidas através de redes informais de comunicação, em oposição à memória enquadrada”.<sup>3</sup> E é com a análise da memória como complemento de uma pesquisa que se “pode dar a palavra aos esquecidos da história, aos que não têm capacidade, nem tempo, nem vontade de escrever”, afirmou Jean-Jacques Becker.<sup>4</sup>

Portanto, as informações sobre os valores tradicionais desenvolvidos nos castanhais médio-tocantinos foram apenas repassadas a mim por intermédio dos atuais habitantes, como guardiões do passado. O contato com essas experiências me fez organizar cronologicamente, do passado para o presente, depois de ter ido várias vezes do presente até o passado, as informações pertinentes. Eram conhecimentos distribuídos ao longo do passado e que haviam se adensado nas memórias, criando a identidade dos tradicionais colonos. Diante disso, percebi que em suas vidas nos castanhais um simples manejo da agricultura passou a se relacionar ao tempo das vazantes que se associaram aos tempos de chuvas e estiagens e, conseqüentemente, às fases da lua. Os tempos da lua, por sua vez, passaram a influenciar nos

---

<sup>1</sup> MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliana, 1995, p. 43.

<sup>2</sup> POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

<sup>3</sup> MALUF. *Op. Cit.* p. 36.

<sup>4</sup> BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 29.

tempos da pesca, da extração de produtos essenciais da floresta e nos tempos das caçadas. O hábito das caçadas se associou à sabedoria sobre as árvores e seus tempos de flores e frutos, o que determinou as esperas para os diversos tipos de caça: dos tatus, dos veados, das pacas, dos caititus, por exemplo, distribuídos cada qual em seus tempos.

Para conhecer as mais peculiares produções culturais dos habitantes dos castanhais, foi necessário conhecer as características da natureza do espaço médio-tocantino, seus benefícios e obstáculos, já que natureza e trabalho se fundiram na região. A natureza, que disponibiliza os recursos necessários à vida, assumiu um papel de mãe para os colonos, pelas possibilidades de cura através de plantas, pelos frutos distribuídos em tempos distintos e os peixes, as caças e os abrigos; e às vezes, algumas características de amante, por conta das relações íntimas mantidas com os colonos, gerando juntos produtos dessa intimidade. Percebendo esses fortes vínculos dos tradicionais colonos com seus espaços e saberes, portanto, começaram a surgir respostas sobre as hostilidades diante das legislações impostas aos castanhais do Médio Tocantins.

Verificar a região dos castanhais do Médio Tocantins pelas vias que possibilitaram a sua ocupação é o que estamos propondo no primeiro capítulo deste trabalho. Um estudo do contato dos colonos com as peculiaridades da região e, conseqüentemente, suas graduais adequações a elas. Parte do início das ocupações os diferentes valores e representações da floresta e de seus recursos, causando os diferentes usos dos espaços: de um lado a terra e os recursos naturais eram adquiridos para fins capitalistas, o lucro acima de qualquer coisa; de outro, e de forma paralela, os indivíduos que se instalaram em várias regiões ribeirinhas e fizeram dos espaços ocupados e dos recursos oferecidos por eles, essenciais e inerentes às suas vidas. No interior da região, em meio aos distintos interesses, os indígenas, os povos Gavião e Caiapó com as hostilidades de quem não queria ceder seus espaços.

No segundo capítulo, o objetivo foi comentar o valor econômico adquirido pelos castanhais do Médio Tocantins a partir de 1920, fato que desviou as atenções de muitos moradores e imigrantes e estimulou demarcações. Diante do valor adquirido pelos castanhais, a criação de mecanismos que mais se adequassem à extração da castanha. Os castanhais passaram a receber cuidados como a principal fonte de renda regional, tanto dos poderes públicos quanto dos proprietários, arrendatários ou foreiros. Passaram a ser vestidos de códigos de conduta para a extração da castanha e por legislações que monitoravam e regulavam a entrada nos castanhais em tempos de safra. A valorização dos castanhais resultou na quase total apropriação da região do Médio Tocantins até a década de 1970, à medida que ultrapassaram o caráter econômico, tornando-se eficientes instrumentos políticos.

Os confrontos entre os interesses capitalistas e os costumes dos habitantes dos castanhais passaram a ser mais visíveis após a retomada do valor comercial da castanha, depois de um breve período de trégua durante a Segunda Guerra Mundial. O alto valor econômico da castanha exigiu maior controle e organização dos grupos no governo e de grupos e organizações particulares envolvidos naquele comércio. As empresas da castanha no Médio Tocantins imprimiram uma legislação ainda mais rigorosa sobre os castanhais, sobretudo na comercialização da castanha e no ingresso aos castanhais em tempos de safra. Por conta disso, aumentaram às reações dos habitantes tradicionais à medida que a procura da castanha provocava o avanço rumo às localidades ainda inexploradas, bem como as formas de driblarem as leis. O objetivo do poder público, maior envolvido na empresa da castanha, passou a ser fazer valer os códigos de posturas sobre os castanhais, determinando quem e quando deveria extrair e comercializar castanha.

Analisar as peculiaridades temporais criadas pelos tradicionais habitantes dos castanhais médio-tocantinos a partir de seus costumes, por sinal, desenvolvidos através de mecanismos disponibilizados pela natureza é o que propõe o terceiro capítulo. Assim, os colonos desenvolveram um mundo outro, à margem dos mecanismos oficiais. Moldaram suas vidas por um ecletismo de tempos ditados pelas manifestações naturais dos lugares que ocuparam e, portanto, criaram vínculos aos seus espaços e a seus saberes, tidos como heranças de suas histórias de vida e de seus antepassados, sobretudo, como melhores perspectivas de futuro. Porém, com esses valores fortemente arraigados e as tradições solidificadas pelo tempo de permanência na floresta, os tradicionais habitantes dos castanhais reagiram ao diferente, ao que era exterior aos seus tempos e espaços.





A ocupação e formação de núcleos urbanos nessa região do Médio rio Tocantins estão relacionadas ao projeto de colonização agrícola do interior paraense proporcionado pelo governo de Lauro Sodré, que segundo Weinstein, foi “escolhido pelo Congresso Estadual para um mandato de cinco anos, até fevereiro de 1897”, e que demonstrou como uma de suas maiores preocupações, segundo ela, “a decadência da agricultura paraense, quer para a exportação, quer para o consumo local”.<sup>6</sup> No entanto, os esforços para suprir as necessidades agrícolas na Amazônia eram destaques nos projetos de governos estaduais na Região desde meados do século XIX, afirmou Roberto Santos, e concluiu que, preocupados com o abandono da agricultura e conscientes da necessidade de implantar “núcleos agrícolas” com colonos ligados a terra, os governantes deram grande importância ao processo migratório para esse fim.<sup>7</sup> Conforme Manoel Barata, já em 1854 no Pará, “o presidente da Província, Sebastião do Rego Barros já havia condenado “o emprego quase exclusivo dos braços na extração e fabrico da borracha”.<sup>8</sup> Arthur César Ferreira Reis, também fez referência ao tema destacando as preocupações daqueles governantes na Amazônia, que a partir de 1850, chamaram a atenção para o deslocamento da mão-de-obra “agropecuária para a extração do látex”, caracterizando a ação como um “regresso vertiginoso”.<sup>9</sup> E ainda conforme Roberto Santos, comentando sobre o final do século XIX:

Um dos eventos migratórios que, embora de modesta expansão quantitativa, que há de ter escapado às contagens oficiais é o da frente pecuária do Tocantins-Araguaia, que também do Nordeste veio avançando e, pelos fins do século XIX, já tinha instalado agrupamentos diversos, inclusive o que originou Conceição do Araguaia. O governo Paraense não estava desatento ao que se passava no Tocantins e tratou até de dar apoio financeiro a colonização parcial da área, prevenindo posições de vantagem em conflito territoriais com Goiás e o Maranhão.<sup>10</sup>

Ainda com relação ao que pode ter influenciado a ocupação da região do Médio Tocantins é pertinente outra afirmação de Weinstein, pois para a autora, o fator isolado mais importante no período foi a entrada de nordestinos na Amazônia, “em consequência das secas de 1898, 1900”.<sup>11</sup> Portanto, uma das preocupações do governo de Lauro Sodré foi o

---

<sup>6</sup> WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993, p. 134.

<sup>7</sup> SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980. p. 87.

<sup>8</sup> BARATA, Manoel. **Antiga produção e exportação do Pará: estudo histórico e econômico**. Livraria Gillet de Torres e Comp., Belém-Pará, 1915, p. 30-31.

<sup>9</sup> REIS, Arthur César Ferreira. **O seringueiro e o seringueiro**. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola. Rio de Janeiro, 1953, pp. 30-31.

<sup>10</sup> SANTOS. *Op. Cit.* p. 100-101.

<sup>11</sup> WEINSTEIN. *Op. Cit.* p. 105.

levantamento constante de informações do interior paraense, incluindo a região tocantina, algumas confiadas ao francês Henri Coudreau, entre 1896 e 1897.<sup>12</sup> Também, com a mesma finalidade de descrição, Ignácio Baptista de Moura, engenheiro e homem de Estado, descreveu características do percurso *De Belém a São João do Araguaia* e relatou, em 1896, alguns aspectos socioculturais que já se desenvolviam no Médio Tocantins. Segundo seus relatos, os poucos colonos que já habitavam ali expunham um modo de vida de relação com o meio, em seus estabelecimentos nas florestas, alguns em povoados e outros eram famílias isoladas. Cultivavam a terra “nas vazantes” com uma economia voltada à subsistência: a lavoura de mandioca, da batata doce, do milho, da abóbora, do arroz e da cana.<sup>13</sup> Colonos que se estabeleciam em pequenos roçados ou pequenos lotes agrícolas na margem esquerda do rio Tocantins, entre a foz do rio Itacaiúnas e a “Boca” do Tauri (*ver Figura 1*).<sup>14</sup> Muitos deles, além de plantarem suas roças, entretinham-se em colher frutos da floresta, como a castanha, para alimentação própria e de animais domésticos, “dentro ou fora dos seus lotes, devido à abundância de castanhais nativos”.<sup>15</sup>

As florestas do Médio Tocantins que forneceram grande quantidade de caucho<sup>16</sup> a partir de 1897, já eram ocupadas por colonos pelo menos desde 1892. Um desses exemplos foi Carlos Gomes Leitão, influente político de Boa Vista de Goiás que se exilou com alguns companheiros na margem esquerda do rio Tocantins, nas proximidades do rio Itacaiúnas, cerca de 10 quilômetros abaixo de sua foz, constituindo um Núcleo Agrícola na praia dos Quindangues (*Figura 2*), em uma “ocupação planejada”, tal como foi ressaltado.<sup>17</sup> O Burgo Agrícola do Itacaiúnas (*Figura 3*), no ano da visita de Ignácio Moura em 1896, (engenheiro incumbido pelo então governador paraense Lauro Sodré de fazer inspeção aquela Colônia Agrícola e adquirir informações sobre o Baixo e Médio Tocantins) já mantinha uma dinâmica populacional com cerca de “cinquenta e cinco famílias agrícolas no período, constituídas em sua maioria de órfãos e mulheres, distribuídas em cerca de vinte e oito barracas, algumas residindo três famílias”.<sup>18</sup> O dito Carlos Leitão, taxado de maçom, positivista e florianista<sup>19</sup>,

---

<sup>12</sup> SANTOS. *Op. Cit.* p. 101.

<sup>13</sup> MOURA. Ignácio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia**: Vale do Tocantins. Reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989, p. 251.

<sup>14</sup> *Ibid.*

<sup>15</sup> *Ibid.* p. 252.

<sup>16</sup> Um produto parecido com a borracha da seringueira amazônica, porém destinado à mesma finalidade. Esse produto é proveniente da *Castilloa elástica*, árvore que é destruída como consequência do processo de extração por sangramento.

<sup>17</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 13.

<sup>18</sup> MOURA, *Op. Cit.* p. 53.

<sup>19</sup> Adeptos das políticas de Floriano Peixoto e a favor de sua permanência na presidência da República.

havia sido perseguido por outros políticos na cidade de Boa Vista e também por religiosos, já que as referidas doutrinas passaram a ser vistas pelo catolicismo da época como práticas heréticas.<sup>20</sup> Esses comentários, portanto, legitimam a afirmativa de Carlota Carvalho, de que “o governador do Pará, Lauro Sodré deu asylo aos florianistas expulsos de Boa Vista, criando, para elles habitarem, o Burgo Agrícola do Tacaiuna”.<sup>21</sup>

A região do rio Tocantins nas proximidades com o Itacaiúnas já se caracterizava como grande produtora de caucho em 1897, produto descoberto naquelas matas pelos irmãos Hermínio e Antônio Pimentel,<sup>22</sup> em uma de suas expedições para o interior da floresta em busca de pastos para o gado trazido dos campos maranhenses e goianos.<sup>23</sup> Os Pimentel eram “criadores de gado e naturais da Vila do Riachão no Maranhão”,<sup>24</sup> que buscavam estabilidade no local através da criação de gado e da comercialização de carnes,<sup>25</sup> segundo consta na epopéia de Carlota Carvalho sobre a exaltação dos feitos maranhenses e goianos na região do Médio Tocantins. Desde então, foi o rio Itacaiúnas que passou a principal via de escoamento e de acesso para a goma elástica, possibilitando o remanejamento do núcleo agrícola para a foz daquele afluente do Tocantins,<sup>26</sup> e do deslocamento de um contingente de mão-de-obra agrícola para o extrativismo. Devido a esse tipo de deslocamento, assinala Roberto Santos, “a obra de colonização agrícola por brasileiros na Amazônia só deixou lembranças melancólicas”.<sup>27</sup>

Na foz do rio Itacaiúnas, em 1898,<sup>28</sup> grande movimento de trabalhadores caucheiros se formava diariamente para negociar o caucho e adquirir gêneros alimentícios no estabelecimento do maranhense de Grajaú, Francisco Coelho da Silva que havia sido atraído pelo comércio do caucho no rio Itacaiúnas, e depois de ter observado a região como visitante no Burgo Agrícola, deixou o Maranhão e se instalou com uma casa comercial à direita do rio Itacaiúnas, exatamente na sua foz com o rio Tocantins. O local passou a ser ponto de parada obrigatória para extratores e, posteriormente, o povoado de Marabá,<sup>29</sup> nome dado ao local por

---

<sup>20</sup> CARVALHO, Carlota. **O Sertão**. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Scientificas e Literárias, 1924, pp. 207-208.

<sup>21</sup> *Ibid.* p. 208.

<sup>22</sup> EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém. Centro de Filosofia e Ciências Humanas / NAEA / UFPA, 1988, p. 25.

<sup>23</sup> MOURA. *Op. Cit.* p. 256.

<sup>24</sup> CARVALHO. *Op. Cit.* 209.

<sup>25</sup> *Ibid.*

<sup>26</sup> EMMI. *Op. Cit.* p. 31.

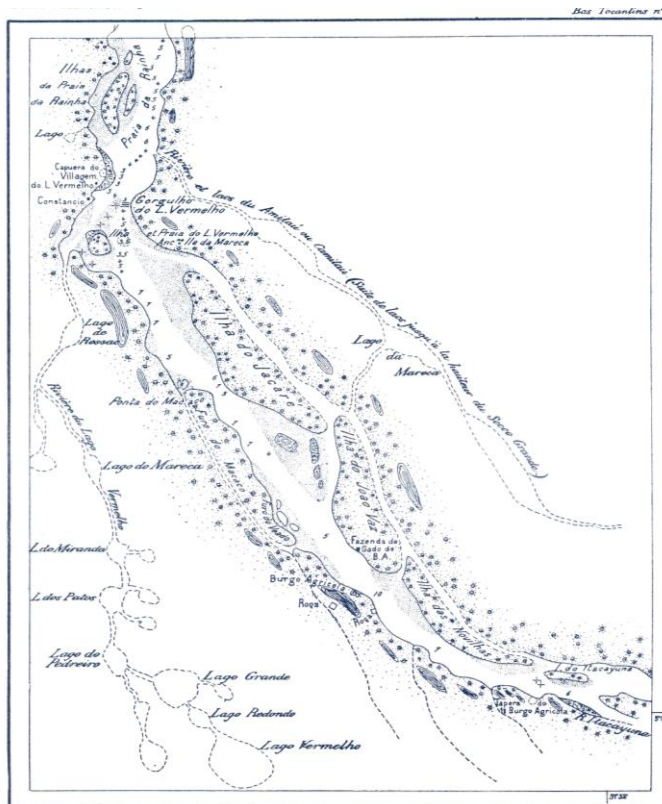
<sup>27</sup> SANTOS. *Op. Cit.* p.102.

<sup>28</sup> MORAES, Almir Queiroz de. **Pelas trilhas de Marabá**. Marabá. Chromo Arte Editora, 1998. p. 17.

<sup>29</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, pp. 14 a 18.

Francisco Casemiro de Souza, pequeno comerciante de Pedro Afonso de Goiás, porém natural do Ceará, “apanhando-o nas poesias de Gonçalves Dias”.<sup>30</sup>

## 2. Rio Tocantins, entre a foz do rio Itacaiúnas e a praia da Rainha (1897).



Descrição de um percurso do rio Tocantins, da foz do rio Itacaiúnas onde se formou Marabá, descendo e passando pelo Burgo Agrícola do Itacaiúnas, comunidade do Lago Vermelho até a Praia da Rainha, próximo a entrada do Tauiri Grande. Fonte: Henri Coudreau em *Viagem a Itaboca e ao Itacaiúnas*, 1897.

Já em 1914, a produção de caucho na região de Marabá alcançava 462,5 toneladas, “que representaram 1,2% do total da produção brasileira” daquele ano.<sup>31</sup> Segundo informações de Theodoro Braga, a região de Marabá limitava-se, na época, ao norte com o município de Baião; a oeste com o de Altamira; ao sul com Conceição do Araguaia e São João do Araguaia e a leste com São Domingos da Boa Vista, com uma área calculada em cerca de 33.659 quilômetros quadrados e seu núcleo urbano a 680 quilômetros de Belém.<sup>32</sup> O processo de extração do caucho foi adotado da extração do látex da seringueira da Amazônia, *Hevea brasiliensis* em quase todos os estilos de trabalho. Os métodos de movimentação, as

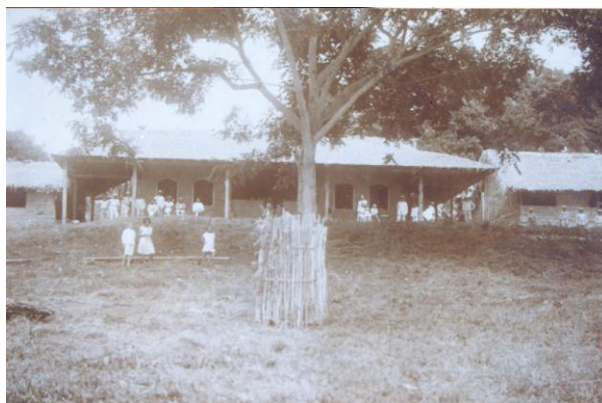
<sup>30</sup> CARVALHO. *Op. Cit.* p. 220.

<sup>31</sup> PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites Políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964.** Paka-Tatu, 2003, p. 189.

<sup>32</sup> BRAGA, Theodoro. **Noções de chorographia do Estado do Pará**, por Theodoro Braga. Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1919, pp. 440-442.

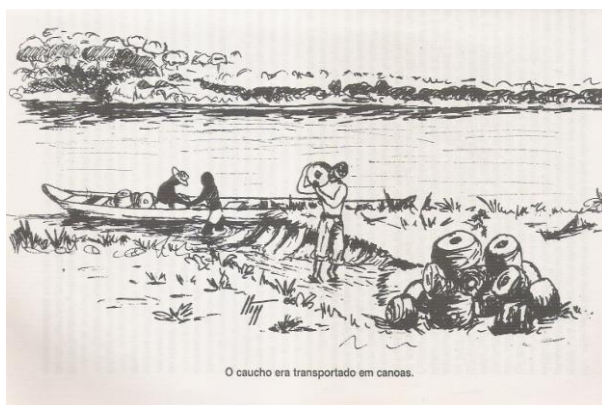
embarcações de igarapés, a criação de caminhos, o reconhecimento do ambiente adquirido na extração do caucho (*Figura 4*) foram transferidos, posteriormente, para a economia da castanha, *Bertholetia excelsa* e continuou no decorrer da ocupação dos espaços na região do Médio Tocantins em suas diversas economias.<sup>33</sup>

### 3. Vila do Burgo Agrícola do Itacaiúnas (1920).



Burgo Agrícola do Itacaiúnas, a cerca de 10 quilômetros da foz do rio Itacaiúnas e do lugar onde se formou o núcleo de Marabá, descendo e a esquerda do rio Tocantins. Ao fundo, as casas de palha e paredes de barro, além do grande casarão que abrigava várias famílias, residências características da região na época. Década de 1920. (foto: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.)

### 4. Carregamento do caucho no rio Tocantins (1920).



Uma representação da prática de escoamento do caucho dos igarapés e rios da região para os diversos portos no rio Tocantins. Os rios e igarapés eram fundamentais para esse trabalho.<sup>34</sup>

Na narrativa de Carlota Carvalho em *O sertão*, a prioridade da ocupação e “desbravamento” do Médio Tocantins foi de goianos e maranhenses. Para a autora, dotados de

<sup>33</sup> CARVALHO. *Op. Cit.* pp. 206-222.

<sup>34</sup> BRAGA e CHAVES, Antônio. **Do Lago Vermelho a Itupiranga**: uma história para crianças. Itupiranga. 1990.

proezas, estes conseguiram vencer as dificuldades oferecidas pela natureza e aprenderam a lidar com os povos indígenas e criaram o Burgo do Itacaiúnas, os povoados do Lago Vermelho e da “Boca” do Tauri, além de terem avançado nas matas em expedições e fazerem de um lugar inóspito um outro propício para a habitação (*ver Figura 5, 6 e 14*).<sup>35</sup> Isso confirma a afirmativa de Roberto Santos, de que “muitas vezes uma corrente migratória não planejada de maranhenses assumiu papel pioneiro no desbravamento de regiões da Amazônia”.<sup>36</sup>

A saga de goianos e maranhenses no Médio Tocantins, para Carvalho, seria uma continuidade do avanço para o oeste brasileiro, visto que os mesmos conquistaram novos espaços e desenvolveram novas economias em ambientes até então desconhecidos. Os irmãos Pimentel, segundo a autora, foram maiores exemplos de desbravadores das matas do rio Itacaiúnas, pois seus relatos não se limitaram à margem dos rios, estes pioneiros avançaram junto com outros seguidores para o interior da floresta. Os rebanhos bovinos que também foram deslocados dos sertões goianos e maranhenses margearam o rio Tocantins improvisando a “estrada do boi” que ligou os sertões de Goiás e Maranhão aos mais longínquos povoados do Tocantins paraense. O Burgo do Itacaiúnas com seus empreendimentos agrícolas e, através dele, o núcleo de Marabá nascido com o advento do caucho, cuja mão-de-obra foi praticamente toda ela de imigrantes maranhenses frutos desse fluxo migratório.<sup>37</sup>

É a esse caráter de descrição que José Carlos Barreiro, por sinal fazendo referência ao modelo thopsonianiano de análise histórica, revelou-nos pertinente na observação social. Segundo ele:

(...) pode ensejar o acesso a fragmentos importantes da vida cotidiana do homem comum, (...) essas descrições remetem a reconstituição histórica de uma presença bastante significativa de homens que não estão vinculados a um patrão, mas que fazem parte de uma extensa rede de produção autônoma, compreendendo não somente as vendas e tabernas, mas também os pequenos ofícios rurais e urbanos e a economia de subsistência em geral.<sup>38</sup>

---

<sup>35</sup> CARVALHO. *Op. Cit.* pp. 220-222.

<sup>36</sup> SANTOS. *Op. Cit.* p. 98.

<sup>37</sup> CARVALHO. *Op. Cit.* pp. 220-222.

<sup>38</sup> BARREIRO, José Carlos. **E. P. Thompson e a Historiografia Brasileira**. Projeto História, Nº 12, Outubro de 1995, pp. 68-69.

Na direção norte, descendo o rio Tocantins e em sua margem esquerda, constituiu-se o povoado do Lago Vermelho acerca de “32 quilômetros da cidade de Marabá”<sup>39</sup> e próximo a foz do rio de mesmo nome. Lago Vermelho havia sido descrito em 1896 por Ignácio Moura, com uma população de “60 almas, as casas todas de palha e com as imensas salas abertas frente a sua única rua. Todos ali eram lavradores, caçadores e tiradores de castanha”.<sup>40</sup> Povoado que também, tal como o Burgo Agrícola do Itacaiúnas, surgiu como consequência das fugas de Boa Vista de Goiás.<sup>41</sup> Ali se refugiou Lúcio Antônio dos Santos, com sua família e alguns companheiros em 1892, criando uma comunidade.<sup>42</sup> O comércio de caças, peixes, castanhas, fez com que permanecessem às margens do rio.<sup>43</sup> Existiam ali grandes plantações de milho, arroz, mandioca e uma casa de forno de uso comunitário, o charqueamento da carne de caça era uma das especialidades do lugar. “Só os velhos eram casados, os moços eram ‘amancebados’<sup>44</sup>, por falta de padres e de juizes”.<sup>45</sup> Ainda na descrição de Moura:

As casas apareciam de espaço a espaço na margem esquerda. Pertenciam a lavradores que se ocupavam também da pesca, durante a estação seca; e da caça pelo rigor do inverno. Caçam em pequenas canoas ou montarias, entrando com elas em terras alagadas.<sup>46</sup>

##### 5. Casas do campo (1896).



Casas do campo na margem do rio Tocantins.<sup>47</sup> Casas de pau-a-pique, cobertas de palhas do coco babaçu, um estilo que caracteriza a adequação ao meio natural, nos locais ocupados.

---

<sup>39</sup> ARNAUD, Expedito. **Os índios Gaviões de oeste: pacificação e integração**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975. p. 21.

<sup>40</sup> MOURA, *Op. Cit.* p.227.

<sup>41</sup> BRAGE e CHAVES. *Op. Cit.* p. 2.

<sup>42</sup> *Ibid.* p. 2.

<sup>43</sup> CARVALHO. *Op. Cit.* p. 230.

<sup>44</sup> É comum na região os casais se amancebarem, ou seja, realizarem uma união sem que tenham que passar pelas formalizações da igreja ou cartórios.

<sup>45</sup> MOURA. *Op. Cit.* p. 246.

<sup>46</sup> *Ibid.* p. 245.

<sup>47</sup> *Ibid.* p. 226.

## 6. A roça (1896).



A roça na margem do rio Tocantins.<sup>48</sup> Característica de um ambiente preparado por vazanteiros: roçagem, derrubada e a queima para o desenvolvimento de plantações.

A caçada em tempos de inverno nos lugares alagadiços, aos quais se referiu Moura, tornava-se um verdadeiro ritual, uma confraternização. Nos “torrões”, nome dado aos locais não alagados durante as enchentes, pequenas ilhotas, e certamente onde as caças fugindo das águas se tornavam alvos fáceis do grupo de caçadores que cercavam o local.<sup>49</sup> Além desse método de aquisição de alimentos, reguladas pelas manifestações naturais, havia a prática da “espera”, realizadas em “mutás” ou jiraus entre as árvores, normalmente à noite, onde há flores ou frutos, distribuídos ao longo do ano, que servem de alimento às caças “as armadilhas, como as arapucas”, que são instrumentos feitos de madeira ou bambus, para o aprisionamento de aves silvestres.<sup>50</sup> Além disso, segundo os moradores e visitantes do igarapé Lago Vermelho, na época, em sua foz habitava uma lua, uma representação materna daquelas águas:

O igarapé Lago Vermelho, rodeado de árvores seculares, no meio de uma risonha perspectiva inimitável, é habitada, dizem os homens, por uma Lua que ali mora, e que é a dona e a mãe daquelas águas. Quando ela ali está, pescador ou caçador que se aproxima, sente o marulhar das ondas que, rugindo, repelem com terror.<sup>51</sup>

O povoado do Lago Vermelho, só chegaria a sua autonomia municipal em 14 de julho de 1948, como município de Itupiranga,<sup>52</sup> com cerca de “15.045 quilômetros quadrados”

---

<sup>48</sup> *Ibid.* p. 260.

<sup>49</sup> *Ibid.* p. 240.

<sup>50</sup> *Ibid.*

<sup>51</sup> *Ibid.* p. 248.

<sup>52</sup> Ofício número 17 de 28 de Janeiro de 1950, enviado pelo prefeito de Itupiranga Gentil de Moraes Bitencourt Cohen, ao Diretor Geral do Departamento de Assistência aos Municípios no Palácio do Governo do Estado em Belém. (A.P. Itupiranga)



desligando-se politicamente de Marabá.<sup>53</sup> Em 1950, sua população já somava 1.173 indivíduos, aumentando significativamente até 1970, em função do grande contingente migratório durante o período áureo da extração da castanha no Médio Rio Tocantins,<sup>54</sup> principalmente de maranhenses e paraenses de outros lugares do Estado do Pará.<sup>55</sup>

Logo abaixo, descendo o rio Tocantins, passando a Praia da Rainha encontra-se um antigo povoado, na “Boca” do Tauiri Grande (*Figura 7*). Esse povoado foi descrito em 1896, por Ignácio Moura, como uma comunidade na margem esquerda do rio Tocantins, com um pequeno cemitério e grandes plantações de milho e arroz. Constituíam-se uma “povoação” com 8 ou 9 casas.<sup>56</sup> Moravam ali cerca de dez famílias em 1895.<sup>57</sup> Embora habitada por poucas pessoas, já se estruturava um modelo de sobrevivência, um estilo de vida dependente de fatores naturais, com um caráter de produção e reprodução cultural a partir do meio.

Tanto Moura quanto o viajante francês Henri Coudreau descreveram a pequena comunidade como a base dos contatos entre colonos e índios Gavião. Era naquela pequena povoação que moravam, desde 1893, os agricultores Raymundo Liart e Raimundo Vicente Braga<sup>58</sup> com suas respectivas famílias. Este último, um professor da cidade de Boa Vista e mais um dos refugiados dos conflitos político-religiosos naquela cidade goiana.<sup>59</sup> Estes mantinham relações amistosas com os índios Gavião, os senhores da margem direita do rio Tocantins naquelas proximidades.<sup>60</sup> Henri Coudreau, em 1897, caracterizou o vilarejo da “Boca” do Tauiri Grande, à margem esquerda do rio Tocantins, como “uma pequena aglomeração de pessoas” onde vivia Raymundo Liart, o amigo dos índios gavião.<sup>61</sup> Carlota Carvalho, autora que também comentou a região na obra publicada em 1924, tendo como referências as publicações de Ignácio Moura e Henri Coudreau, destacou esse povoado:

Logo abaixo da Praia da Rainha, perto do poço, na mesma margem esquerda, há a morada de civilizados. Ahi domiciliou-se em 1893 um senhor Raimundo Liart, com sua mulher, filhos e poucos trabalhadores com suas respectivas famílias, todos maranhenses do sertão.<sup>62</sup>

---

<sup>53</sup> Revista *Itatocan* ano II, Janeiro de 1954, número 7, página 13. (A.P. Marabá)

<sup>54</sup> EMMI. *Op. Cit.* p. 6.

<sup>55</sup> ARNAUD. *Op. Cit.* p. 21.

<sup>56</sup> MOURA. *Op. Cit.* p. 218.

<sup>57</sup> *Ibid.* p.236.

<sup>58</sup> CARVALHO. *Op. Cit.* p. 230.

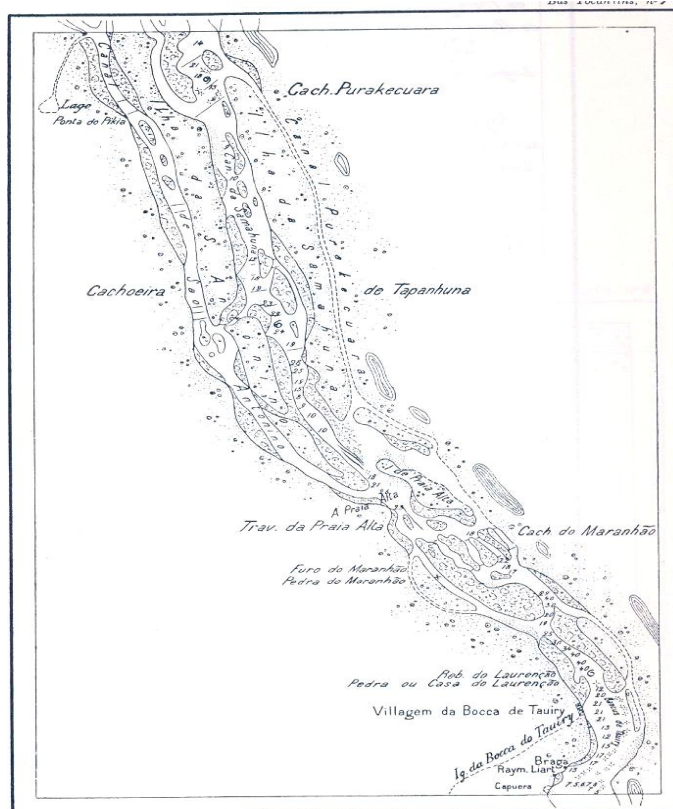
<sup>59</sup> *Ibid.* p. 230.

<sup>60</sup> MOURA. *Op. Cit.* p. 216.

<sup>61</sup> COUDREAU. Henri. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 42.

<sup>62</sup> CARVALHO. *Op. Cit.* p. 230.

## 7. Trecho do rio Tocantins, entre a comunidade do Tauiri e Puraquéquara (1897).



Percurso descrito do rio Tocantins que caracteriza a extensão de uma parte do Tauiri, um percurso de difícil navegação devido às inúmeras cachoeiras. Pouco abaixo da Praia da Rainha a “Boca” do Tauiri, a comunidade do senhor Liart, o rebojo do Lourenção, em seguida a localidade de Praia Alta e descendo até a cachoeira do Puraquéquara. Fonte: Henri Coudreau em *Viagem a Itaboca e ao Itacaiúnas*, 1897.

Segundo essa autora, que comentou a imigração goiana e maranhense para as matas do Tocantins paraense, “Liart havia escolhido o lugar pelo cálculo de bons negócios a realizar vendendo produções de roças, carne de caça e peixe salgado”.<sup>63</sup> Em dezembro de 1895 teria acontecido o primeiro contato entre a comunidade de Liart e os índios Gavião. Na narrativa de Ignácio Moura, com base na memória local, em dezembro de 1895, os moradores do povoado foram surpreendidos por toques de “buzina”<sup>64</sup> do outro lado do rio Tocantins. Da margem do rio, próximo a “casa de forno”, avistaram um grande número de índios na praia do lado oposto. Raymundo Liart e alguns companheiros, depois de algum tempo de conversa decidiram ir ao encontro dos nativos.<sup>65</sup> Depois de equipar duas canoas e reunir alguns homens, seguiram também com alguns presentes, como “espelhos, terçados, lenços, facas,

<sup>63</sup> *Ibid.*

<sup>64</sup> Objeto de sopro feito de bambu pelos indígenas.

<sup>65</sup> MOURA. *Op. Cit.* p. 216.

facões, agulhas, tesouras e sal”.<sup>66</sup> Após a troca de presentes, foram cedidos dois índios pelo chefe Gavião a Liart, um fora denominado Valentin, e se tornou amigo inseparável de Liart na caça aos veados e conhecedor das trilhas e perigos da floresta.<sup>67</sup>

Raymundo Liart em 1896, período da visita de Ignácio Moura havia recebido em sua casa inúmeros índios, inclusive a do “chefe supremo da tribo”.<sup>68</sup> Naquele mesmo período, Liart e um dito comerciante conhecido na capital paraense, Alfredo Rocha, haviam levado à Belém três índios Gavião e os mesmos apresentados ao senhor Lauro Sodré, “e o governador presenteou-os com cinco contos de réis em armamentos, ferramentas de trabalho e utensílios domésticos”.<sup>69</sup> Essas relações isoladas que provavelmente se repetiram nesses espaços particulares durante mais de meio século, contribuíram para a definição e redefinição de uma dinâmica cultural em um espaço praticamente desconhecido, afinal até o início do século XX ninguém dali sabia dizer nada, senão poucas centenas de metros, da beira do rio Tocantins para o centro da mata.<sup>70</sup> Porém, esses costumes que se desenvolveram em localidades isoladas do Médio Tocantins trataram de “mover-se ao longo do tempo”, seja através de uma família ou povo, mas que se moveram “em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões”, atitudes semelhantes às observadas por Raymond Williams em sua análise descritiva do campo e das cidades inglesas do século XVIII.<sup>71</sup> Por conseguinte, e com o auxílio de Michael Pollak, podemos concluir que os costumes dos habitantes dos castanhais médio-tocantinos, bem como as suas memórias, desenvolveram e permaneceram à margem dos mecanismos oficiais como “memórias subterrâneas”, se sustentaram como tal para vir à tona durante o confronto com o diferente.<sup>72</sup> Se firmaram, portanto, em tempos outros, moldados pelo meio e em uma relação entre trabalho e natureza.

O povoado do Tauiri, na década de 1940, tornou-se um local de intenso movimento de garimpeiros, que nos períodos de entressafra da castanha (de maio a dezembro), desciam para os trechos encachoeirados “a fim de se empregarem nos garimpos de diamantes”, descobertos em 1939.<sup>73</sup> Essa atividade passou a ser uma das prioridades até 1945, porém os colonos, sempre se ligaram a outras atividades estipuladas pelas

---

<sup>66</sup> *Ibid.*

<sup>67</sup> *Ibid.*

<sup>68</sup> *Ibid.* p. 237.

<sup>69</sup> *Ibid.* p. 236.

<sup>70</sup> *Ibid.* p. 219.

<sup>71</sup> WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. Tradução: Paulo Henriques Britto, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 19.

<sup>72</sup> POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

<sup>73</sup> LARAIA, Roque de Barros e DA MATTA, Roberto: **Índios e Castanhais:** a empresa extrativista e os índios no médio Tocantins/ – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 136.

manifestações naturais. Esses trabalhadores, locais ou regionais, buscavam os garimpos de diamante em época de vazante do Tocantins, quando também é tempo de plantar e intensificar a pesca. Nos períodos de cheias, caçavam e colhiam castanhas,<sup>74</sup> já que coincidia com o “tempo”<sup>75</sup> de sua safra, entre o primeiro e o quarto mês do ano, facilitando o escoamento pelas principais trilhas dos castanhais, os igarapés, “grotas” e rios.<sup>76</sup> As atividades subsidiárias à produção de castanha e do diamante eram “pequenas fábricas de calçados, oficinas para construção de barcos, oficinas mecânicas e indústrias de bebidas”, que existiam para atender às necessidades de castanheiros e garimpeiros.<sup>77</sup>

Além das descrições físicas do percurso, como rio Cajazeiras, as ilhas do Puraquéquara e de Ipixuna, Araraquara e Alexandre (*Figura 8*), trechos de difícil navegação no rio Tocantins, lugares de cachoeiras que constituíram a rota da castanha, lugares de testes de agilidade para seus navegadores, é perceptível também nos relatos, aspectos representativos, de identificação para as poucas pessoas que residiam ali. O rebojo do Lourenção, localizado na “boca do Tauri”, próximo à comunidade de Liart é um fenômeno ao redor de uma grande pedra no meio do único canal. Conforme os relatos de Moura:

Tauri (lugar de pedras) é um trecho do rio Tocantins que tem mais de 30 quilômetros, sem uma só moradia em qualquer das margens, e com tal correnteza, que a canoa, conforme a carga, só vence de 3 a 5 dias, obrigando os navegantes a fazerem barracos provisórios nas beiradas.<sup>78</sup>

Ali mesmo no meio do rio havia naufragado a imensa canoa de Lourenço, que deu o nome ao lugar. Lourenço teria sido um rico goiano que em 1895 descia o rio, com toda a sua fortuna, em animais e dinheiro e com uma moça, “uma rapariga de rara beleza, irmã de sua esposa que havia sido por ele abandonada para raptar a cunhada”, ato que fez de Lourenço um amaldiçoado pela sogra.<sup>79</sup> A denominação do lugar no aumentativo, “Lourenção”, pode estar relacionada à vida sexual ativa, à troca constate de mulheres ou ao fato de possuir mais de uma, é portanto, uma representação de virilidade, nomenclatura comum nessa região.

---

<sup>74</sup> MONTEIRO. João Brasil. **O castanheiro**. Edição 2001, p. 16.

<sup>75</sup> O tempo no sentido de orientação natural, das cheias e vazantes, da castanha, das esperas: é tempo de...

<sup>76</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 44. ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In. Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir). **A Nova história**. Coimbra: Almedina, 1990.

<sup>77</sup> LARAIA e DA MATTA. *Op. Cit.* 136.

<sup>78</sup> MOURA. *Op. Cit.* p. 202.

<sup>79</sup> *Ibid.* p. 221.



formação desses povoados, o que moldava sazonalmente seus habitantes. Essas “corrutelas”<sup>83</sup> eram, normalmente, lugares de diversão e de poucos moradores, já que estavam envolvidos em sucessivas atividades fora delas e em tempos alternados.

#### 9. Garimpo de diamante na região do Tauiri (1939).



Trabalhadores autônomos nos garimpos de diamante no rio Tocantins. Em meio às pedras submersas os garimpeiros buscavam seus sonhos.<sup>84</sup>

As análises feitas no presente estudo sobre a região dos castanhais de Itupiranga não se desprende da política e das relações econômicas desenvolvidas nas florestas e rios de Marabá, já que suas fronteiras foram por muito tempo, socialmente e economicamente ignoradas. Ambos compunham, por muito tempo, a Micro-região<sup>85</sup> de Marabá (*ver Figura 10*), “constituída dos municípios paraenses de Tucuruí, Itupiranga, Jacundá, Marabá e São João do Araguaia”.<sup>86</sup> Em detrimento dessas fronteiras, desenvolveu-se o extrativismo do caucho, do diamante e da castanha em seus igarapés, rios e florestas, além da caça e da pesca. Até mesmo nas narrativas dos viajantes que subiram ou desceram os rios Tocantins, Itacaiúnas ou Araguaia, as descrições unem as partes. Os castanhais do Médio Tocantins, especialmente nos municípios de Marabá e Itupiranga, são referências neste estudo sobre os movimentos, os usos e os saberes desenvolvidos sobre esses espaços, elaborados ao longo do tempo. Semelhante a essa discussão, Rosa Acevedo, escrevendo sobre os remanescentes de quilombo, habitantes centenários do rio Trombetas, destacou os “conhecimentos e formas de manejo de rios e lagos” pelos quilombolas, e que aqueles sempre priorizaram uma economia

<sup>83</sup> Expressão popular para os pequenos povoados em torno de garimpos e outros trabalhos em regime de isolamento, e que servem de refúgio para esses trabalhadores, lugares de farras e de desabafo.

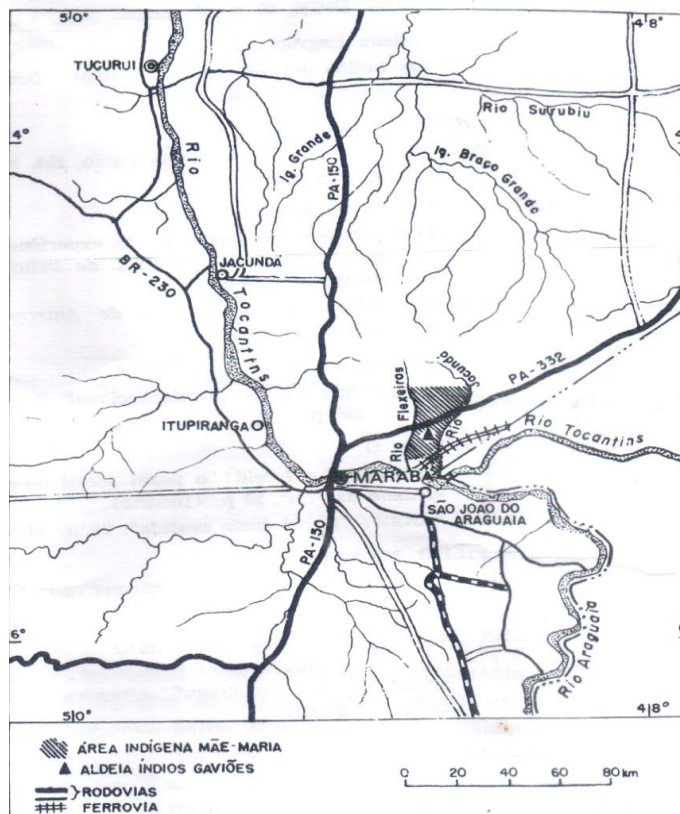
<sup>84</sup> BRAGA e CHAVES. *Op. Cit.* p. 51

<sup>85</sup> Ordem estabelecida para os vários territórios produtores de castanha no Pará, Amazonas e Acre.

<sup>86</sup> VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972, p.15.

natural de subsistência, desenvolveram suas próprias noções de propriedade e tempo e, em meio à nova ordem econômica e social, a essência dessas práticas tradicionalmente constituídas puderam ser visualizadas em seus cotidianos como resistência diante da apropriação capitalista.<sup>87</sup>

#### 10. Micro-região de Marabá (1989).



Em destaque a região habitada pelos índios Gavião,<sup>88</sup> mais o mapa também traz uma representação do que caracterizou a micro-região de Marabá apresentando seus principais núcleos urbanos: São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá e Tucuruí.

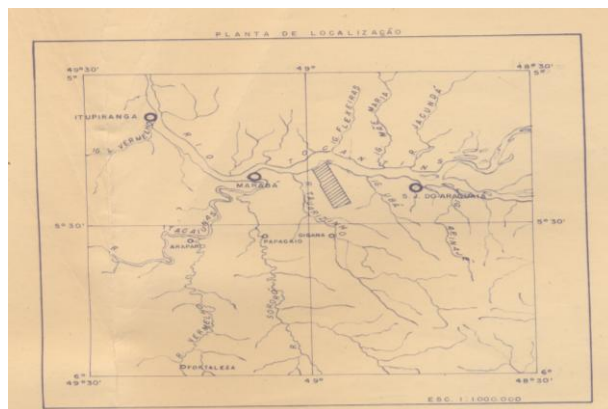
No rio Tocantins, a montante de Tucuruí, às localidades de Itaboca, Praia Alta, Tauri, Praia da Rainha, Lago Vermelho, Burgo Agrícola do Itacaiúnas até a confluência com o Araguaia, caracterizou a rota da castanha. Ignácio Moura em 1896 e Henri Coudreau em 1897 descreveram as ilhas e praias, floresta e abundância de caças e terras férteis. Na margem esquerda do rio Tocantins, em um percurso de cerca de 200 quilômetros, conservando ricos castanhais e palmeiras nativos e largura de mais de dois mil metros.<sup>89</sup>

<sup>87</sup> ACEVEDO MARIN, Rosa e CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: Guardiões de Matas e Rios**. 2ª ed. Belém, CEJUP. UFPA/NAEA, 1998, p. 32.

<sup>88</sup> ARNAUD, Expedito. **O índio e a expansão nacional**. Belém. CEJUP, 1989, p. 367.

<sup>89</sup> MOURA. *Op. Cit.* 239.

## 11. Alguns dos principais rios e portos do Médio Tocantins (1920).



Neste croqui está em destaque o castanhal do “Landy”, mas destaca também as principais vias de ocupação dos cauchais e castanhais de Marabá e Itupiranga, e que se tornaram vias de escoamento de produtos da floresta para os mais imediatos portos do Médio Tocantins, também em destaque. (Fonte:ITERPA)

As vias de locomoção para o escoamento da economia extrativa, rios e igarapés, também resumia o espaço conhecido e pouco povoado no Médio Tocantins até por volta de 1920. Dessas vias, o rio Araguaia e Tocantins é que proporciona uma navegação subindo em direção leste para Goiás e Maranhão e, principalmente, descendo o rio Tocantins, que mesmo com as dificuldades era navegável na direção norte, ligando os castanhais do Médio Tocantins a Belém. Deles fazem parte várias ramificações que possibilitavam as ligações entre as economias da floresta e as povoações que foram surgindo às margens desses grandes rios.<sup>90</sup> O Ubá, o Tauhiryzinho, o Lago Vermelho, o Valentim, o Cajazeiras e o Bacury, afluentes do Tocantins pela margem esquerda. E pela margem direita, o Jacundá, Mãe Maria, Geladinho, Cametauzinho e Cametaú (*Figura 11*).<sup>91</sup> Uma abundância de castanhais nativos se concentrava entre os rios Tocantins e Itaciúnas, ao sul e a leste do núcleo marabaense, junto aos afluentes da margem direita do Itacaiúnas, como o rio Vermelho, o Sororó, o Sororozinho e Parauapebas, nos atuais municípios de Marabá e São João do Araguaia; também na margem esquerda do rio Tocantins em direção norte e oeste, para os lados de Itupiranga, Jacundá e Tucuruí.<sup>92</sup> A região do Médio Tocantins, portanto, “se encheu de uma população instável, mas também temporária”,<sup>93</sup> em função desses atrativos que oferecia. Uma infinidade de terras devolutas e uma economia de produtos florestais de valores comerciais significativos, e

<sup>90</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 20.

<sup>91</sup> *Ibid.*

<sup>92</sup> VELHO. *Op. Cit.* p. 53.

<sup>93</sup> *Ibid.* p. 44.



distribuídos durante o ano, o caucho até início de 1920, e posteriormente a castanha até a década de 1960,<sup>94</sup> foram exemplos.

A partir da década de 1920, portanto, o Médio Tocantins não era mais simplesmente uma representação de imensas florestas e abundância de castanhais, com seus rios, igarapés ou grotas, as barracas dos vazanteiros, suas pequenas canoas e suas roças. Ou as caças que não se intimidavam em se mostrar, caracterizando o ambiente selvagem daquelas localidades ribeirinhas.<sup>95</sup> Os castanhais do Médio Tocantins não eram, sobretudo, um vazio social.<sup>96</sup> Subjacente a essa visível aparência, já se desenvolvia uma complexa economia em sua peculiaridade, o constante acúmulo de pessoas e, conseqüentemente, povoados em reivindicações pelo corte da castanha, áreas agrícolas e outras atividades na floresta. No entanto, o acesso a esses benefícios passou a está submetido a uma série de condições regulamentadas ou devidamente formalizadas, principalmente, a partir da década de 1920, com uma maior valorização comercial da castanha. A análise dos castanhais nessas perspectivas possibilitou uma aproximação do trabalho desenvolvido por E. P. Thompson, em sua obra *Senhores e Caçadores*, cuja observação foi a complexidade social no interior dos “Parques Reais” de Windsor e Hampshire na Inglaterra do século XVIII. Analisando a cultura dos antigos moradores dos parques e suas experiências de vida como sujeitos da floresta, Thompson percebeu os constantes confrontos de valores: costumes da floresta *versus* as legislações impostas. Porém, alguém despido de um olhar atento, segundo ele, Windsor e Hampshire não passavam de florestas com seus habitantes.<sup>97</sup> Assim como Thompson teve que reconstituir a estrutura jurídica desenvolvida naquelas florestas reais inglesas, para buscar compreender as manifestações populares tradicionais e os conflitos de valores oriundos das várias formas de ver os espaços e de aproveitar os seus recursos,<sup>98</sup> é perceptível uma semelhança no sentido de análise social que buscamos realizar nos castanhais médio-tocantinos entre 1948 e 1980. A análise do historiador inglês está diretamente relacionada à busca de elementos que expliquem as inúmeras revoltas populares em suas áreas de estudo, que por sua vez, sempre encontraram justificativas nas tramas políticas de um grupo de

---

<sup>94</sup> EMMI. *Op. Cit.* p. 126.

<sup>95</sup> MOURA. *Op. Cit.* p. 252.

<sup>96</sup> MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Expropriação e mobilização: A dupla face da relação entre os Grandes Projetos e a população camponesa. In: HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia.** Vozes/NAEA/UFPA, 1991, p. 178. A citação faz referência à pré-concepção dos engenheiros da Eletronorte sobre a região do Médio Tocantins.

<sup>97</sup> THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra.** Editora Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro, 1997.

<sup>98</sup> *Ibid.* p. 70.

“fidalgos”.<sup>99</sup> Também nos castanhais do Médio Tocantins, a partir de 1920, e mais intensamente entre 1948 e 1980, a estrutura jurídica podia ser vista em seus vários elementos que regiam a empresa extrativa da castanha, monitorando cada passo a ser dado, através de seus inúmeros fiscais, determinando o que era lícito e ilícito. E como nos parques ingleses comentados por Thompson, subjacentes à legislação estavam os habitantes da floresta com suas experiências de vida, costumes estabelecidos e alheios ao que lhes eram impostos, além de suas necessidades de sobrevivência, que por sinal, estavam ligadas aos seus espaços e saberes tradicionais na floresta.<sup>100</sup>

A compreensão dessas tradições desenvolvidas nos castanhais do Médio Tocantins está relacionada a sua ocupação, às várias utilidades adquiridas pelos seus recursos e ao convívio dos colonos com as peculiaridades da região desde pelo menos 1892: a criação de comunidades como a de Marabá, Lago Vermelho, Tauri e alguns povoados ribeirinhos em torno delas, foram exemplos. Eram agrupamentos que já haviam se tornado com o caucho até 1920, e posteriormente com o extrativismo da castanha, típicos receptores de colonos, refúgios e pontos de encontro para trabalhadores que chegavam de várias direções.<sup>101</sup> Além de redutos de trabalhadores da floresta e pontos de aviamento, também lugares para os entretenimentos após dias de trabalho, lugares de cabarés, de bebedeiras e onde saldos eram gastos.<sup>102</sup> Eram povoados onde os diversos trabalhadores procuravam preencher tempos pessoais buscando realizar “desejos” em lugares fora do tempo e local de trabalho, uma necessidade inerente à história do trabalho e dos trabalhadores ocidentais, como no comentário de Alain Corbin sobre o uso “dos tempos livres” do trabalho, em sociedades do ocidente.<sup>103</sup>

A imigração de um contingente significativo de trabalhadores para a região do Médio Tocantins, oriundos do Maranhão após 1920, talvez explique a constante procura por riquezas naturais que viessem suprir o valor perdido pela borracha amazônica. Como supõe Roberto Santos, um dos fatores que influenciaram a continuidade migratória, mesmo após o decréscimo do preço da borracha amazônica, é que muitos trabalhadores haviam sido

---

<sup>99</sup> *Ibid.*

<sup>100</sup> *Ibid.*

<sup>101</sup> VELHO. *Op. Cit.* p. 44. SILVA, J. Nogueira. **O trabalhador dos castanhais**. CFCH/UFPA, Departamento de História, Especialização em História Social da Amazônia. Marabá, 1994, p. 35.

<sup>102</sup> KLUCK, Hilmar Harry. In: MARABÁ. *Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984. Trazendo estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa. P. 177. Um levantamento da memória econômica e política de Marabá. O comentário caracteriza uma “corrutela”, pequeno povoado onde trabalhadores em regime de isolamento se divertiam nos períodos de folga.*

<sup>103</sup> CORBIN, Alain. **História dos tempos livres: o advento do lazer**. In: Corbin, Alain (org). Lisboa: Teorema, 2001, pp. 5-10.

“tangidos pelas secas de 1915 e 1919”, do nordeste brasileiro.<sup>104</sup> Só na região de Marabá, que em 1922, compunha o então extinto município de São João do Araguaia, o distrito de Lago Vermelho e algumas comunidades ribeirinhas em suas respectivas áreas, a população passou de cerca de 6.822 em 1920, para cerca de 15.000 em 1926.<sup>105</sup> Esse acréscimo populacional acompanhou proporcionalmente os sucessivos aumentos na produção de castanha na região do rio Tocantins paraense de 23.846 hectolitros em 1920, para 155.039 hectolitros em 1926.<sup>106</sup> Havia, portanto, “forte atração exercida pela possibilidade de fazer fortuna nas floresta de *hevea*”, acrescenta Cristina Wolff, fazendo referência à imigração nordestina para a Amazônia naquele período, e que além dos flagelados pela seca, migravam outras pessoas com algum recurso, seja capital para investimento, seja habilidades que lhes possibilitavam o desenvolvimento de outras tarefas.<sup>107</sup>

No início do século XX, principalmente após 1920, talvez impulsionada pela cultura extrativista da borracha, que em 1925 ainda chegou a superar a castanha como produto de maior exportação no Pará,<sup>108</sup> uma dispersão da mão-de-obra empregada naquele trabalho, pode ter se deslocado em grande número para o interior do Estado paraense, atuando às vezes, na extração da castanha, como ressaltou Weinstein:

À medida que os preços continuavam a cair, muitas das mais antigas áreas de seringueiras no Pará e do leste do Amazonas tornaram-se de exploração não compensadora, obrigando os seringueiros a migrarem quer para as áreas vizinhas de castanha, quer para as zonas mais produtivas de seringueiras...<sup>109</sup>

Os castanhais do Médio Tocantins, portanto, passaram a ganhar uma atenção especial do Estado do Pará, exatamente no período representado pela visita àquela região, do Secretário Geral Deodoro Machado de Mendonça em 1927, (*Figuras 12 e 13*) “representante direto do então governo paraense de Dionísio Bentes (1925-1929)”,<sup>110</sup> contrariando a afirmativa da pesquisadora Marília Emmi, quando a mesma firma que foi a partir do primeiro governo de Magalhães Barata (1930-1934), “que passou a existir uma preocupação específica

---

<sup>104</sup> SANTOS. *Op. Cit.* p. 262.

<sup>105</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 22.

<sup>106</sup> *Ibid.* p.45.

<sup>107</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta: Uma História.** Alto Juruá, Acre (1890-1945). HUCITEC, São Paulo, 1999, pp. 49, 50, 51.

<sup>108</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 13ª legislatura a 7 de setembro de 1927 pelo Governo do Estado do Pará Dionísio Ausier Bentes, p. 116.

<sup>109</sup> WEINSTEIN. *Op. Cit.* p. 272.

<sup>110</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 77.

com a produção castanheira”.<sup>111</sup> Segundo Ricardo Borges, Bentes, para suprir as “dívidas internas e externas” do Estado proporcionadas pela queda de preço da borracha regional, já se apoiava na exportação da castanha,<sup>112</sup> reservando para seus protegidos políticos, alguns dos melhores castanhais existentes no Médio rio Tocantins, por intermédio do seu secretário Deodoro de Mendonça e do intendente em Marabá João Anastácio de Queiroz (1920-1930), o terceiro desde a autonomia municipal marabaense em 1913.

Foi a partir da segunda metade da década de 1920, portanto, que prosseguiram com mais intensidade as demarcações de castanhais, certamente amparadas pelas leis número 1.741 de 1918, que permitia a compra de terras devolutas do Estado; número 1.947 de 1920 que previa o aforamento perpétuo em terras devolutas para indústria extrativas de produtos vegetais;<sup>113</sup> posteriormente reforçada pela lei 2.491 de 4 de novembro de 1925, que mandou “proferir, ao aforamento das terras devolutas e arrendamento a preço fixo annual ou por percentagem sobre a respectiva produção activa até 10%”.<sup>114</sup> A castanha havia alcançado significativo destaque na ocasião em função da desvalorização da borracha amazônica.<sup>115</sup> Porém o que impulsionou de vez o seu extrativismo foi o valor comercial adquirido junto a países da Europa, como Inglaterra e Alemanha, também Estados Unidos na América.<sup>116</sup> Abguar Bastos até caracterizou o momento comentando que:

Quando a borracha entrou em agonia, a castanha saiu do anonimato e tomou conta do mercado. A seringa passou a ser o que antes era a castanha: trabalho complementar, auxílio, ajudatório. Antes a castanha era escrava da seringueira, agora é o contrário. Aquela tem crédito, esta não tem. Aquela é festejada, esta é tolerada. Aquela penetrou no grande ciclo, no ciclo novo, igual em esplendor ao do ouro e ao do bugre. Esta saiu, perdeu a sua grandeza e os seus mistérios.<sup>117</sup>

A competição, principalmente entre Estados Unidos e Inglaterra pela compra da castanha, se justificava pela sua qualidade para o “recheio de doces de chocolate e de outros alimentos” e, por conta disso, em 1917, os dois países respectivamente já haviam comprado do Brasil 293.584 e 43.120 hectolitros. Além de outros países que adquiriram o produto em

---

<sup>111</sup> EMMI. *Op. Cit.* p. 92.

<sup>112</sup> BORGES, Ricardo. **O Pará Republicano, 1824 – 1929, ensaio histórico.** (Coleção História do Pará, série Arthur Viana) Conselho Estadual de Cultura, Belém-Pará, 1983. pp. 369-370.

<sup>113</sup> EMMI. *Op. Cit.* p. 79.

<sup>114</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 13ª legislatura a 7 de setembro de 1927 pelo Governo do Estado do Pará Dionísio Ausier Bentes, p. 122.

<sup>115</sup> EMMI. *Op. Cit.* p. 59.

<sup>116</sup> ARNAUD, Expedito. **Os índios Gaviões de oeste: pacificação e integração.** Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975, p.12.

<sup>117</sup> BASTOS, Abguar. **Safra** (Romance). Livraria José Olimpyo Editora, Rio de Janeiro, 1937, p. 47.

menor quantidade, como a já citada Alemanha, Bélgica e a Holanda, por exemplo.<sup>118</sup> Somente no primeiro semestre de 1926, a produção se elevou em 45% sobre a safra de todo o ano de 1925, que foi de 305.753 hectolitros, passando a primeiro produto em exportação no Pará.<sup>119</sup>

Somente a região do rio Tocantins:

Manteve uma produção média de 115.000 hectolitros entre 1925 e 1928 com safras de importância alternada. A região torna-se a maior produtora a partir de 1927, ano em que o município de Marabá passa ao primeiro lugar, suplantando Alenquer e Óbidos. Enquanto em 1918, produzia apenas 1,49% do total de castanha do Estado, em 1927 passa a produzir 60% desse total.<sup>120</sup>

Por conta disso, o governo Bentes fez do Médio Tocantins uma referência econômica, possibilidade de reabastecimento monetário, em suposto desfalque naquele momento,<sup>121</sup> com a extração da castanha. Isso reforça a afirmativa de Bárbara Weinstein quando fez uso do enunciado de Francisco Carlos de Araújo Brusque, presidente paraense entre 1861 e 1864, e por sinal, citado por Manoel Barata em *A antiga Produção*: “Releva confessar que na diversidade de productos de subido preço, que esta região encerra, encontrará sempre o seu habitante uma perene fonte de riqueza. Quando baixar o preço de um, não faltará outro producto, que venha ocupar o seu lugar”.<sup>122</sup>

## 12. Lideranças político-sociais locais e regionais em Marabá (1927).



Líderes políticos, econômicos e chefes de famílias abastadas em Marabá, reunidos na solenidade de recepção ao secretário Geral do Estado do Pará, Deodoro Machado de Mendonça, o terceiro sentado da direita para a esquerda e, a esquerda do secretário, o intendente João Anastácio de Queiroz, 1927. (foto: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.)

<sup>118</sup> SANTOS. *Op. Cit.* p. 184.

<sup>119</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura a 7 de setembro de 1926 pelo Governo do Estado do Pará Dionísio Ausier Bentes, p. 116.

<sup>120</sup> EMMI. *Op. Cit.* p. 63.

<sup>121</sup> BORGES. *Op. Cit.* pp. 369-371.

<sup>122</sup> WEINSTEIN. *Op. Cit.* p. 29.

Com a maior valorização dos castanhais, o intendente de Marabá João Anastácio de Queiroz, por exemplo, já se apropriava de terras com títulos definitivos e, próximo ao núcleo marabaense em 1929, o castanhal “Burgo”.<sup>123</sup> Queiroz havia chegado a Marabá vindo de Carolina do Maranhão, em 1912, como investidor e gerente da empresa extrativa do coronel Messias José de Souza, e logo se adequou à cultura extrativista local, chegando à intendência do município de Marabá em 1920 e juntou-se a outras lideranças como, Antonio da Rocha Maia, Alfredo Monção, major Martinho Mota da Silveira que se somaram a um grupo de sírio-libaneses no controle fundiário e econômico dos castanhais do Médio Tocantins. Estes, além de atuarem como personagens políticos e abastados em Marabá, estavam diretamente ligados a Belém para o lazer, saúde e alianças políticas, passando a fazer dos castanhais a base para a sustentação desses privilégios. Mantinham suas respectivas propriedades nos castanhais, porém eram cidadãos de Belém.<sup>124</sup> Esse acúmulo de terras iniciou na segunda metade da “década de 1920, não só em termos de posse, mas de documentos”.<sup>125</sup>

### 13. Sede do castanhal “Jenipapo” (1927).



Visita de Deodoro de Mendonça (o segundo sentado da esquerda para direita) ao castanhal Jenipapo próximo ao núcleo de Marabá e um dos mais produtivos. Esse castanhal logo seria tomado como seu. Na foto, as características peculiares de um ambiente isolado, às quais estavam submetidas algumas comunidades nos castanhais médio-tocantinos, 1927. (foto: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.)

E com as terras sendo apropriadas, alguns dos que quisessem investir na extração de produtos da floresta tinham que ser “aviados por comerciantes, foreiros e arrendatários,

---

<sup>123</sup> MARTINS BARROS, Maria Vitória. **A zona castanheira do Médio Tocantins e Vale do Itacaiúnas: reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia.** Universidade Federal do Para, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Marabá – Pará, 1992, p. 56.

<sup>124</sup> MORAES. *Op. Cit.* p. 89.

<sup>125</sup> MARTINS BARROS. *Op. Cit.* p. 45.

entre os quais, destacavam-se os de descendência sírio-libanesa<sup>126</sup> que começaram a chegar à região a partir de 1908, onde progressivamente constituíram uma colônia libanesa, e alguns desses nomes estiveram a frente do controle fundiário, sobretudo da comercialização da castanha no Médio Tocantins, entre eles, e de maior relevância, estavam as família Moussalem, Chamon e Mutran.<sup>127</sup>

Migrou com frequência para a região do Médio Tocantins, também vindo do Maranhão, principalmente, grande número de trabalhadores para a extração da castanha,<sup>128</sup> sendo que grande número desses trabalhadores eram jovens e solteiros, o que facilitava o nomadismo entre um castanhal e outro.<sup>129</sup> Além da proximidade com Goiás e Maranhão, outra explicação para as levas de maranhenses ingressos nas matas do Médio Tocantins, na primeira metade do século XX, pode ser atribuído à facilidade de navegação descendo os rios Tocantins e Araguaia até a confluência dos dois, na fronteira do Pará com Goiás (hoje Estado do Tocantins) e Maranhão, por onde entrava o maior número de colonos, e ao isolamento em direção a capital paraense, proporcionado pelos trechos encachoeirados e de difícil navegação descendo o rio Tocantins, entre a “Boca” do Tauiri Grande até Tucuruí.<sup>130</sup> Dessas cachoeiras, a mais perigosa é Itaboca, com cerca de 12 quilômetros, entre as localidades de Tucuruí e Jatobá, os dois extremos da Estrada de Ferro Tocantins, um empreendimento que durou de 1895 a 1940, e que visava, a princípio, o escoamento do caucho do Médio Tocantins superando as cachoeiras.<sup>131</sup> Em uma distância de cerca de 200 quilômetros entre Marabá e Tucuruí proporcionava até um mês de descida.<sup>132</sup> No percurso entre Marabá e a cachoeira de

---

<sup>126</sup> VELHO. *Op. Cit.* p.54.

<sup>127</sup> MORAES. *Op. Cit.* p. 21.

<sup>128</sup> VELHO. *Op. Cit.* p. 41.

<sup>129</sup> Lista de castanheiros para o castanhal arrendado a Manoel Lopes Pedra e Manoel Messenas, Itupiranga 1948. Arquivo Público no Salão Cultural Antônio Braga e Chaves, Itupiranga. (A.P. Itupiranga)

<sup>130</sup> VELHO. *Op. Cit.* p. 55.

<sup>131</sup> Porto Mauá é o nome oficial, ou foi, do lugar Jatobá, no início, pelo lado montante, da celebre cachoeira de Itaboca, onde a navegação fluvial do Tocantins é, nos meses da seca interceptada. A princípio Jatobá foi o ponto terminal da fracassada rodovia Jatobá-Piteira, em cuja construção foram sepultados algumas centenas de contos de réis, do erário municipal de Marabá! Atualmente é Km. 117, ponto terminal da Estrada de Ferro Tocantins, a ferrovia que bateu o recorde da morosidade na história ferroviária do Brasil. Tem tido épocas de fastígios e de misérias; período de dinamismo e de estacionamento e, tal tem sido os seus fracassos que o espírito popular, irreverente e sincero, já a crismou acertadamente de “Estrago de Ferro Tocantins”. (...) a chegada de seus trilhos aquele ponto, transformou a natureza para lhe emprestar em cunho de progresso. A locomotiva lá estava com seus carros. Não como ferro velho, mais como elemento ativo, dinâmico, propulsor. O sr. Luiz Matos, mestre de linha (...) considera o problema da E. F. T., no momento, como o mais prospero e mais positivo a ser solucionado pelo esforço conjunto da ligação Anápolis-Belém e valorização do Vale da Amazônia. De fato, o mais difícil está feito: a colocação dos trilhos nos 117 Km. entre Tucuruí e Jatobá... (Jornal *A safra* Ano I, Marabá-Pará em 8 de agosto de 1948, número 23, página 1 e 6. (A.P. Marabá)

<sup>132</sup> VELHO. *Op. Cit.* pp. 55-56.

Itaboca via rio Tocantins, pouco se via de obra humana até por volta de 1960, porém o que se via, a maioria estava na margem esquerda.<sup>133</sup>

#### 14. Povoado na “Boca” da cachoeira de Itaboca (1927).



Porto de motores durante o verão na entrada da cachoeira de Itaboca. Certamente, um dos lugares de parada dos viajantes do rio Tocantins antes de atravessar as corredeiras em direção a Tucuruí (Alcobaça) e de lá para Belém. Na imagem, as casas de palha com paredes de barro ou abertas, além dos modelos de embarcação mostram um pouco dos costumes nos castanhais do Médio Tocantins. Em 1927. (foto: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.)

Desde 1927, e pelo menos até 1938, aos arredores dos pequenos núcleos urbanos no Médio Tocantins já se constituíam as propriedades de produções particulares, como “Quindangues” com 800 hectares à margem esquerda do rio Tocantins para a criação de gado; “Arapari” com 7.470 hectares à direita do rio Itacaiúnas para a extração da castanha e “São José” à esquerda do rio Itacaiúnas com 1.089 hectares para a agricultura, todas legadas ao comerciante Uady Moussalem.<sup>134</sup> Outro representante local que passou a acumular terras em quantidade significativa foi João Anastácio de Queiroz, nas localidades de “Viraçãozinho” à direita do rio Itacaiúnas, com 2.178 hectares, “Jacundá” à direita do rio Tocantins com 3.946 hectares, “Mãe Maria” à direita do rio Tocantins, com 5.241 hectares, todas para extração da castanha, além da localidade “Burgo”, voltado à agricultura.<sup>135</sup>

Com fins exclusivamente voltados ao extrativismo da castanha, Deodoro Machado de Mendonça, influente político no Estado e nos castanhais do Tocantins, até a década de 1940, pelo menos, comandava as áreas denominadas de “Cedro”, à direita do rio Vermelho com 3.200 hectares; “Cardoso”, à direita do rio Vermelho com 8.712 hectares;

---

<sup>133</sup> *Ibid.* p. 39.

<sup>134</sup> Diretoria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio. Seção de Povoamento, Serviço de Imposto Territorial. Município de Marabá exercício de 1935. (Arquivo Público do Pará).

<sup>135</sup> *Ibid.*



“Fortaleza”, à direita do rio Vermelho com 4.356 hectares; “Caititu”, à esquerda do rio Tocantins com 8.712 hectares; “Jenipapo”, à esquerda do rio Tocantins, com 6.666 hectares; “Sororó”, à direita do rio Sororó, com 4.356 hectares e “Tauiryzinho”, à direita do rio Itacaiúnas, com 2.178 hectares.<sup>136</sup> Aparece também, como comerciante de gado e porcos, Martinho Motta da Silveira,<sup>137</sup> que junto a Kalil Mutran, Antônio Chaves e Uady Moussalem, possuíam em 1938, cerca de 3.110 cabeças de gado e “em 1953 os movimentos dos matadouros locais registravam o abate de 1.768 bovinos durante o ano”.<sup>138</sup>

Também influentes no comércio local da castanha, na primeira metade do século XX, eram as firmas Dias e Companhia Limitada, com os castanhais “Caranha”, à direita do rio Itacaiúnas, com 4.356 hectares; “Abóboras”, à esquerda do rio Vermelho, com 4.368 hectares; “Pedra Grande”, à esquerda do rio Vermelho com 2.178 hectares; “Alegria” à esquerda do rio Itacaiúnas, com 1.089 hectares e uma área de 4.306 à esquerda do rio Sororó; e A. Mourão e Companhia, com as áreas denominadas “São Pedro”, à direita do rio Tocantins com 3.136 hectares e “Cabaceira”, à direita do rio Sororó, com 6.406 hectares.<sup>139</sup>

Perto dessas propriedades, permaneciam as “pequenas lavouras de mandioca, de milho, arroz, feijão e tabaco, que não dava sequer para o consumo local”.<sup>140</sup> Com destaque para os vazanteiros, pequenos lavradores das margens dos rios, “plantadores de gêneros de rápida colheita, como o melão, a melancia e milho, especialmente”.<sup>141</sup> Nas terras devolutas do Estado e municípios, permaneciam agrupadas algumas famílias com pequenas agriculturas de subsistência, porém se ocupavam também da caça, pesca e coleta da castanha nativa, priorizando o consumo.<sup>142</sup> Para esses habitantes da floresta, agricultores e castanheiros, a castanha ultrapassou o valor econômico, passou a representar, além de produto medicinal, ingrediente nos principais pratos, pois com o seu leite extraído com a raiz da paxiúba se tempera “o cupu batido com ‘forquilha’ (Figura 15), o jabuti”<sup>143</sup> e outras caças como o veado, o caititu, a paca, o jacu, etc.,<sup>144</sup> e na falta da caça comia-se com abóbora cozida, um

---

<sup>136</sup> *Ibid.*

<sup>137</sup> MORAES. *Op. Cit.* p. 92.

<sup>138</sup> VELHO. *Op. Cit.* p. 69. Documentos da Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará Limitada, nos talões de Impostos de Consumo e em fichas da Coletoria de Impostos Territoriais (Arquivo Público do Pará, Belém).

<sup>139</sup> Diretoria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio. Seção de Povoamento Serviço de Imposto Territorial, Município de Marabá exercício de 1935. (Arquivo Público do Pará).

<sup>140</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p.38.

<sup>141</sup> *Ibid.* p. 38.

<sup>142</sup> MORAES. *Op. Cit.* p. 23.

<sup>143</sup> MONTEIRO. *Op. Cit.* p. 63.

<sup>144</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p.44.

gênero das vazantes, ou somente o leite da castanha “fervido e temperado com pimenta e farinha de puba”.<sup>145</sup> Essas áreas do Médio Tocantins foram, no decorrer de sua ocupação, visitadas por índios; o Gavião, habitantes da direção norte e oeste do núcleo de Marabá, em direção a Itupiranga e Tucuruí, do lado direito do rio Tocantins; e os Caiapó, com aparições na direção sul no alto rio Itacaiúnas e em seus afluentes, como o Vermelho, o Sororó e Parauapebas,<sup>146</sup> (*Figura 16*) foram, portanto, os grupos indígenas de intensa presença naqueles castanhais.

Desde 1907, já se tinha notícias de ataques indígenas a trabalhadores que ingressavam nas florestas do Médio Tocantins. Como o dos índios Gavião a um dito Manoel, lavrador da localidade do igarapé “Araras” nos castanhais de Marabá, que distraído “assando uma curimatã para a refeição matinal foi atravessado por uma flecha que o prostou morto”.<sup>147</sup> Em 1912 o maranhense Francisco Trajano alcançava o rio Branco, atual rio Parauapebas clamando socorro dos companheiros da região para o reforço na defesa contra os índios Caiapó, que “investiram contra seu barracão localizado no rio Verde, afluente daquele rio, matando seu encarregado, a esposa deste e um auxiliar de trabalho”.<sup>148</sup>

#### 15. O cipó da paxiúba e a “forquilha” (2008).



Dois instrumentos usados pelos castanheiros: a raiz da paxiúba cheia de espinhos serve para ralar a castanha para a retirada do leite, são retirados os espinhos de uma de suas extremidades para segurar com uma mão e com a outra enche a mão de castanhas descascadas e esfrega nos espinhos. Em cima, um “socador de cupuaçu” ou “forquilha”, instrumento feito para preparar o cupuaçu, é usado para separar a poupa dos caroços.

<sup>145</sup> KLUCK, *Op. Cit.* p. 181.

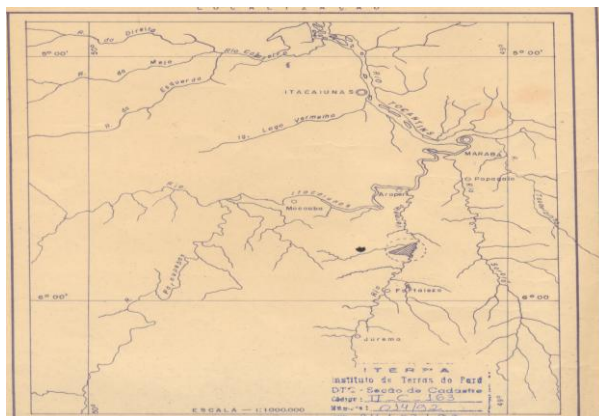
<sup>146</sup> *Ibid*, p. 80. VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 23.

<sup>147</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 23.

<sup>148</sup> MORAES. *Op. Cit.* p. 23.

Em 1919, os índios Gavião atacaram a fazenda “São Pedro” de propriedade da viúva do senhor Pedro Fontenelle, “matando o trabalhador João Branco e conduzindo uma criança do sexo masculino, depois de terem destruído tudo quanto encontraram nas casas de moradia”.<sup>149</sup> Porém, em função dos constantes ataques dos índios Caiapós aos cortadores de castanha no Vale do rio Vermelho, na década de 1950, foi organizada “uma expedição com trinta homens dirigida por Salvador Chamon”, comerciante e então secretário municipal em Itupiranga, com o intuito de reprimir os nativos agressores. Na expedição foram afugentados os Caiapós e sua aldeia queimada.<sup>150</sup> Essas hostilidades dos indígenas nos castanhais, ocorreram principalmente em instalações de maior concentração de colonos extratores, e de propriedades particulares em áreas de castanhais nos municípios de Marabá e Itupiranga no decorrer de suas progressivas ocupações.

#### 16. Principais afluentes do rio Itacaiúnas (1920).



Um croqui que destaca o castanhal “Poção do óleo”, mas que destaca também os principais rios na direção leste e sul: Itacaiúnas, Sororó, Sororozinho, Thaurizinho, Vermelho e Parauapebas, caminhos da ocupação dos castanhais, também de conflitos com os índios caiapós. (Neste croqui o povoado de Itupiranga foi, erroneamente, nomeado de “Itacaiúnas”. Fonte: ITERPA)

Os ataques de grupos indígenas a castanheiros cresceram de forma proporcional ao aumento da produtividade da castanha. Descendo o Tocantins na direção norte, “Ipixuna, Boca do Tauri Grande, e na direção oeste, Mãe Maria na margem direita do rio Tocantins, são os pontos preferidos para o aparecimento dos índios Gavião”.<sup>151</sup> Conforme Iara Ferraz,

<sup>149</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 23.

<sup>150</sup> MORAES, *Op. Cit.* p. 82.

<sup>151</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 23.

“um grupo Jê-Timbira” cuja localização é o Sul do Pará.<sup>152</sup> No lugar Mãe Maria, ponto de castanhal onde trabalhava o coronel Messias José de Souza, na década de 1920, foram vistos de uma só vez um número superior a 200 índios.<sup>153</sup> E subindo o rio Itacaiúnas e seus afluentes na direção leste e sul de Marabá eram os lugares de constantes visitas dos índios Caiapós, onde os ataques aos castanheiros se faziam freqüentes (*ver Figura 17*).

Em 1950, por exemplo, “o castanhal ‘Macaxeira’, ocupado pelo senhor Plínio Pinheiro”, foi atacado pelos Caiapós que “roubaram tudo o que encontraram nas barracas dos castanheiros Venceslau e Veríssimo Araújo”, atacando também, “no mesmo dia, o lugar Veados” com cerca de 50 guerreiros, que andavam “assolando o rio Vermelho”, afluente do Itacaiúnas.<sup>154</sup> Em 26 de fevereiro de 1952, no castanhal denominado “Motor Queimado”, nas proximidades do mesmo rio Vermelho, arrendado a Raimundo Ferreira da Costa, na “colocação Forquilha das Grotas” trabalhavam os irmãos José Vicente, Alexandre Pereira e Ignácio Rodrigues. Os três foram mortos e tiveram seus crânios esmagados pelos índios Caiapó ainda com seus respectivos paneiros nas costas, atingidos por tacapes e “bordunas”<sup>155</sup> quando transportavam castanha. As armas dos executores foram deixadas sobre os corpos.<sup>156</sup> No mesmo ano, no castanhal “Cajazeiras”, arrendado a Juvenal Amaral foi morto e seu crânio esmagado, o castanheiro Manoelzinho e, novamente com um tom de ameaça a outros possíveis visitantes da região, as “bordunas” usadas para matá-lo foram deixadas sobre seu corpo.<sup>157</sup>

No ano de 1953, no castanhal do “Remanso”, arrendado a Gumercindo Milhomem, foram mortos os irmãos maranhenses de Imperatriz, Raimundo e João Oliveira, e também tiveram seus crânios esmagados. Também em 1953, e mais significativo, ocorreu nas mesmas circunstâncias, a morte de um grupo formado por Daniel Soares, Raimundo do Clodomir, Josué Fonseca, Djalma Ramos, Felipe Batista e José Maria, pelos índios Caiapó. “Parte desses castanheiros era de operários de uma sapataria do senhor Hermes, em Marabá”.<sup>158</sup> “Tratava-se de índios Caiapó do grupo Gê, denominado Txicrim”,<sup>159</sup> “com um raio de ação no vale do rio Itacaiúnas, abrangendo também Conceição do Araguaia”.<sup>160</sup> O

---

<sup>152</sup> FERRAZ, Iara. **Os Parkatêjê das Matas do Tocantins: A Epopéia de um Líder Timbira**. São Paulo. USP, 1983, p.1.

<sup>153</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 23.

<sup>154</sup> *Jornal A safra* ano III, Marabá – Pará 19 de março de 1950, número 49. (A.P. Marabá)

<sup>155</sup> Pedacos de madeira ornamentados e com cerca de um metro e meio de comprimento.

<sup>156</sup> MORAES. *Op. Cit.* p. 80.

<sup>157</sup> *Ibid*, p. 81.

<sup>158</sup> *Ibid*. p. 81.

<sup>159</sup> KLUCK, *Op. Cit.* p. 145.

<sup>160</sup> *Ibid*. p. 131.

próprio Coudreau em sua *Viagem a Itaboca e ao Itacaiúnas* fez referência aos “caiapó-xicris (...) no alto Itacaiúnas”.<sup>161</sup> Assim como também Curt Nimuendajú se dedicou a alguns comentários sobre aqueles índios “hostis” que visitavam a “Bacia do Itacaiúnas”.<sup>162</sup> Segundo relatos sobre os índios Caiapó:

Eles esperam pacientemente que o caucheiro saia da barraca para carregar o que lhes é de proveito e estragar o resto. Mas às vezes parece que a sua paciência não chega para isto, e então caem de imprevido sobre o civilizado em casa e matam tanto homens como mulheres com os seus cacetes que depois abandonam em cima do cadáver...<sup>163</sup>

Nos castanhais do rio Vermelho e do Sororó, os Txicrim efetuaram numerosos ataques, quase todos com conseqüências fatais. Era difícil aos atocaiados escaparem, já que as vítimas eram observadas durante vários dias e atacadas geralmente nos seus caminhos rotineiros, ou em atividades nas barracas. As mortes eram causadas por pancadas de bordunas, pesados tacapes de madeira, de mais de um metro e meio de comprimento, arma preferida dos caiapó. No rio Sororó, cinco castanheiros foram mortos de uma só vez e no rio Vermelho, três, em uma barraca. Foram centenas de casos de ataques a pessoas isoladas, o que era mais comum.<sup>164</sup>

#### 17. Ataque dos índios caiapó em castanhais de Marabá (1950).



Índios surpreendem castanheiros com seus ataques de bordunas.<sup>165</sup> Esta é uma representação de um ataque dos índios Caiapó aos castanheiros com seus paneiros cheios de castanha nos castanhais dos afluentes do rio Itacaiúnas em Marabá.

<sup>161</sup> COUDREAU. *Op. Cit.* p. 73.

<sup>162</sup> NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e indigenismo:** sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará; organização e apresentação Marco Antônio Gonçalves. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993, p. 147.

<sup>163</sup> *Ibid.* p. 148.

<sup>164</sup> KLUCK, *Op. Cit.* p. 146.

<sup>165</sup> *Ibid.* p. 79.

## ***CAPÍTULO II***

### ***2. A ECONOMIA DOS CASTANHAIS***

Desde a década de 1920, com a desvalorização da borracha amazônica e a importância dada à castanha, “castanhais de Marabá passaram a ser arrendados aos interessados em coletar castanha, nos meses de safra”, de janeiro a junho.<sup>166</sup> No entanto, a partir de 1930, com o processo avançado de arrendamento de castanhais, prevaleciam também os “castanhais do povo” ou castanhais do município, os controlados pelo poder municipal. Nesses castanhais “qualquer indivíduo poderia retirar castanha”, bastava apenas matricular-se junto à prefeitura no tempo estipulado em documento.<sup>167</sup> Após as matrículas, e no tempo determinado, os castanheiros seguiam para os castanhais em seus “batelões”, “reboques de quatro remos”, “montarias com jacumanzeiros” (*ver Figuras 18, 19 e 24*).<sup>168</sup> Em Marabá, por exemplo, distribuía-se sobre os igarapés nos castanhais, nas margens do rio Tocantins e outros seguiam para o Taurizinho, Sororó, para o rio Vermelho e seus afluentes, e ainda para o alto Itacaiúnas.<sup>169</sup>

#### 18. Porto no povoado de Marabá.



Um dos portos de Marabá, local de aviamento e de travessia para os castanhais, vazantes e para as caçadas ou pescarias. Percebe-se a movimentação de pessoas, seus estilos de navegação, vestes e residência da época. Início do século XX. (foto: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.)

---

<sup>166</sup> LIMA, Álvaro de Barros. In: MARABÁ. Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984. Trazendo estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa. 1984, p. 111.

<sup>167</sup> VELHO. *Op. Cit.* p. 60.

<sup>168</sup> KLUCK, *Op. Cit.* p. 119. Os “batelões”, “reboques” e “montarias” são embarcações a remo e de pequeno porte usadas, principalmente, para a navegação nos igarapés e os jacumanzeiros são os remadores responsáveis pelo controle de direção, normalmente posicionados em uma das extremidades.

<sup>169</sup> *Ibid.* p. 119.

Nessas “áreas reservadas de castanhais para uso comum, a comercialização da castanha era livre, vendia-se para quem pagasse mais”,<sup>170</sup> e a própria literatura, de forma saudosista até caracteriza certa euforia em torno da coleta:

Mandem as matrículas! Soltem à gente, meus senhores! Esta a solicitação dos marabaenses às autoridades. Com as matrículas nas mãos, homens, mulheres e meninos madrugavam na selva, varriam os 8.000 hectares de servidão pública. Carregavam em uma semana de trabalho cerca de cinco barcos motores, e era esta antecipação de safra que desafogava os primeiros compromissos assumidos pelos patrões.<sup>171</sup>

“Pontos de castanha” ou agrupamentos de castanheiras que passavam o verão despovoados, voltavam a ter movimento e agitação. As vozes humanas ecoavam novamente nas barracas. Os estampidos das armas de fogo marcavam a presença de homens nos castanhais. Os corpos dos castanheiros passavam a estar sujeitos a alimentar insetos, e também a estarem expostos às chuvas e ao peso do paneiro a ziguezaguear “pelas ‘picadas’<sup>172</sup> mal traçadas conduzindo a castanha”.<sup>173</sup> Para os castanhais também seguiam muitas mulheres, segundo o castanheiro Mariano Coelho, não só “pra preparar a comida pros castanheiro, mas também pra catar castanha. Tinha mulher boa de castanha no castanhal”.<sup>174</sup>

#### 19. Porto no núcleo de Marabá (1926).



Trabalhadores castanheiros se preparam em barcos para sair de um dos portos de Marabá em direção aos castanhais. De 1926. (foto: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.)

<sup>170</sup> *Ibid.* p. 111.

<sup>171</sup> *Ibid.* p. 118.

<sup>172</sup> Caminhos improvisados em matas fechada, feitos principalmente a facão, o suficiente para a locomoção.

<sup>173</sup> *Jornal A safra* ano II, Marabá – Pará, 25 de setembro de 1949, página 3. (A.P. Marabá)

<sup>174</sup> Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

## 20. Paiol de castanha em Marabá (1926).



Próximo a um igarapé, no porto de um castanhais de Marabá, “encarregados do barracão” e seus comandados fazem pose do lado de um amontoado de castanha a ser escoado para os portos municipais. De 1926. (foto: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.)

Das localidades sedes seguiam as estradas para os agrupamentos de castanheiras, também denominadas de “colocações”.<sup>175</sup> Vários grupos de castanheiras ou “pontos de castanha” (ver Figuras 20 e 23), mais ou menos próximos e ligados por estradas, formavam uma “colocação”.<sup>176</sup> A coleta e corte da castanha (ver Figura 21) “coincide com o inverno, o tempo das chuvas, que contribuem para a queda dos ouriços” e para o escoamento, devido às enchentes dos igarapés.<sup>177</sup> Não era rara a falência de patrões por não conseguirem escoar sua castanha devido à falta de chuvas e à impossibilidade de navegação dos igarapés.<sup>178</sup> E era por isso, certamente, que no período de entressafra e, próximo ao mês de dezembro, principalmente, que eram realizados os preparativos para a coleta e escoamento, através da “conservação de estradas, roçagem, aterros de alagadiços e reparos de pontes, limpezas de igarapés e grotões”.<sup>179</sup> Os “dois meios eficazes no aumento da produção desse gênero eram as estradas de penetração e limpeza de igarapés”,<sup>180</sup> pois segundo os donos de castanhais: “Eram esses pequenos cursos d’água periódicos as estradas que circulam a maior riqueza natural

<sup>175</sup> BRÁS, Ademir. In MARABÁ. Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984, trazendo estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa. 1984, p. 70.

<sup>176</sup> *Ibid.*

<sup>177</sup> VELHO. *Op. Cit.* p. 52.

<sup>178</sup> MILHOMEM, Clara Araújo. **Castanhais, Canoas e batelões (memórias)**. Gráfica Giramundo, São Paulo, setembro de 2004, p. 57.

<sup>179</sup> BRÁS, *Op. Cit.* p. 70.

<sup>180</sup> Revista *Itatocan* ano I, Marabá – Pará, outubro de 1953, número 5 página 12. (A.P. Marabá)



explorada nessa comuna, a castanha. Quanto maior for a desobstrução dos leitos dos igarapés, mais rápido e mais barato serão também o transporte da castanha”.<sup>181</sup>

Além desses preparativos, também empregava mão-de-obra específica, como na restauração dos barcos e motores e, chegando até em alguns castanhais, a limpeza das castanheiras livrando-as de parasitas como os cipós.<sup>182</sup> Portanto, os castanhais passaram a representar em teoria, não apenas uma base econômica, mas iam além disso. Passavam, sobretudo, à representação da renda, o que dava sustentação ao *status* dos detentores da castanha e dos castanhais, aí estava sua importância como empresa. No reino da castanha, como bem afirmou Abgvar Bastos, “a riqueza do proprietário não (era) avaliada pela extensão territorial da sua posse, mas tão somente pelas possibilidades produtivas, no estado natural”.<sup>183</sup> Um simbolismo comparado ao descrito por Thompson, em trabalho sobre economias da floresta, cuja percepção foi o valor simbólico desenvolvido em torno dos cervos do parque real de Windsor na Inglaterra, por exemplo. Para ele, além da ornamentação do parque, os cervos existiam com a função específica “de proporcionar ao rei uma distração das preocupações de Estado”.<sup>184</sup>

## 21. Castanheiro em atividade (1920).



O castanheiro (Domingos Nunes)

Depois de amontoados os ouriços, o próximo passo é o corte dos mesmos com pesados facões e descarregados as castanhas no paneiro, colocado ao lado do castanheiro.<sup>185</sup>

<sup>181</sup> Jornal *A safra*, ano III, Marabá – Pará, 16 de julho de 1950, número 109, página 1. Jornal coordenado pelo comerciante e dono de castanhal, Nagib Mutran. (A.P. Marabá)

<sup>182</sup> BRÁS, *Op. Cit.* p. 71.

<sup>183</sup> BASTOS. *Op. Cit.* p. 155.

<sup>184</sup> THOMPSON. *Op. Cit.* p. 32.

<sup>185</sup> MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá**. Marabá . Grafil, 1996, p. 40.

22. Paneiro e pé-de-bode (2008).



O paneiro, feito do cipó “timbó” e com as alças de por nas costas, feitas de “embiras” retiradas da própria castanheira, pronto para ser usado. Ao lado do paneiro, o “pé-de-bode”.

23. Porto de castanhal em Marabá (1926).



Trabalhadores castanheiros e “encarregados do barracão” aguardam no porto de um castanhal de Marabá a embarcação para o escoamento de grande quantidade de castanha extraída. Na imagem, um cachorro para as caçadas e uma mulher que também os acompanhava, para cozinhar ou até cortar castanha. De 1926. (foto: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.)

Nos castanhais, a rotina da coleta iniciava com o aviamento. No mês de dezembro os castanheiros procuravam os patrões para receberem os adiantamentos em dinheiro e alimentos. Outros passavam o período de entressafra fazendo economias para comprarem, eles mesmos, os mantimentos ou “ranchos” de que necessitavam, e “não dependerem de patrões”. O processo de extração iniciava com a “reunião dos ouriços, principalmente em janeiro, quando era mais intensa a queda dos frutos”,<sup>186</sup> que eram recolhidos, a maioria das

<sup>186</sup> BRÁS. *Op. Cit.* p. 71.

vezes, pelos castanheiros profissionais com o “pé-de-bode” (ver *Figura 22*). Com esse objeto, se coletava sem que o castanheiro precisasse curvar-se para pegar o ouriço, jogando-o direto no paneiro atrelado a suas costas.<sup>187</sup> Os ouriços normalmente não eram amontoados em baixo das castanheiras, em função do risco de serem atingidos por outros que continuavam a cair.<sup>188</sup>

#### 24. Porto no rio Itacaiúnas (1926).



Trabalhadores castanheiros e as mais diversas embarcações em um porto no rio Itacaiúnas. Aqui um grupo se prepara para o ingresso nos castanhais. Uns levam mulheres e crianças, cachorros para caçar, enquanto outras esposas, mães e filhos assistem à partida. Em 1926. (foto: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.)

Os castanheiros se dedicavam nesse período de safra (de janeiro a março) a coletar a castanha e a transportá-la de onde efetuavam o corte, nas “colocações”, para o paiol do castanhal, e dali para o porto da sede municipal para ser transportada para Tucuruí e de lá para Belém.<sup>189</sup> Nos portos dos castanhais, iam os patrões receber a castanha dos “porões dos batelões ou dos motores, surgiam os armazéns e a medição do hectolitro”. Este deveria ter capacidade para “100 litros, mas comportava 115 a 120 litros”.<sup>190</sup> “Por cima desses cento e muitos, arrumavam as ‘cabeças’ um acréscimo de mais de uma dezena de litros”.<sup>191</sup> Se o patrão ou aviador não recebia o produto do aviado dessa forma teria prejuízo, pois ao entregar para o comerciante “haveria a ‘quebra’ porque a sua castanha era medida na mesma medida e no mesmo sistema de cabeça”. “Haviam barcos-motor despachados (dos portos de Marabá e Itupiranga) com 280 hectolitros, e que em Tucuruí descarregavam com 350 e 400”.<sup>192</sup>

<sup>187</sup> MONTEIRO, *Op. Cit.* p. 49.

<sup>188</sup> *Ibid.*

<sup>189</sup> BRÁS, *Op. Cit.* p. 71.

<sup>190</sup> *Jornal A safra* ano II, Marabá – Pará, 25 de setembro de 1949, página 3. (A.P. Marabá)

<sup>191</sup> *Ibid.*

<sup>192</sup> *Ibid.*

Alguns castanheiros já negociavam a castanha cortada ali mesmo no castanhal onde fora extraída, era a “venda no ponto”, normalmente era o trabalhador que não possuía embarcações ou que não queria executar esse trabalho.<sup>193</sup> Nessa relação de compra e venda seguia um princípio hierárquico que envolvia o dono do castanhal, foreiro, arrendatário ou proprietário no topo da pirâmide; o “encarregado do barracão”, responsável pela trama; e o castanheiro, o extrator.<sup>194</sup> Na relação econômica nos castanhais, ainda incluía o “lavador”, o “tropeiro”, quando o escoamento da castanha era feita por terra em animais de carga, porém quando por água, via igarapés e rios, onde eram mais freqüentes, atuavam os “barqueiros” ou “motoristas” (*Figura 25*), que guiavam as embarcações, “motores de popa, batelões, montarias, que teriam que ser devidamente registrados para o maior controle da empresa”.<sup>195</sup>

#### 25. Entrada da cachoeira de Itaboca (1926).



Baldeação de castanha na cachoeira de Itaboca, de um batelão para barcos com motores de popa visando a travessia das corredeiras. Nessa embarcação é possível diferenciar os trabalhadores envolvidos no corte da castanha, os que estão com as roupas sujas, dos tripulantes, que muito provavelmente, são os motoristas e os “encarregados do barracão”, 1926. (foto: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.)

Havia quem vendesse sua produção de castanha antes mesmo de consegui-la, antes da safra, “na folha” ou “na rama”, prática comum também com outros produtos nativos ou cultivados da região.<sup>196</sup> O objetivo dessa prática comercial antecipada era “manter o monopólio de capitais e de safras”.<sup>197</sup> Segundo o castanheiro Mariano Coelho, também era uma forma que o patrão tinha de pagar menos pelo hectolitro de castanha, “era como se fosse

<sup>193</sup> LARAIA e DA MATTA. *Op. Cit.* p. 138.

<sup>194</sup> *Ibid.*

<sup>195</sup> *Jornal A safra* ano II, Marabá – Para 20 de fevereiro de 1949, número 47, página 4.

<sup>196</sup> LARAIA e DA MATTA, *Op. Cit.* p.134.

<sup>197</sup> *Ibid.* p.135.

um empréstimo a juros”.<sup>198</sup> Adiantava-se um valor pequeno e recebia em quantidade maior ao equivalente. Porém, a compra nessas condições era arriscada, pois existia a possibilidade de perda do investimento em uma suposta má safra ou na impossibilidade de escoamento. O castanheiro submetido a um patrão, proprietário, arrendatário ou foreiro de castanhal, recebia uma porcentagem pela castanha extraída que variava de patrão para patrão, normalmente menos de 50%.<sup>199</sup>

A variação de preço pago ao castanheiro empregado em um castanhal arrendado, por exemplo, também se justificava na diferença de percurso. A distância ou as dificuldades no escoamento da castanha via rios e igarapés, entre as “colocações” e o porto do castanhal, também determinavam o preço a pagar ao castanheiro por hectolitro extraído, pois “a castanha extraída e entregue no porto de embarque do castanhal (era) paga de acordo com o preço corrente em cada igarapé”.<sup>200</sup> Após a safra oficial ainda eram colhidos muitos hectolitros, era o processo de “catação”. Trabalhadores castanheiros eram contratados especificamente para esse trabalho todos os anos, normalmente no mês de abril e maio, como afirma Mariano Coelho: “era os ouriço que caía depois ou que ficava escondido na folha, e nós só podia vender pro dono do castanhal”.<sup>201</sup>

A prática da coleta da castanha padronizada, com o uso de paneiros, pé-de-bode, barcos a motor ou a elaboração de estradas nos castanhais, não identifica por si só o castanheiro, já que essas referências cabem mais aos trabalhadores castanheiros de profissão, os aviados que estavam sujeitos a um patrão, normalmente os vindos de outros lugares. Todavia, deve-se levar em consideração que nem todos os castanheiros sabiam construir paneiros e, por isso, muitos transportavam suas castanhas em sacos. Nem todos tinham a preocupação de encherem seus respectivos paióis, alguns sequer os possuíam. O que dizer daqueles coletores que colhiam castanha nas horas de folga da lavoura e que se “ocupavam mais com seus roçados”?<sup>202</sup> Os que colhiam castanhas somente como um complemento para a subsistência, suprindo suas necessidades alimentares ou até mesmo econômicas, extraíndo-as em seus lotes ou nos dos outros?<sup>203</sup> Porém, esse comentário far-se-á depois.

---

<sup>198</sup> Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão para o trabalho na castanha. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

<sup>199</sup> Jornal *A safra* ano IV, Marabá – Pará, 5 de junho de 1951, número 140, página 4. (A.P. Marabá)

<sup>200</sup> Observação contida nas “licenças de safra” acompanhada dos nomes dos castanheiros, do castanhal, sua localização e seu arrendatário. (A.P. Itupiranga)

<sup>201</sup> Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão para o trabalho na castanha. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

<sup>202</sup> Jacundá, 12 de dezembro de 1949. Carta do fiscal de castanhal José Pereira e Silva enviada a Raimundo Ferreira Lemos, prefeito de Itupiranga em exercício. (A.P. Itupiranga)

<sup>203</sup> Gabinete do prefeito municipal de Itupiranga, 2 de Dezembro de 1949. Portaria número 41, em seu parágrafo 2º. Que trata dos castanheiros e seus roçados. (A.P. Itupiranga)

O domínio sobre a terra no Médio Tocantins que se viu até 1950, foi resultado de um quadro fundiário que poderia ser apresentado como composto por terras dos índios e terras de camponeses. Por um lado, estas em contínua redução e latifúndios dos criadores de gado e exploradores da castanha, em contínua expansão, por outro lado,<sup>204</sup> em um período que a economia da castanha era prioridade. A propriedade da maior parte das terras acessíveis “sustentava então o domínio político” de destacadas famílias locais.<sup>205</sup> Os “castanhais do povo” em Marabá, por exemplo:

são referências obrigatórias na memória social. Eles foram concedidos nas décadas de 1920, 30, 40 e 60, compreendendo uma área total de 29.890 hectares, que correspondem às serventias do Landy, Geladinho, Jenipapo, Alto Bonito, além de um sem denominação específica. A essas serventias pode-se acrescentar ainda os 4.356 hectares da légua patrimonial de Marabá, na qual os castanhais também eram livres e ter-se-á assim uma idéia da extensão da terra de uso comum que foi apropriada por grupos locais.<sup>206</sup>

Os castanhais do Médio Tocantins passaram a ser uma das maiores referências econômicas do Estado paraense, justificando, portanto, o interesse dos governos em manter uma influência na região e a determinar quem deveria extrair o produto. Caracterizou também um significativo aumento populacional até o início da década de 1950 somente no entorno de Marabá, por exemplo, apresentando uma população de 4.973, na zona urbana e 6.210 na zona rural. A maior concentração populacional no campo certamente mostra que a população já havia se adensado em grande parte dos castanhais e, até 1980 constituía-se uma população de 59.915, 18.258 na zona rural e 41.657 na zona urbana, o que é um exemplo do processo de urbanização dos castanhais entre 1970 e 1980.<sup>207</sup>

Em 1951, a antiga localização do Burgo Agrícola do Itacaiúnas foi transformada na “Colônia Quindangues”, com 174 lotes de uma légua quadrada, objetivando o abastecimento, e possivelmente, “para evitar a presença de desocupados” no núcleo urbano de Marabá.<sup>208</sup> Além da localidade “Quindangues” as Ilhas do Jacaré, João Vaz e Praia do Meio ou das Novilhas foram destinadas para camponeses. A localidade de “São José”, esta com a finalidade de desenvolvimento de um bairro fora do alcance das inúmeras enchentes, e aqueles destinados ao desenvolvimento agrícola, “distribuídos para pessoas pobres” com “capacidade para trabalho agrícola”, em lotes de 25 hectares “para cada colono, podendo essa

---

<sup>204</sup> EMMI. *Op. Cit.* p. 5.

<sup>205</sup> *Ibid.* p. 5.

<sup>206</sup> *Ibid.* p. 107.

<sup>207</sup> MATTOS. *Op. Cit.* p. 68.

<sup>208</sup> VELHO. *Op. Cit.* p. 68.

área ser aumentada para 50 no caso da família contar com mais de três membros aptos para o trabalho”. Locados mediante “requerimento da prefeitura de Marabá”, durante os primeiros cinco anos o “locatário” obrigou-se a cumprir diversas cláusulas para então receber o “título definitivo” da terra. “Quindagues seria destinada exclusivamente à agricultura, apenas admitindo aves domésticas, cabras, carneiros e suínos sob cerca própria e animais de tração”.<sup>209</sup> Dava-se uma grande concentração desses agricultores nas proximidades do núcleo de Marabá, “se dedicando aos reparos de barcos e outros serviços urbanos”.<sup>210</sup>

Nos anos 1920 até por volta da década de 1940, portanto, teria havido um controle significativo de castanhais por Deodoro de Mendonça e parentes, como os Mendonça Vergolino. Já a partir da década de 1950, essa forte influência coube a “um grupo de comerciantes, fazendeiros e exportadores de castanha, entre os quais se evidenciou o tronco familiar Mutran”,<sup>211</sup> inclusive a fusão com a família Moussalem, através do casamento entre Nagib Mutran e Alzira Moussalem.<sup>212</sup> Alianças matrimoniais que uniram com as famílias, suas terras e seus bens.

Desde 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas como presidente da República, conseqüentemente, as políticas elaboradas para o Pará pelo escolhido interventor no estado, Magalhães Barata, criou-se uma visível divisão política regional que influenciou diretamente na economia da castanha no Médio Tocantins. Os baratistas, em torno do Partido Liberal, “que congregava os líderes mais expressivos do movimento revolucionário” de 1930; e os anti-baratistas, normalmente os fazendeiros e proprietários de castanhais saudosos do período pré-revolucionário, que já em 1932, se organizaram em uma Frente Única Paraense em torno do Partido Popular do Pará, e entre eles estava Deodoro de Mendonça.<sup>213</sup> Uma das políticas de Magalhães Barata, como interventor paraense para os castanhais foi a anulação dos “arrendamentos das terras de castanhais concedidas pelos governos estaduais anteriores”, conservando-os como serventia pública. Deodoro de Mendonça, como um dos principais detentores de castanhais da região do Tocantins paraense, portanto, teve seus bens interditados.<sup>214</sup> Além de expressar uma preocupação com a produção castanheira, Barata criou a Inspetoria de Minas e Castanhais e uma legislação específica, cuja concessão passou a ser via arrendamentos temporários ou por compra, que permaneceu até 1954, quando criada a lei

---

<sup>209</sup> Jornal *A safra* ano IV, Marabá em 17 de junho de 1951 número 141, páginas 1 e 4. (A.P. Marabá )

<sup>210</sup> VELHO. *Op. Cit.* p. 68.

<sup>211</sup> EMMI. *Op. Cit.* p. 80-81.

<sup>212</sup> MORAES. *Op. Cit.* p. 78.

<sup>213</sup> RODRIGUES, Denise de Souza Simões. **Alianças político-partidárias no Pará (1889-1940)**. Cadernos Sociologia e Política, Série D\G. Belém, UFPA\CFCH, 1982, pp. 8-9.

<sup>214</sup> PETIT. *Op. Cit.* p. 194.

de nº 913 em 4 de dezembro, que autorizou novamente o aforamento.<sup>215</sup> Porém, é bem certo que Barata, quando no governo, utilizava-se também de políticas de favorecimento, usando os castanhais na constituição de alianças políticas, além de nomeações de prefeitos, ou seja, os castanhais passaram a trunfos políticos para a sustentação dos grupos no poder.<sup>216</sup> Em 1935, por exemplo, com a ascensão de José Malcher como governador do Pará, os castanhais foram usados para reforçar sua aliança com os anti-baratistas, Deodoro de Mendonça e membros da colônia sírio-libanesa em Marabá, entre eles, Nagib Mutran.<sup>217</sup>

Foi a partir de 1930, portanto, com a legalização dos arrendamentos de castanhais, que a família Mutran começou a “arrendar grandes áreas de castanhais e a comprar alguns deles”, em uma trajetória “como modestos aviados da firma Antônio Borges e Companhia, passaram em fins da década de 1940 a aviadores e líderes políticos, grandes compradores de castanha, donos de barcos e exportadores do produto”.<sup>218</sup> Nagib Mutran chegou, após várias tentativas frustradas, a prefeito de Marabá em 1958, e deputado estadual em 1962, como representante local da UDN.<sup>219</sup> A Antônio Borges e Cia. foi uma firma que atuou no comércio da castanha durante o período pós-1930, intermediando a “concessão de castanhais entre os correligionários do Partido Liberal, liderado por Magalhães Barata, interessados no comércio da castanha” e o próprio interventor.<sup>220</sup>

Muitos dos membros do PL, partido dos apoiadores do Movimento de 1930, uniram-se em torno da ideologia do Partido Social Democrático (PSD), após sua oficialização em 1945. Como principal liderança local ligada aos pessedistas e ao baratismo, estava principalmente João Anastácio de Queirós, este com fortes ligações às lideranças ligadas a Magalhães Barata na capital paraense desde 1930, pois aderiu ao Partido Liberal após a “Revolução”, e se elegeu deputado estadual pelo mesmo partido, tornando-se um protegido de Barata. Além de Queiroz, que faleceu em 1945 como prefeito e líder do PSD em Marabá, Antônio Vilhena de Souza que foi seu substituto na prefeitura de Marabá e na liderança do partido, nomeado também coletor estadual pelo próprio interventor paraense, Pedro Marinho de Oliveira, Sérvulo Ferreira de Brito, Alfredo Monção, José Martins Ferreira, José Bandeira

---

<sup>215</sup> Ver: Jornais *A safra e Marabá*, partindo da análise da rivalidade entre baratistas e anti-baratistas em torno das concessões de castanhais e da credibilidade política no Médio Tocantins.

<sup>216</sup> Jornal *Marabá* ano I, Marabá – Estado do Pará, 28 de julho de 1945, número 3, página 1. Nomeação de Antônio Vilhena de Souza para prefeito de Marabá. (A.P. Marabá)

<sup>217</sup> BORGES, Antônio. **Negociatas escandalosas**. Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Comércio, 1938, p. 14. Se refere à concessão das terras de castanhais nas proximidades da Ilha de Ipixuna, denominado de “castanhais dos índios” a Nagib Mutran em 1936, pelo então governador do Pará José Malcher.

<sup>218</sup> EMMI, *Op. Cit.* pp. 96-97.

<sup>219</sup> PETIT, *Op. Cit.* pp. 197-198.

<sup>220</sup> EMMI, *Op. Cit.* p. 92.



de Souza, Ambrosio Monteiro Franco, Álvaro de Barros Lima, Antônio do Rego Filho e Joaquim Carneiro de Carvalho, também formavam a liderança local do PSD, aclamados pelo jornal pró-Barata, *Marabá*.<sup>221</sup> Ao contrário, Deodoro de Mendonça se manteve sempre na oposição aos baratistas, foi um dos simpatizantes da Revolta Paulista de 1932, contra o regime revolucionário varguista, filiou-se ao Partido Social Progressista (PSP) em 1945, e foi apoiado pelo influente político local e regional Nagib Mutran, também por um grupo de libaneses e descendentes, comerciantes e proprietários nos castanhais.<sup>222</sup>

Deodoro de Mendonça ainda readquiriu espaço nos castanhais do Médio Tocantins durante o governo de José Malcher, governo eleito em 1935, ainda como Secretário Geral do Governo. Contudo, em 1943, com o retorno de Magalhães Barata como governador paraense, seu afastamento dos castanhais novamente se caracterizou. Nos castanhais do Médio Tocantins, as manifestações anti-baratistas também se fortaleceram, principalmente a partir de 1945, com a redemocratização.

Os ataques aos membros do PSD se difundiram através do jornal *A safra*, coordenado pelo comerciante, dono de castanhais e liderança local da UDN, Nagib Mutran que manifestava seu apoio ao Partido Social Progressista de Deodoro de Mendonça e contra o então senador Magalhães Barata e o membro do PSD no governo paraense entre 1946 e 1950, Moura Carvalho. Porém, nas eleições de 1950, para governador do Pará, ficou caracterizada a vitória das lideranças políticas unidas em torno da “Coligação Democrática Paraense”, cujos reflexos locais foram compostos pelos seguintes partidos e seus respectivos líderes: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com Álvaro de Barros Lima, Partido Social Progressista (PSP) com José Mendonça Vergolino e que tinha como representante estadual, Deodoro Machado de Mendonça, União Democrática Nacional (UDN) com Nagib Mutran e Partido Social Trabalhista (PST) com Basílio Miguel dos Santos, que compunham naquele momento uma suposta “Coligação Democrática Marabaense”. Além de influenciar na eleição de Zacarias de Assunção em 1950, a “Coligação” local foi essencial nas eleições dos deputados Epílogo de Campos e Wilson Amanajás, componentes da Coligação Paraense, como deputados, todos contra os baratistas do Partido Social Democrático e suas lideranças locais e estaduais desde 1945.<sup>223</sup> Barata faleceu em 1959, porém a máquina pessedista só seria destruída em 1962, quando derrotada na Câmara Federal e Assembléia Legislativa.<sup>224</sup>

---

<sup>221</sup> Jornal *Marabá* ano I, Marabá – Estado do Pará, 28 de julho de 1945, número 3, página 1.

<sup>222</sup> *Ibid.*

<sup>223</sup> Jornal *A safra* ano IV, Marabá – Pará, terça 5 de agosto de 1951, número 139, página 1. (A.P. Marabá)

<sup>224</sup> EMMI. *Op. Cit.* p. 100.

A recompensa aos membros da “Coligação Democrática” veio no governo de Zacarias de Assunção, eleito governador paraense pelo PSP em 1950 e, através da lei número 913 de 1954, assinada por ele. Esta lei oficializou a apropriação da terra através do “aforamento perpétuo, o que havia sido extinto desde 1930, com a instituição da interventoria de Magalhães Barata, e garantiu também a apropriação real e permanente dos castanhais”.<sup>225</sup> Com a “lei 913, um castanhal passou a medir 3.600 hectares ou uma légua quadrada”,<sup>226</sup> porém, a posse não se limitou a isso. No Médio Tocantins poucos lotes não foram adquiridos através da lei 913 “por empresários regionais e sob a dominação de castanhais de serventia pública”, já que a lei dava prioridade aos arrendatários anteriores.<sup>227</sup> Em Marabá e localidades vizinhas, “uns 10 castanhais, totalizando uma área de 48.795 hectares passaram, nessa época, à propriedade privada, através de compra direta ou através de aforamento”.<sup>228</sup>

Em 1960, a família Mutran aparecia como uma das principais “latifundiárias da castanha”, comandando cerca de 131.332 hectares de “terras aforadas pelo Estado”, “o que correspondia a 21,4% da área total aforada no município de Marabá e entorno”. Os imóveis declarados passaram de 661 em 1972 para 2.451 em 1981; e a área total subiu de 810.750 hectares para 2.977.708 hectares no mesmo período, “um aumento aproximadamente de 270% em menos de dez anos”.<sup>229</sup>

## ***2.1. Legislação dos castanhais e os costumes da floresta***

Através do seguinte título: “Liberada a castanha do Pará”, o produto foi exaltado novamente “como grande economia” do Estado, pois em 1945 “recebeu o Coronel Magalhães Barata, interventor federal (...) um telegrama de Washington” anunciando que teria “livre acesso ao mercado” dos Estados Unidos a castanha paraense.<sup>230</sup> Por conta disso, muitos trabalhadores passaram a ser estimulados por uma espécie de chamada pública que se deu após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pois enquanto os maiores compradores de castanha, Estados Unidos e Inglaterra foram beligerantes, as grandes exportações

---

<sup>225</sup> *Ibid.* p. 105.

<sup>226</sup> BRÁS, Ademir. In: MARABÁ. Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984. trazendo estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa. 1984. MONTEIRO, *Op. Cit.* p. 69.

<sup>227</sup> ARNAUD, Expedito. **Os índios Gaviões de oeste: pacificação e integração.** Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975, p. 13.

<sup>228</sup> EMMI. *Op. Cit.* p. 79.

<sup>229</sup> *Ibid.* p. 126.

<sup>230</sup> Jornal *Marabá* ano I, Marabá-Pará, 26 de outubro de 1945, número 15, página 2. (A.P. Marabá)

conheceram um período de trégua, especificamente nos últimos cinco anos de guerra. Com o fim do conflito, a castanha retomou seu valor no mercado internacional, impulsionou o comércio do produto, e com isso, novas migrações com novas perspectivas:

ANTÔNIO SAMPAIO avisa seus amigos e fregueses castanheiros que está se preparando para serviço de extração da castanha nos castanhais “Santo Antônio” e “Macaúba”, de sua propriedade e convida a todos que queiram voltar ao velho trabalho da castanha, que surge agora com perspectivas bastante animadoras.<sup>231</sup>

Portanto, um novo retorno de novos e velhos castanheiros para os castanhais do Médio Tocantins, alimentando novamente o comércio da castanha. “Habitantes de uma grande área do sudoeste do Maranhão, atravessaram para o Pará na época da safra da castanha, principalmente de dezembro a março”,<sup>232</sup> período em que se registravam o maior número de conflitos entre proprietários e trabalhadores da castanha. Além de sucessivas fugas, alguns castanheiros conseguiam “se aviar com até três ou quatro patrões”,<sup>233</sup> como revelam as denúncias a seguir de um jornal que exaltava o valor comercial da castanha local, *O Marabá*:

O senhor João Craveiro Lopes (João Grande) apresentou queixas a polícia contra os trabalhadores de nome Severino Moraes e José Ribamar Neiva Moreira, pelo motivo de haver adiantado certa importância em dinheiro, por conta de um serviço a ser efetuado e até o presente os espertalhões não tinham aparecido, tomando chá de sumiço.<sup>234</sup>

Os indivíduos de nome Silva Nunes Barbosa, Luiz Barbosa, Agripino Ferreira Barros, Antônio Marques e José Felipe de Araújo, foram presos e acolhidos ao xadrez por não cumprirem seus compromissos junto aos patrões que lhes forneceram abono por serviços nos castanhais para a safra futura, comprometendo-se com outros quando de posse da gaita. E a moda está pegando!... Cuidado com eles.<sup>235</sup>

E assim, o Médio Tocantins foi marcado por novas levas de trabalhadores e, novamente, intensa movimentação em seus castanhais.<sup>236</sup> A região dos castanhais tocantinos voltou a se tornar um atrativo para inúmeros trabalhadores, possivelmente, já dotados de estratégias de resistência às imposições empregadas pelas economias da floresta, certamente,

---

<sup>231</sup> Jornal *Marabá* ano I, Marabá-Pará, 10 de novembro de 1945, número 12, página 2. (A.P. Marabá)

<sup>232</sup> VELHO. *Op. Cit.* p. 199.

<sup>233</sup> KLUCK, *Op. Cit.* p. 177.

<sup>234</sup> Jornal *O Marabá* Ano I, Marabá – Pará, 20 de novembro de 1964, número 2, página 1. Ocorrência policial, “espertalhões”. (A.P. Marabá)

<sup>235</sup> Jornal *O Marabá* Ano I, Marabá – Pará, 29 de novembro de 1964, número 2, página 3. Ocorrência policial, “castanheiros sabidões”. (A.P. Marabá)

<sup>236</sup> VELHO. *Op. Cit.* p. 44.

experiências adquiridas de outros tempos da castanha e da cultura extrativista da Borracha, que por sinal foi comentada por Antonacci, tendo como área de estudo os seringais do Acre. Esta constatou que, ao serem “explorados e dominados, os seringueiros nunca se relacionaram tranqüilamente com as formas de disciplina a que estavam submetidos” e, portanto, construíram “várias estratégias para enfrentar a cadeia de padrões seringalistas, comerciantes, aviadores e regatões”.<sup>237</sup> Weinstein, por sua vez, já vinha defendendo que no extrativismo e comercialização da borracha, onde podem ter sido criados meios de coerção, “os seringueiros, de maneira bem-sucedida, conseguiam reverter em benefício próprio”.<sup>238</sup> A autora também afirmou que o seringueiro dispunha de alguns “meios de autodefesa”. Uma das reações mais comuns e lucrativas, segundo Weinstein, “contra os comerciantes que tentassem aumentar suas exigências ou elevar os preços, era acrescentar pedras, areia ou farinha de mandioca à pele de borracha para tornar maior seu peso”.<sup>239</sup> Porém, em relação à economia dos castanhais paraenses constavam nas mensagens de governadores que as constantes reclamações dos exportadores de castanha eram de que grande quantidade de “detrictos” estava sendo acrescentada a castanha extraída, e que desta, uma quantidade significativa era podre, “e cujo exame verificou-se a vultosa quebra de 40 a 50% em amêndoas deterioradas” em algumas safras.<sup>240</sup> Isso, portanto, justifica a fala do castanheiro Mariano Coelho, quando disse que depois de cortar o ouriço, toda a castanha era colocada no paneiro, podres ou não, até mesmo o “umbigo”<sup>241</sup> e cascas que por ventura eram acrescentadas e não eram retiradas. O objetivo era “vencer o hectolitro do comprador”.<sup>242</sup>

Muitos trabalhadores que migraram para a região dos castanhais do Médio Tocantins, nos períodos de extrativismos do caucho, da castanha ou do diamante permaneceram ocupando pequenas propriedades de terra e desenvolvendo pequenas lavouras de subsistência na beira de rios e igarapés, formando agriculturas de vazantes,<sup>243</sup> “sobretudo entre as cidades de Marabá e Itupiranga; em centros ligados às sedes dos distritos dos

---

<sup>237</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. **Reservas extrativas no Acre e biodiversidade:** relações entre cultura e Natureza. ( Revista Projeto História ) São Paulo. vol. 18, pp. 191 – 214, 1999, p. 194.

<sup>238</sup> WEINSTEIN. *Op. Cit.* p. 40.

<sup>239</sup> *Ibid.* p. 36.

<sup>240</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 13ª legislatura a 7 de setembro de 1927 pelo Governo do Estado do Pará Dionísio Ausier Bentes, p. 71.

<sup>241</sup> Parte interior do talo que sustenta o ouriço na castanheira, e ao se desprender da árvore se confunde com as castanhas.

<sup>242</sup> Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, Itupiranga, desde 1955, natural de Porto Franco do Maranhão. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

<sup>243</sup> VELHO. *Op. Cit.* p. 67.

municípios por estradas rústicas”. Normalmente esses trabalhadores extratores possuíam suas roças, suas lavouras.<sup>244</sup>

Seria pertinente ressaltar no presente estudo que, durante o período de desvalorização da castanha, entre o início de 1940 e o final de 1945, muitos dos habitantes dos castanhais que priorizavam aquele trabalho, podem ter passado a investir em novos meios de sobrevivência, além do diamante, sendo obrigados a buscar na natureza outras formas de trabalho e de aquisição de alimentos, o que fez daqueles homens, que permaneceram nos castanhais no período de trégua, ainda mais dependentes dos recursos da floresta, criando assim maior afinidade com o meio. Inclusive, muitos comandantes de castanhais deixaram, neste período, a economia da castanha e voltaram suas atenções para a pecuária. Conforme Paulo Kitamura:

A economia regional procurou adaptar-se a essa nova situação pela busca de novas atividades alternativas. Surgiram dessa forma a atividade pecuária, com a experiência trazida do vizinho Estado de Goiás; a garimpagem na busca do diamante e cristal de rocha; como também um maior cultivo de produtos agrícolas de subsistência como arroz, milho, feijão e mandioca (...) Esse movimento trouxe um componente fundamental para a economia regional: o de fixar o homem à terra.<sup>245</sup>

Portanto, um episódio parecido com o ocorrido durante o período de desvalorização da borracha amazônica na década de 1920, e que, segundo Cristina Wolff, utilizando-se de Mauro W. B. Almeida, os seringueiros tornaram-se a partir de um suposto momento de crise, “uma espécie de campesinato florestal”, que passou a aliar as atividades de extração à agricultura, caça, pesca, e criação de pequenos animais.<sup>246</sup> Ainda segundo Wolff, teria ocorrido naquele período uma maior relação entre esses indivíduos e o meio, uma “dependência extrema, conhecimento profundo e detalhado das potencialidades da floresta” e, por uma forma de utilização de seus recursos de maneira sustentável.<sup>247</sup> Os argumentos de Cristina Wolff sobre as *Mulheres da floresta* do alto rio Juruá, Acre, pelo fato de priorizarem as práticas e sabedorias rigorosamente adequadas pelas mulheres aos seringais, personagens tradicionalmente posta à margem da escrita da história, acabou fornecendo a esta pesquisa sobre os castanhais do Médio Tocantins instrumentos imprescindíveis para a interpretação dos valores desenvolvidos pelos tradicionais colonos médio-tocantinos. Tanto aquela pesquisa

---

<sup>244</sup> Portarias determinando as condições para o ingresso nos castanhais públicos de Itupiranga. (A.P. Itupiranga)

<sup>245</sup> KITAMURA, Paulo Choji e MÜLER, Carlos Hans. **Castanhais nativos de Marabá-Pa: Fatores de depredação e bases para sua preservação.** Belém. EMBRAPA-CPATU, 1984, pp. 10-11.

<sup>246</sup> WOLFF. *Op. Cit.* p. 106.

<sup>247</sup> *Ibd.* p.118.

quanto esta procurou registrar o trabalho e os saberes oriundos de personagens ocultos e revelar sua importância para uma determinada região.

A estrutura burocrática desenvolvida em torno dos castanhais do Médio Tocantins, no primeiro e, principalmente no segundo período de valorização comercial da castanha, foi algo comparado ao que descreveu Arthur César Ferreira Reis sobre os seringais. Em muitos seringais, afirmou, “baixaram-se regulamentos que fixaram as obrigações e os direitos”. Ainda, segundo Reis, foram estabelecidas “as normas dentro das quais devia funcionar o seringal no seu aspecto de empresa comercial”, com suas exigências, técnicas e normas que pudessem regulá-la.<sup>248</sup> Foi assim, portanto, que a empresa da castanha no Médio Tocantins funcionou. Através de arrendamentos<sup>249</sup> “em partes acordantes, o Estado e os municípios cobravam um imposto único sobre a produção de castanha,”<sup>250</sup> com a elaboração de contratos que autorizavam a extração, “com preços previamente estipulados”, de acordo com o artigo 2 da lei estadual número 67 de 11 de outubro de 1926,<sup>251</sup> que regulamentava a extração da castanha. Outra determinação da lei, era que os interessados em arrendar castanhais, após enviarem requerimentos ao governo do Estado, obtivessem respostas, através de um processo que se dava via Prefeituras Municipais.<sup>252</sup> Em 1953, nos castanhais de Itupiranga, o valor do licenciamento, incluindo despesa de lavratura de contrato e croquis, por exemplo, era de “mil cento e setenta e um cruzeiros”.<sup>253</sup> Para consumir o arrendamento, o requerente tinha que ter em mãos, expedidos pela prefeitura, a “licença de safra e de Indústria e Profissão”, eram as autorizações para o ingresso nos castanhais. Estas com prazos estipulados em lei para sua quitação junto ao executivo municipal, normalmente para o primeiro mês de safra.<sup>254</sup>

Grande parte de castanhais era arrendado a cada ano para ocupantes de cargos públicos, líderes políticos ligados aos governos municipais ou aos seus respectivos parentes. Neste caso, muitos arrendatários de terras de castanhais passavam a “devedores”<sup>255</sup> dos cofres

---

<sup>248</sup> REIS, *Op. Cit.* p. 93.

<sup>249</sup> Lista de castanheiros anexa às licenças de arrendamento em Itupiranga. (A.P. Itupiranga)

<sup>250</sup> Prefeitura Municipal de Itupiranga. Ofício comunicando a Câmara Municipal do acordo entre a Prefeitura e o Governo Estadual. Prefeito de Itupiranga em 22 de abril de 1949. (A.P. Itupiranga)

<sup>251</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 44. ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir). *A Nova história*. Coimbra: Almedina, 1990, p. 42.

<sup>252</sup> Requerimentos de arrendamentos e liberação de castanhais para arrendatários. (A.P. Itupiranga)

<sup>253</sup> Secretaria de Obras Terras e Viação, Serviço de Cadastro Rural, documento enviado à Prefeitura Municipal de Itupiranga, 1953. (A.P. Itupiranga)

<sup>254</sup> Prefeitura de Itupiranga Requerimentos de liberação de licença de safra e Imposto de Indústria e Profissão com um valor, em janeiro de 1948, de “cr\$ 4,40” e janeiro de 1950 “cr\$ 4,50”. (A.P. Itupiranga)

<sup>255</sup> Ofício número 49 de 1953, enviado ao Governo do Estado pelo prefeito de Itupiranga Odilar Maciel Barreto, solicitando rigor nas cobranças das taxas da castanha. (A.P. Itupiranga)

do Estado e municípios. Na lista de arrendatários para a safra de 1949 em Itupiranga, por exemplo, entre os oito beneficiados estavam Antônio Braga e Chaves, vice-prefeito e presidente da câmara de vereadores; Jaime Pimentel, Carvilho Benício dos Santos, Joaquim Carneiro de Carvalho, José do Espírito Santo Soares, José Martins Soares, Pedro Ribeiro de Souza e Raimundo Carneiro de Carvalho. Na lista de contemplados em 1949 para a safra de 1950, estão Alfredo Ribeiro de Sousa, Bernardo José de Sousa, Domingos Wolf de Maria Pinto, Felix Gonzaga de Moura, Leônidas G. Duarte, Manoel Lopes Pedra (vereador), Maria Vieira da Silva e Salomão Gomes Ferreira, todos com alguma ligação à instituição pública.<sup>256</sup> Cada arrendatário coordenava seus próprios trabalhadores castanheiros devidamente formalizados, com seus nomes, estado civil, naturalidade, idade e preço a pagar pela castanha entregue no porto de cada castanhal, de acordo com a situação navegável de cada igarapé ou estradas por onde eram realizados os escoamentos.<sup>257</sup>

Essa situação estrutural dos castanhais do Médio Tocantins, não se diferenciava muito do conjunto burocrático comentado por Thompson sobre a estrutura funcional da floresta de Windsor, na Inglaterra do século XVIII. Foram identificados por ele, desde os simples guarda caças, matador de predadores e seus ajudantes, os guardas florestais e subguardas, os guardas reais, juiz-presidente e comissário do tesouro. Estes, sendo apenas alguns exemplos citados aqui, do conjunto de burocratas que antecedia ao rei no controle do parque inglês.<sup>258</sup> E continuou afirmado que “cada caminho na floresta (...) contava com um nobre ou fidalgo”, com seus respectivos salários e outros benefícios.<sup>259</sup> Os castanhais do Médio Tocantins, assim como em Windsor, também possuíam seus burocratas. Eram distribuídos pelas prefeituras, nos respectivos distritos dos municípios, por exemplo, os “fiscais municipais”, contratados e exonerados a qualquer tempo. Eram destinados a fiscalização e cobrança de impostos nas vilas, povoados e sedes.<sup>260</sup> O cargo de fiscal, era um cargo de confiança do executivo municipal, que além de seus salários, que em 26 de novembro 1960, em Itupiranga, era de “mil e quinhentos cruzeiros”, tinham direito a

---

<sup>256</sup> Relação dos licenciados para indústria extrativa da castanha, no município de Itupiranga, licenças expedidas para as safras de 1949 e 1950. (A.P. Itupiranga)

<sup>257</sup> Listas de castanheiros, Licença de Arrendamento, Prefeitura Municipal de Itupiranga. (A.P. Itupiranga)

<sup>258</sup> THOMPSON. *Op. Cit.* p. 63.

<sup>259</sup> *Ibid.* p. 38.

<sup>260</sup> Decreto de nomeação de fiscais municipais, entre 1948 e 1970. Prefeitura Municipal de Itupiranga, Estado do Pará. (A.P. Itupiranga)

“comissão pelas multas que eram por eles recebidas”,<sup>261</sup> o que os fazia vulneráveis diante de propinas, além de possivelmente terem sido imprudentes agindo em interesse próprio.<sup>262</sup>

Existiam os fiscais municipais contratados especificamente para a empresa da castanha, os “fiscais de castanhais”, nomeados normalmente em dezembro, mas também em outros momentos durante a coleta da castanha, no caso de necessidade, e exonerados em junho, atuando apenas no período de safra.<sup>263</sup> Eles eram responsáveis por fazer as matrículas dos castanheiros em suas respectivas zonas de atuação em “castanhais dos municípios”.<sup>264</sup> Além disso, “cabia aos fiscais de castanhais” a função de “percorrer diariamente a área sob sua guarda”, evitando o ingresso nas “colocações” antes da data estabelecida pelas portarias baixadas pelas prefeituras a cada ano de safra.<sup>265</sup> Possuíam o poder de confiscar a castanha extraída clandestinamente, porém o ato de apreensão cabia ao delegado de polícia, também defensor do Código de Posturas Municipal.<sup>266</sup> Um fiscal de maior confiança do poder público podia atuar em mais de uma “zona municipal”, e continuar no emprego após a safra da castanha, tornando-se um “fiscal geral” e exercendo outras funções, como foi o caso de Salomão Gomes Ferreira, nomeado para o exercício de fiscal, na cobrança de impostos de “Indústria e Profissão” na sede municipal, em Ipixuna, Jacundá, Jatobá e Cachoeira Itaboca, após a safra da castanha.<sup>267</sup> Era também função desses “fiscais municipais” a cobrança do imposto de “Indústria e Profissão” e “licenças de safra” dos funcionários devedores envolvidos na empresa extrativa, já que as matrículas dos “municípios”<sup>268</sup> e os contratos dos arrendatários poderiam ser pagos com os primeiros lucros, no primeiro mês de coleta e uma das obrigações dos fiscais era essa cobrança, como revela um ofício de autorização de cobrança, elaborado pela prefeitura de Itupiranga:

(...) pelo presente estou vos autorizando a proceder a cobrança do imposto “Indústria e Profissão” e “Licenças de Safra” de todo aquele que na vossa jurisdição estiver no comércio da castanha. O funcionário deve cumprir, sem

---

<sup>261</sup> Título de nomeação de “fiscais municipais” entre 1948 e 1970. (A.P. Itupiranga)

<sup>262</sup> Otávio de Souza, fiscal em Ipixuna anuncia à prefeitura de Itupiranga ter vendido sem autorização ao comércio local parte da castanha apreendida. Ipixuna, 28 de dezembro de 1948. (A.P. Itupiranga)

<sup>263</sup> Prefeitura Municipal de Itupiranga, portarias número 3, 4, 5 e 6 de 30 de junho de 1952, exonerando os fiscais José Pereira e Silva, fiscal de Jacundá, Francisco Pereira da Silva, Jaime Bittencourt Cohen, fiscal geral e Otávio Alves de Sousa, fiscal municipal em Ipixuna. (A.P. Itupiranga)

<sup>264</sup> Título de nomeação de “fiscais de castanhais” 09-12-1949. (A.P. Itupiranga)

<sup>265</sup> Decreto número 24, de 26 de novembro de 1960, Gabinete do Prefeito de Itupiranga. (A.P. Itupiranga)

<sup>266</sup> Ofício assinado pelo delegado Francisco Hipólito dos Santos que expressa as freqüentes desobediências às regras de conduta nos castanhais, janeiro de 1949. (A.P. Itupiranga)

<sup>267</sup> Portaria número 6, Gabinete do Prefeito Municipal de Itupiranga, Antônio Braga e Chaves, prefeito interino em 21 de janeiro de 1949. (A.P. Itupiranga)

<sup>268</sup> Trabalhadores envolvidos no trabalho de extração de produtos florestais em áreas de controle municipal.



privilégio nem restrições esta determinação superior sem, entretanto usar de violência ou medidas repulsivas.<sup>269</sup>

O “coletor estadual” era o responsável pelas arrecadações de impostos junto ao município, ele constituía um dos mais importantes e cobiçados cargos municipais, era nomeado pelo governo do Estado, porém, normalmente escolhidos nos próprios municípios ou região, como foi o caso de Salvador Chamon, secretário municipal de Itupiranga em 1950, nomeado em 1951 “no cargo de coletor de rendas do Estado”,<sup>270</sup> para o referido município. Assim como Antônio Vilhena de Souza, em Marabá no ano de 1948.<sup>271</sup> O “coletor estadual”, usando da sua influência política local, podia retirar da “serventia do povo no município e de castanhais do Estado para serem doados a determinadas pessoas”, a sua escolha.<sup>272</sup> E o “coletor federal”, agia no estado e no município com “direito a 3% de suas rendas tributárias”, referentes aos arrendamentos de terras e taxas de embarque de produtos florestais.<sup>273</sup> Um funcionário também de grande importância na empresa da castanha era o “Agente de Estatística”, era ele o responsável por manter o registro dos “castanhais arrendados e explorados”, bem como seus respectivos limites. A “Agência Municipal de Estatística” era ligada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística da presidência da república e, portanto, fornecia dados para a coletoria federal.<sup>274</sup>

Além dos castanhais arrendados a particulares, preservavam-se os “castanhais da prefeitura”, “do povo”, reservado a uma demanda maior de trabalhadores. As matrículas para o ingresso nesses castanhais eram feitas a cada ano junto aos órgãos municipais a quem desejasse extrair castanha, com uma infinidade de exigências. O valor das matrículas era de trinta cruzeiros, mais um cruzeiro de expediente, “somando trinta e um cruzeiro cr\$ 31,00”,<sup>275</sup> na safra de 1953, em Itupiranga. Essa taxa já havia sido extinta por uma portaria na safra de 1949, tornando gratuitas as matrículas para os “castanhais daquele município”.<sup>276</sup> Nos castanhais de Marabá, por exemplo, com uma lei de número 25 de 23 de agosto de 1949, de autoria do vereador Raimundo Fernandes de Oliveira, os trabalhadores que investissem

---

<sup>269</sup> Prefeitura Municipal de Itupiranga, Pará. Ofício número 25 de novembro de 1953. João Maria Barros, secretário. (A.P. Itupiranga)

<sup>270</sup> Coletoria de Rendas do Estado, Itupiranga 10 de março de 1951. (A.P. Itupiranga)

<sup>271</sup> Coletoria de Rendas do Estado em Marabá, 16 de outubro de 1948. (A.P. Itupiranga)

<sup>272</sup> Revista *Itatocan* Ano II, janeiro de 1954, número 7, página 7. (A.P. Marabá)

<sup>273</sup> Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Belém - Pará 6 de outubro de 1953. (A.P. Itupiranga)

<sup>274</sup> Agência Municipal de Estatística, Itupiranga – Pará em 29 de março de 1949. (A.P. Itupiranga)

<sup>275</sup> Prefeitura Municipal de Itupiranga - Estado do Pará, ofício nº23 de 1953. João Maria Barros secretário respondendo pelo expediente. (A.P. Itupiranga)

<sup>276</sup> Portaria número 45 de 10 de dezembro de 1949, Prefeitura Municipal de Itupiranga. (A.P. Itupiranga)

formalmente na economia agrícola, teriam “inscrições grátis para a extração da castanha em castanhais de serventia pública” naquele município,<sup>277</sup> bastando apenas apresentarem seus respectivos registros de agricultores. O controle da empresa, seus impostos de exportação e o domínio dos castanhais, portanto, superavam o valor das matrículas nos castanhais públicos.

Uma série de condições era instituída, a cada ano, para a entrada nos castanhais públicos. Além do pagamento da matrícula, as portarias “davam preferência aos antigos moradores das localidades”.<sup>278</sup> No entanto, dentro dos castanhais e povoados, tudo estava sujeito à legislação. A regulamentação dos castanhais para o extrativismo da castanha discutida neste estudo, pode muito bem ser comparada à estrutura jurídica montada na Inglaterra do século XVIII, mais especificamente na floresta de Windsor, e cuja referência foi feita por Thompson. O historiador inglês apresentou uma floresta dotada de regras, onde “tudo” se subordinava à economia dos simbólicos cervos, e por isso, Windsor tornou-se uma floresta totalmente regulamentada. Não só em torno dos cervos estavam as regras, mas nos espaços onde eles existiam. Os interesses do rei sobre a conservação do citado parque e o simbolismo em torno dos referidos animais, segundo Thompson, acabaram apenas justificando a repressão de um grupo de “fidalgos” sobre as atividades costumeiras dos habitantes consuetudinários que eram tidas como ilícitas, enquanto os burocratas se beneficiavam dos produtos da floresta.<sup>279</sup>

Partindo desse pressuposto, foi possível verificar que, na empresa da castanha, a partir de 1948, em Itupiranga, por exemplo, antes das respectivas safras eram baixadas as portarias determinando regras para o ingresso nos castanhais da prefeitura, o período “para a edificação de barracas”, bem como o dia exato do ingresso nos castanhais. Em hipótese alguma, o castanheiro poderia extrair castanha nos castanhais municipais sem a devida matrícula, e mesmo com ela, era proibida a entrada antes do dia determinado nas referidas portarias. Foi também expressamente “proibido caçadas durante o mês de dezembro”,<sup>280</sup> mês de preparativos para a coleta, nos mesmos castanhais, sujeitos a punições, pois caçadores poderiam usar de tal pretexto para extrair castanha antes dos outros. Os castanheiros que haviam feito “roçados para a lavoura, só poderiam trabalhar na servidão pública como extratores, se seus roçados estivessem limpos e plantados”, do contrário (asseverava uma

---

<sup>277</sup> Jornal *A safra* ano II, Marabá 25 de agosto de 1949 página 3. (A.P. Marabá)

<sup>278</sup> Prefeitura Municipal de Itupiranga, Estado do Pará, ofício número 23 de 1953. João Maria Barros, secretário municipal respondendo pelo expediente. (A.P. Itupiranga)

<sup>279</sup> THOMPSON, *Op. Cit.* pp. 34-35.

<sup>280</sup> Portaria número 27, em seus artigos 1,2,3,4 e 5, Gabinete do prefeito municipal de Itupiranga, em 22 de Novembro de 1948; Portaria nº 27 de 14-12-1953: “O prefeito de Itupiranga resolve designar o dia 11 de janeiro de 1954, para a abertura das matrículas que dão direito de extrair castanha nos castanhais de propriedade desta prefeitura”, naquele ano de safra. (A.P. Itupiranga)

portaria) ficariam “sujeitos às penalidades estatuídas pelo código florestal brasileiro”, que proibia a devastação das matas.<sup>281</sup>

É evidente, portanto, que o regime jurídico elaborado para os castanhais pelo poder público em Itupiranga, por exemplo, não possuía sua base própria, mecanismos federais eram adotados a fim de legitimar tal estrutura que acabava não sendo coerente nas ameaças ou em possíveis punições sobre limpar e plantar as roças. Muito provavelmente não existiam artigos no Código Florestal Brasileiro que pudessem enquadrar um agricultor simplesmente pelo fato de deixar de plantar seu roçado ou não limpar sua plantação. Os artigos que mais se aproximavam dessa situação em 1971, diziam que nenhuma retirada de vegetação poderia “ser iniciada antes de determinado o prazo estabelecido” ou que todos os contratos de execução florestal deveriam “mencionar o exercício social do contribuinte”.<sup>282</sup> O mais importante então era possuir o controle sobre os castanhais, quem habitava e trabalhava nele.

Em Itupiranga, os castanheiros só teriam direitos a se matricular para os castanhais municipais se estivessem “quites” com a prefeitura, bem como (se moradores das sedes e vilas) “tendo os quintais de suas casas cercados, limpos e com fossas”.<sup>283</sup> Com todas essas imposições, os castanhais públicos acabaram não sendo um atrativo para os castanheiros residentes nos limites municipais do Médio Tocantins, os que Thompson denominaria de “povo comum”.<sup>284</sup> Certamente, por mantê-los submissos, o emprego na empresa da castanha cerceava suas liberdades caracterizadas pelos “tempos”<sup>285</sup> de plantar, caçar ou realizar outras atividades de caráter “informal”. Por isso, como defende Weinstein, “os coletores amazônicos conservavam geralmente certo grau de controle sobre suas próprias condições de trabalho, e sua mobilidade freqüentemente lhes permitia livrar-se de exigências intoleráveis”.<sup>286</sup> Pode-se fazer uma analogia entre as práticas de resistência dos castanheiros do Médio Tocantins e a análise comentada pela mesma autora, sobre as atitudes dos seringueiros na Amazônia em relação às imposições de seus patrões seringalistas, ou seja, “se o patrão elevava suas exigências, quer inflacionando os preços dos alimentos, quer afirmando abertamente sua autoridade, o seringueiro podia resistir aumentando o tempo dedicado a atividade de

---

<sup>281</sup> Gabinete do prefeito municipal de Itupiranga, 2 de Dezembro de 1949. Portaria nº 41, em seu parágrafo 2º. (A.P. Itupiranga)

<sup>282</sup> CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Legislação Agrária**. 6ª edição. Copyright, Editora Atlas. 1974.

<sup>283</sup> Portaria número 27, Gabinete do Prefeito de Itupiranga, 22 de Novembro de 1948. (A.P. Itupiranga)

<sup>284</sup> THOMPSON, *Op. Cit.*

<sup>285</sup> ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir). *A Nova história*. Coimbra: Almedina, 1990. Diz respeito ao tempo do trabalho.

<sup>286</sup> WEINSTEIN, *Op. Cit.* p. 29.

subsistência”.<sup>287</sup> Em uma carta de um fiscal da vila de Jacundá enviada ao prefeito em exercício de Itupiranga, em dezembro de 1949, dois dias depois de baixada a portaria que tornava gratuita as matrículas para os castanhais públicos naquele ano, já mostrava o desânimo de alguns castanheiros diante das matrículas:

Em obediência a vossa ordem logo após a minha chegada nesta Vila, procurei organizar serviços de matrículas avisando para a data conforme combinamos ai. Acontece que, o número que encontrei foi tão reduzido, apenas 28 encontrei com boa vontade para se matricularem, uns alegaram que estão ocupados com plantas de roças, outros alegam que ainda não tem castanha no chão por falta de chuva...<sup>288</sup>

Porém, mesmo com esses colonos negando as matrículas foi nesse período pós-1948, que se registrou o maior número de “invasões” nos castanhais municipais do Médio Tocantins, especialmente em Itupiranga, certamente devido ao seu processo de emancipação naquele ano, seguido da legislação empregada, um instrumento novo naquelas áreas de castanhais. Muito provavelmente por ser costume dos habitantes da floresta em extrair castanha sem uma legislação que lhes impunham limites, acabavam eles mesmos por determinarem o “tempo” de entrar nos castanhais conciliando com outras atividades costumeiras, pois muitos já estavam ali há mais de meio século e já reconheciam seus direitos sobre os espaços que habitavam, além de terem desenvolvido costumes peculiares ao ritmo do meio. Resolveu-se também, partindo de uma portaria do prefeito itupiranguense, Odilar Maciel Barreto “proibir a permanência nas ruas da cidade de porcos, bodes, e cabras, a qualquer hora do dia ou da noite”, sujeitos a multa de 10 cruzeiros na primeira apreensão, 20 cruzeiros na segunda e ao abate do animal na terceira apreensão, caracterizando mais um confronto de hábitos.<sup>289</sup> Uma portaria de 1954 mostrou que certamente para alguns colonos o castanhal e seu exercício de coleta acabaram por se tornar obstáculos no desenvolvimento dos roçados para as práticas agrícolas, já que “proibia a devastação de matas nas terras castanheiras” e em áreas consideradas “prejudicial para a mais sólida fonte econômica” da região do Tocantins, exceto após o poder público realizar inspeções com o fim de autorizá-la em localidades que não fossem agredir os castanhais.<sup>290</sup> A extração de “madeira para construção”, em castanhais da prefeitura, precisava de autorização municipal seguida de

---

<sup>287</sup> *Ibid.* p. 296.

<sup>288</sup> Jacundá 12 de dezembro de 1949. Carta enviada pelo fiscal de castanhal José Pereira e Silva para Raimundo Ferreira Lemos, prefeito de Itupiranga em exercício. (A.P. Itupiranga)

<sup>289</sup> Gabinete do Prefeito de Itupiranga, Portaria número 46 em 31 de dezembro de 1952. (A.P. Itupiranga)

<sup>290</sup> Gabinete do Prefeito Municipal de Itupiranga, Odilar Maciel Barreto, portaria número 6 de 3 de maio de 1954. (A.P. Itupiranga)

orientação que proibia o corte de “palmeiras, andirobeiras e castanheiras”.<sup>291</sup> A preocupação com a economia dos castanhais não se restringia a Itupiranga, para os castanhais de Marabá essa preocupação também era real, na portaria baixada pelo prefeito marabaense Antônio Vilhena em 1945, quando este resolveu “proibir terminantemente abertura de roçados dentro das terras do patrimônio municipal da cidade, que viesse prejudicar os castanhais”.<sup>292</sup>

E ainda em um edital de 1970 foi proibida “a derrubada de madeiras na beira das estradas de penetração pelas quais eram escoados os produtos da lavoura no município” de Itupiranga, com promessas de penas severas a quem desobedecesse.<sup>293</sup> A produção agropecuária e pesca teria que priorizar o abastecimento local. Proibia-se, por exemplo, “a exportação de arroz para fora do município”, sujeito a multa de “cr\$ 2.000,00” aos desobedientes.<sup>294</sup> Os castanhais no início de safra deveriam manter-se sem perturbações até a autorização para a coleta, e deveria permanecer durante ela. Os castanhais do Médio Tocantins, nesse caso, se constituíam assim, mais por uma designação jurídica do que propriamente econômica tal como percebeu Thompson nos já citados parques ingleses do século XVIII. Lá as atitudes dos habitantes da floresta eram vistas como ameaçadoras à instabilidade e as regalias dos juristas, fiscais, proprietários de terras e dos governantes da época.<sup>295</sup> Aqui, nos castanhais do Médio Tocantins, a partir de 1948, as atitudes dos comerciantes da castanha, foreiros, arrendatários, proprietários de castanhais e o poder público também o fizeram, obviamente, com as especificidades de cada época e no universo social em que cada um estava inserido.

Se eram dadas prioridades nas matrículas aos já residentes nos municípios, “excluindo forasteiros vindos de outros lugares”,<sup>296</sup> a estes restou o trabalho nos castanhais arrendados a particulares, justificando o grande número de jovens, em especial maranhenses, a grande maioria solteiros, contidos nas listas de arrendamentos. O número de castanheiros, nesse caso, era proporcional ao tamanho do castanhal arrendado.<sup>297</sup> No caso de Itupiranga, o castanhal arrendado a Jaime Pimentel em 9 de dezembro de 1948, dos oito castanheiros

---

<sup>291</sup> Prefeitura Municipal de Itupiranga, Adelino Ribeiro Gonçalves, 20 de junho de 1974. (A.P. Itupiranga)

<sup>292</sup> Jornal *Marabá* ano I, Marabá – Pará 29 de setembro de 1945, página 5. Prefeitura Municipal de Marabá, Antônio Vilhena de Souza, portaria número 19, em 19 de novembro de 1945. (A.P. Marabá)

<sup>293</sup> Gabinete do Prefeito Municipal de Itupiranga, Edital de Aviso, 15 de julho de 1970. (A.P. Itupiranga)

<sup>294</sup> Decreto nº 23 de 26 de novembro de 1960. Odilar M. Barreto, prefeito de Itupiranga. (A.P. Itupiranga)

<sup>295</sup> THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Editora Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro, 1997.

<sup>296</sup> Gabinete do prefeito municipal de Itupiranga, 2 de Dezembro de 1949. Portaria nº 41, em seu parágrafo 1º. (A.P. Itupiranga)

<sup>297</sup> VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983, p. 44. ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir). **A Nova história**. Coimbra: Almedina, 1990, p. 43.

inscritos sete eram maranhenses, o mais velho tinha trinta e cinco anos e o mais jovem vinte, e todos eram solteiros.<sup>298</sup> O castanhal arrendado a Antônio Braga e Chaves, no mesmo dia, mês e ano, foram inscritos sete maranhenses e dois goianos, cinco com menos de vinte e oito anos, três entre quarenta e dois e quarenta e quatro anos, e um com cinquenta e oito, apenas um era casado e outro viúvo.<sup>299</sup> Em 1949, todos os trabalhadores que foram registrados para o trabalho no castanhal arrendado a Salomão Gomes Ferreira, eram solteiros, sendo que dois eram maranhenses e quatro paraenses.<sup>300</sup>

A castanha extraída pelos “municípios” nos “castanhais do povo” tinha que ser vendida no próprio município, de preferência para “comerciantes habilitados com as respectivas licenças de liberação” que a compravam nos portos, faziam a lavagem, medição e a pesagem antes de abarrotarem seus respectivos barcos com as amêndoas.<sup>301</sup> Conforme a fala do castanheiro Mariano coelho: “nos castanhais do município nós tirava a castanha e vendia pra quem quisesse, o castanhal era público, era nosso”.<sup>302</sup> Os comerciantes e compradores antes de partirem para Belém com suas cargas de castanha, tinham que adquirir a “guia de embarque” (*Figura 26*) junto à prefeitura (o registro da castanha), que era autorizada pelo prefeito, numerada e protocolada já contendo o valor do tributo, que entre 1948 e 1953, variou de 4.50 e 6.00 cruzeiros o valor único da guia no município de Itupiranga,<sup>303</sup> e só então era enviada à Coletoria de Rendas do Estado instalada no município, para ser ratificada e liberada às referidas licenças de embarque pelo “coletor estadual”.<sup>304</sup>

Nessas “guias” estavam contidas todas as informações necessárias sobre o processo de extração e movimentação da castanha: o nome do comerciante requerente, a rota em direção à capital paraense,<sup>305</sup> a embarcação que haveria de transportar, o castanhal onde fora extraída, o valor comercial já negociado com o comprador ou exportador, o peso e a quantidade de hectolitros, além do destino exato da castanha em Belém.<sup>306</sup> Em todos os documentos lidos, “guias de embarque” ou os requerimentos das mesmas revelam as viagens

---

<sup>298</sup> Lista de castanheiros para o castanhal arrendado a Jaime Pimentel, Itupiranga em 9 de dezembro de 1948. (A.P. Itupiranga)

<sup>299</sup> Lista de castanheiros para o castanhal arrendado a Antônio Braga e Chaves, Itupiranga em 9 de dezembro de 1948. (A.P. Itupiranga)

<sup>300</sup> Lista nominal do pessoal castanheiro contratado para o serviço de castanha no castanhal arrendado a Salomão Gomes Ferreira, Itupiranga, 12 de março de 1949. (A.P. Itupiranga)

<sup>301</sup> Requerimentos de Guias de Embarque por comerciantes de castanha, a partir de 1948. (A.P. Itupiranga)

<sup>302</sup> Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão. Entrevista em 06 – 07 – 2008.

<sup>303</sup> Liberação de requerimento para as guias de embarque, entre 1948 e 1954.

<sup>304</sup> Ofício número 7, de 1º de março de 1953, de Odilar Maciel Barreto, prefeito de Itupiranga para Adalto Ribeiro Soares, diretor do Departamento de Assistência aos Municípios. (A.P. Itupiranga)

<sup>305</sup> Demétrio Rocha, fiscal do Município de Itupiranga em Tucuruí, documento de 11 de fevereiro de 1950. (A.P. Itupiranga)

<sup>306</sup> Guias de Embarque expedidas aos comerciantes de castanha, entre 1948 e 1960. (A.P. Itupiranga)

“via Tucuruí”, já que naquela cidade havia postos de fiscalização com a finalidade de conferir os carregamentos de castanha com destino a Belém, através das respectivas cópias (“guias”) que lhes eram enviadas pelas prefeituras de Itupiranga e Marabá, e que continham detalhes dos carregamentos.<sup>307</sup> O Estado agia nos municípios através dos coletores estaduais com seus registros de arrecadação, como o seguinte:

Etervaldo Moreira, coletor das rendas do Estado em Itupiranga, recolhe a Prefeitura Municipal de Itupiranga, a quantia de (CR\$ 1.001,20) mil e um cruzeiro e vinte centavos, proveniente da arrecadação efetuada por essa exatoria durante o mês de março findo...<sup>308</sup>

## 26. Guias de embarque (1949).



Dois modelos de guias de embarque expedidas em 1949, ambas autenticadas pela Coletoria de Rendas do Estado com sede no município de Itupiranga e com dados da movimentação de castanha a ser transportada para Belém. Os documentos foram adquiridos por dois grandes comerciantes da castanha na região do Médio Tocantins após 1945, os descendentes de árabes, Benedito Mutran e Nagib Chamon. ( A. P. Salão Cultural Antônio Braga e Chaves, Itupiranga.)

Os tributos da castanha eram pagos ao estado via Recebedoria de Renda, que através do “coletor estadual” mantinha o controle pelas “guias” expedidas nos portos de embarque. Após esse processo, era repassada ao município a sua parcela de “6,25% por hectolitros de castanha”,<sup>309</sup> em uma ação que era intermediada pelo “Procurador da

<sup>307</sup> Demétrio Rocha, fiscal do Município de Itupiranga em Tucuruí, documento de 11 de fevereiro de 1950 e guias de embarque, entre 1948 e 1960. (A.P. Itupiranga)

<sup>308</sup> Coletoria das rendas do Estado em Itupiranga. Guia de Recolhimento. Itupiranga 7 de abril de 1949. (A.P. Itupiranga)

<sup>309</sup> Em um documento enviado ao governador do Estado em 20 de agosto de 1973, Adelino Ribeiro Gonçalves prefeito de Itupiranga em exercício, reivindica o “Imposto da Castanha” que deixara de ser repassado ao município. (A.P. Itupiranga)

Prefeitura”,<sup>310</sup> o responsável por receber a taxa municipal junto ao Departamento de Assistência aos Municípios, órgão Estadual.<sup>311</sup> Restava, portanto, aos cofres do Estado, o valor equivalente a 93,75% da arrecadação por hectolitros do imposto da castanha comercializada, destes, os 3% seriam repassados a União, através do coletor federal.

Nas sucessivas “guias de embarque” ficou constatada a existência, nos limites dos castanhais da prefeitura de Itupiranga, o “castanhal dos índios”.<sup>312</sup> Era uma área localizada nas proximidades da vila de Ipixuna, medindo “uma légua de frente por duas de fundo”, que havia sido cedida aos índios Gavião em 1921, através da lei de número 2.035, assinada pelo governador paraense Souza Castro (1921-1925).<sup>313</sup> O objetivo era, a partir dali, proceder a atração dos índios Gavião.<sup>314</sup> Não havendo progresso naquela pretensão, governos Estadual “passaram a arrendá-la a terceiros para a exploração da castanha, a partir de 1924”.<sup>315</sup> Através do Decreto número 11, de 7 de novembro de 1930, a lei 2.035 foi revogada pela junta revolucionária instalada no governo paraense naquele ano, por não ter alcançado o objetivo proposto, mas em junho de 1936, aquela área foi novamente passada aos índios, gerando um conflito com o então arrendatário que explorava o “castanhal dos índios”, Nagib Mutran, um protegido do então governador do Pará, José da Gama Malcher. Em 1937, a referida área foi novamente cedida aos índios sob os cuidados do Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.). Porém, no mesmo ano, foi registrado um ataque dos índios Gavião ao posto do S.P.I. instalado naquela área, pois havendo “encontrado o posto desprovido de ferramentas e, sobretudo de farinha, após demonstrarem certo descontentamento os índios mataram com várias flechadas um dos trabalhadores” que objetivava atraí-los para a “orla da floresta”.<sup>316</sup> Depois do ataque, os índios deixaram de freqüentar o Posto, mas continuaram a estabelecer contatos em outros pontos do Tocantins.<sup>317</sup> A partir de 1948, o “castanhal dos índios” passou a fazer parte dos castanhais do recém emancipado município de Itupiranga, como consta em alguns requerimentos (*Figura 27*) para a aquisição das “guias de embarque”:

---

<sup>310</sup> Solicitação da Prefeitura Municipal de Itupiranga ao Departamento de Assistência aos Municípios de uma “quantia de cinquenta mil cruzeiros (CR\$ 50.000,00) por conta da renda da castanha” extraída naquele município, suspenso desde o ano anterior, Gentil Bittencourt Cohen, prefeito e Aarão Bittencourt Cohen, Procurador Municipal em 14 de fevereiro de 1950. (A.P. Itupiranga)

<sup>311</sup> Em um documento de 30 de janeiro de 1955, enviado ao Secretário de Economia e Finanças em Belém, o prefeito Odilar Maciel Barreto, reclama erro no repasse da parcela proveniente do Imposto da Castanha. (A.P. Itupiranga)

<sup>312</sup> Requerimentos das Guias de Embarque, 1949, 1950 e 1951. (A.P. Itupiranga)

<sup>313</sup> ARNAUD, Expedito. **Os índios Gaviões de oeste: pacificação e integração**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975, p. 36.

<sup>314</sup> *Ibid.* pp. 36-37.

<sup>315</sup> *Ibid.* p. 37.

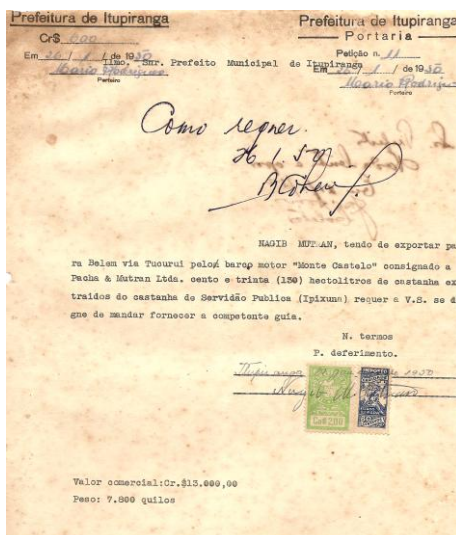
<sup>316</sup> *Ibid.*

<sup>317</sup> *Ibid.*



BENEDITO MUTRAN, tendo de embarcar para Belém, via Tucuruí, pelo barco motor “MONTE CASTELO”, (300) trezentos hectolitros de castanha, consignados a ordem extraídos do castanhal dos índios neste Município, requerer a V.S. o respectivo despacho na forma da lei.<sup>318</sup>

## 27. Requerimento da guia de embarque (1950).



Requerimento da guia de embarque, expedido em 26 de janeiro de 1950, protocolado pela Prefeitura de Itupiranga e assinado pelo então prefeito Gentil Cohen. O documento foi requerido por Nagib Mutran, objetivando o transporte de castanha para Belém. ( A. P. Salão Cultural Antônio Braga e Chaves, Itupiranga.)

Possivelmente, a busca constante da castanha, em função do seu valor pós-1945, e a penetração mais intensa nos castanhais, os conflitos com os índios Gavião (*Figuras 28 e 29*) foram intensificados. Em janeiro de 1948, aqueles índios mataram “dois castanheiros e deixaram seus corpos perfurados por 52 flechas”<sup>319</sup> e, no dia 8 de abril de 1949 “notícias precedentes de Ipixuna” informaram ter os índios Gavião incendiado uma “barraca de castanheiros no lugar Ipixuninha” e de terem provocado o desaparecimento de 9 moradores do referido lugar. Este ato provocou reações de moradores, que após tomarem conhecimento do fato, seguiram para o local com armas e munições os senhores João Maria Barros, Carlos Guimarães Teixeira e Aleides Gomes a fim de vingarem os companheiros.<sup>320</sup>

Também na localidade de Ipixuna, em 1949, os índios Gavião afugentaram vários moradores, “invadiram as embarcações” e acabaram ferindo na mão, em uma emboscada, o comissário de polícia Tomaz da Mata Lima que havia seguido para o local acompanhado do soldado “Ceará”, do senhor Antônio Joaquim Pinto e de outras pessoas a fim de distribuírem

<sup>318</sup> Requerimento da “guia de embarque”, safra de 1951, Prefeitura Municipal de Itupiranga. Requerimento de Benedito Mutran. (A.P. Itupiranga)

<sup>319</sup> ARNAUD, *Op. Cit.* p.39.

<sup>320</sup> Jornal *A safra* ano II, Marabá – Pará, 10 de abril de 1949 nº 54, página 4. (A.P. Marabá)

alimentos aos silvícolas.<sup>321</sup> Entre 1951 e 1953, mataram mais dois castanheiros e feriram três da mesma zona.<sup>322</sup> Em contraposição, “cerca de 20 componentes do grupo foram chacinados no lugar Saranzal” quando se encontrava a margem do rio Jacundá, afluente do Tocantins.<sup>323</sup>

## 28. Agrupamento de índios Gavião (1950).



Agrupamento de índios Gavião junto a alguns colonos na praia de Ipixuna, lugar denominado de “Castanhal dos índios”, local de constates confrontos armados, mas também de contatos pacíficos e trocas de presentes entre índios Gavião e colonos.<sup>324</sup>

O povo Gavião, após ter passado por conflitos internos e terem se constituído em três grupos, um permanecendo no núcleo de Itupiranga, outro próximo ao núcleo de Tucuruí e outro na fronteira do Pará com o Maranhão, após os inúmeros confrontos com a população que passou a ocupar o Médio Tocantins na agricultura e no extrativismo, além da significativa redução em sua população em função das baixas nos conflitos e as contaminações por doenças, foram relocados pelo S.P.I. para o castanhal Mãe Maria, “antiga posse de Messias José de Souza, medindo duas léguas de frente por quatro de fundo”, com base no decreto 4.503 de 28 de dezembro de 1943.<sup>325</sup> O primeiro grupo a transferir-se para Mãe Maria foi o grupo de Itupiranga ou grupo do “Cocal” em março de 1966, liderado por Krohokrenhum; posteriormente foram reagrupados a partir de 1970, na área indígena de Mãe Maria o grupo do “Maranhão” ou da “Ladeira Vermelha” e os Gavião de Tucuruí ou grupo da “Montanha” a partir de 1971.<sup>326</sup>

<sup>321</sup> Jornal *A safra* ano II, Marabá – Pará, 10 de abril de 1949 n° 54, página 1. (A.P. Marabá)

<sup>322</sup> ARNAUD. *Op. Cit.* p. 39.

<sup>323</sup> *Ibid.*

<sup>324</sup> Revista *Itatocan* ano II, março-abril, 1954.

<sup>325</sup> ARNAUD. *Op. Cit.* p. 38.

<sup>326</sup> PASSOS, Hiran de Moura. **Escolas para Kupê ou para Parkatêjê?** Belém, 1992, p. 4. Os referidos comentários e citações são bases dos escritos antropológicos de ARNAUD, Expedito. *Os Índios Gaviões de Oeste: pacificação e integração* sobre o povo Gavião das matas do rio Tocantins. Segundo ele a divisão do povo

## 29. Índios Gavião (1950).



Na foto, dois índios Gavião se apresentam com aparências culturais peculiares a seu povo, enquanto um aparece exibindo uma calça comprida adquirida através da troca por equipamentos indígenas.<sup>327</sup>

Na empresa castanheira do Médio Tocantins, os comerciantes que mais aparecem nas “guias de embarque” de castanha e em seus respectivos requerimentos entre o final da década de 1940 e 1950, são os irmãos, Nagib e Benedito Mutran, os filhos de Aziz Mutran que juntos em 1952 e 1953 movimentaram 7.821 hectolitros de castanha (*ver Figura 30*),<sup>328</sup> e seu primo Tufi Mutran, filho de Kalil Mutran, seguidos de Antônio Saliba e Companhia, Nagib Chamon, Pedro Carneiro, Bichara June, além de outros com menos freqüência. Marília Emmi, fazendo referência ao significativo domínio comercial e fundiário da família Mutran na região explica que esta apareceu:

(...) em fins da década de 1940, como grandes compradores de castanha, donos de barcos que transportavam o produto e depois como exportadores. Através da compra ou da apropriação de castanhais de pequenos e médios castanheiros presos a eles por dívidas comerciais, vão concentrando a propriedade da terra dos castanhais. Desde os anos de 1950, a família tentou deter o controle do poder local que ao mesmo tempo em que consagraria sua força econômica, facilitaria ainda a expansão de seus castanhais.<sup>329</sup>

---

Gavião, na década de 1950, foi conseqüência de conflitos internos entre grupos que possivelmente estiveram relacionados com ciúmes, roubos de produtos nas roças ou competição entre eles. Arnaud, trabalhando junto ao Serviço de Proteção aos Índios, foi quem conseguiu identificar os três grupos Gaviões, que com a intensificação de empresas extrativistas na região do Médio Tocantins, se locomoveram das seguintes formas, antes de serem reagrupados em Mãe Maria: O grupo do “Cocal” se estabeleceu nas proximidades de Itupiranga, o da “Montanha” que permaneceu próximo a Tucuruí e o Grupo do “Maranhão” ou da “Ladeira Vermelha” que fugindo do expansionismo extrativista se instalou na fronteira entre Pará e Maranhão. pp. 46 a 76.

<sup>327</sup> Revista *Itatocan* ano II, número 8, março-abril, 1954, página 17.

<sup>328</sup> Ofício número 44, da Prefeitura Municipal de Itupiranga para o coletor das rendas federais em Marabá, informações enviadas em 3 de julho de 1953.

<sup>329</sup> EMMI. Op. Cit. pp. 96-97.

### 30. Embarque de castanha no porto de Marabá (1926).



Embarque de castanha no porto de Marabá em um motor de popa equipado com cabo de tração para superar as cachoeiras, embarcação adequada para o percurso até Tucuruí, e de lá até Belém seguia em barcos maiores. Em 1926. (foto: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.)

Grupos de comerciantes beneficiados por favores políticos como membros da família Mutran, aumentavam suas influências sobre os castanhais, de forma legal ou através da coerção. Do outro lado estavam os colonos tradicionais que viam os castanhais como áreas livres, um direito já estabelecido. Assim como Thompson viu o direito a partir de tradições diferentes, observando as várias formas de ações e de modos de vida.<sup>330</sup> Exemplo típico dos castanhais foi o ocorrido em 1952, quando 38 trabalhadores da agricultura, já instalados nas ilhas do rio Tocantins e próximo a Marabá, denominadas “Praia do Meio”, “Jacaré” e “João Vaz”, protestavam junto à prefeitura de Itupiranga contra as “pretensões de Kalil Mutran, residente no município de Marabá, de requerer por compra a ilha da Praia do Meio” para criação de gado. A venda da referida ilha seria, segundo os moradores da mesma, prejudicar os trabalhadores nas três ilhas, já que “no verão ligam-se umas as outras formando uma única”, e denunciavam que “todos os anos”, no mesmo período, são “prejudicados pela movimentação de gados que margeiam o rio danificando suas plantações”.<sup>331</sup>

Para o Jornal *A safra* (oposição até 1950), que fez o anúncio, desde o ano anterior Kalil Mutran vinha alegando grandes prejuízos em sua criação de gado devido a “ação criminosa de 3 pobres diabos que se diziam mandatários do Senador Barata na ação de abaterem a tiros os gados do senhor Mutran”,<sup>332</sup> e que este se queixava de terem sido mortos a tiros de rifle, no lugar Praia do Meio, oito rezes de raça zebu e mais quatro vacuns da mesma

---

<sup>330</sup> THOMPSON. *Op. Cit.*

<sup>331</sup> Prefeitura de Itupiranga, Odilar Maciel Barreto em carta para o coletor de rendas do Estado em 1952. (A.P. Itupiranga)

<sup>332</sup> Jornal *A safra*, ano II, Marabá-Pará, 7 de setembro de 1949, nº 73. página 4. (A.P. Marabá)

raça. Elas haviam sido “varadas de bala” pelos vazanteiros Manoel Alves Feitosa, João Elias e José Surdo.<sup>333</sup> Porém, com relação a esses anúncios sensacionalistas, o jornal *Marabá* (da situação) já vinha publicando algo semelhante, se utilizando da imagem camponesa para proteger a imagem dos “baratistas”.

Em 1946, para ser mais expressivo, foi anunciado que “um grupo de trabalhadores residente no lugar Geladinho”, próximo a Marabá, perdeu toda a sua plantação atacada “pelo gado do Sírio Miguel Chuquia”. O gado foi enxotado e baleado, sendo mortos três “bois roceiros”, e com certeza, “outros bois pagariam pela pretensão” do sírio, publicou o *Marabá*.<sup>334</sup> E entre os dias 10 e 14 de janeiro de 1951, *A safra* defendeu os “28 homens armados e municiados (que) invadiram o castanhal “Consulta” ocupado por Pedro Marinho de Oliveira”, um baratista, efetuando vários disparos e se apossando “das colocações de castanha”, isso porque estavam sendo lesados na distribuição das rendas pelo senhor Marinho, afirmou o jornal opositorista.<sup>335</sup>

Em 1949, João Martins Jorge, um agricultor de Jacundá teve sua “roça invadida” pelo gado de José Lima Filho e sócio José Pereira, ambos de Riachão do Maranhão e recém chegados para a região de garimpos no Tauri. Depois de várias reclamações sem solução junto à prefeitura de Itupiranga, “Martins Jorge abateu a tiros seis bois do senhor Lima Filho”. Desta vez, o anúncio de *A safra* é que os boiadeiros seriam supostos baratistas e, portanto, o jornal apoiou os ataques.<sup>336</sup> O certo, é que independente da luta entre baratistas e anti-baratistas para construir credibilidade junto aos trabalhadores regionais, os conflitos entre agricultores e proprietários nos castanhais do Médio Tocantins existiam, e aumentavam acentuadamente de forma proporcional ao valor da castanha, e conseqüentemente a valorização da terra. Em 10 de fevereiro de 1949, por exemplo, o arrendatário de castanhal Joaquim Carneiro de Carvalho reclamava junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado, a invasão do “seu castanhal à margem esquerda do rio Tocantins havia dois meses, por indivíduos que retiraram e venderam na vila de Jacundá 586 hectolitros de castanha”.<sup>337</sup> Nesta região de castanhais em Jacundá, por exemplo, já vinham sendo registradas sérias denúncias de delitos, como declarou o “fiscal de castanhal” naquele distrito para o prefeito de Itupiranga:

---

<sup>333</sup> Jornal *A safra*, ano II, Marabá-Pará, 21 de agosto de 1949, nº 71 página 3. (A.P. Marabá)

<sup>334</sup> Jornal *Marabá* ano I, Marabá-Pará, 20 de janeiro de 1946, número 23, página 1. (A.P. Marabá)

<sup>335</sup> Jornal *A safra* ano III, Marabá – Pará, 14 de janeiro de 1951, número 133, página 1. Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura de Marabá (A.P. Marabá).

<sup>336</sup> Jornal *A safra*, ano II, Marabá-Pará, 7 de setembro de 1949, página 4. (A.P. Marabá)

<sup>337</sup> Cópia autêntica de uma carta proveniente de Itupiranga de 10 de fevereiro de 1949, endereçada a chefia de polícia em Belém por Joaquim Carneiro de Carvalho, arrendatário. (A.P. Itupiranga)

Para os devidos fins levo ao conhecimento de V.S. que fora desautorado por alguns castanheiros residentes nesta vila sobre a extração antes das devidas matrículas, continuando a aumentar o numero de invasores sem cessar, tendo como pivor snr. Bena Valente, com as maiores afrontas. Recorri ao policiamento local, e este, nem uma providência tomou. Pelo exposto peço a V.S. tomar daí as medidas exigidas por lei.<sup>338</sup>

Imediatamente o fiscal José Pereira obteve sua resposta. Em ofício, o prefeito interino de Itupiranga, Antônio Braga e Chaves intimava o senhor Bena Valente como “principal infrator” e, pedia ao mesmo fiscal que procurasse saber “quais os outros” que o acompanhava e também a quantidade de castanha extraída, ao mesmo tempo em que decretava que, “tais infratores não teriam direitos a matrícula” naquele município, e destinou “o delegado de polícia” de Itupiranga para “garantir os bens patrimoniais, bem como punir os culpados”.<sup>339</sup> Esse comentário pode ser relacionado, mais uma vez, a análise thompsoniana no que diz respeito ao rigor da “Lei” sobre aqueles parques reais ingleses e, conseqüentemente as estratégias dos habitantes daqueles parques para burlarem a legislação florestal ou agirem contra seus fiscais. Thompson percebeu que Windsor e Hampshire constituíram seus próprios códigos penais, extremamente rigorosos e punitivos, expressos em suas infinidades de delitos dirigidos a cada atividade econômica, o que confrontava com a luta pela sobrevivência e as tradições locais.<sup>340</sup>

Nos castanhais do Médio Tocantins, as analogias com os parques ingleses podem ser observadas nas trocas de informações entre as prefeituras e seus fiscais em relação a relevância dada a sustentação da empresa da castanha e a ordem em torno dos castanhais, provocando com isso, várias resistências e de diversas formas contra essas legislações específicas. Em documento enviado ao fiscal municipal nos castanhais de Ipixuna, o prefeito interino de Itupiranga, Antônio Braga e Chaves intimou os senhores Pedro Jeremias, Fabrício de Tal e Argemiro por terem extraído castanha “entre o rio Cajazeiras e Ilha do Alexandre, em castanhal público”, além de outros extratores clandestinos, Alexandre (barbeiro), João Rosa, Eloy Costa e Sérgio Lucas, todos convidados “a chegarem com máxima urgência (aquela) prefeitura, a fim de apresentarem suas credenciais de perturbadores da ordem fiscal municipal”.<sup>341</sup> Em 28 de dezembro de 1948, por exemplo, o fiscal de castanhal em Ipixuna Otávio Alves de Souza, acompanhado de um comissário de polícia, se dirigiu ao castanhal

---

<sup>338</sup> Jacundá 19 de dezembro de 1948, José Pereira e Silva, Fiscal Municipal. Documento enviado ao Prefeito Municipal em Itupiranga. (A.P. Itupiranga)

<sup>339</sup> Prefeitura Municipal de Itupiranga, ofício enviado ao fiscal municipal na vila de Jacundá José Pereira e Silva. Antônio Braga e Chaves, prefeito interino, 22 de dezembro de 1948. (A.P. Itupiranga)

<sup>340</sup> THOMPSON, *Op. Cit.*

<sup>341</sup> Prefeitura Municipal de Itupiranga, ofício enviado ao fiscal municipal em Ipixuna, Antônio Braga e Chaves, prefeito interino, 26 de dezembro de 1948. (A.P. Itupiranga)

Alexandre, “onde foi encontrado dezesseis hectolitros e meio de castanha em poder de diversos”, cuja castanha foi apreendida por eles “deixando-a depositada na casa de dona Laurina dos Santos Soares, até segunda ordem”.<sup>342</sup> Em relação às sucessivas “desordens”, num ofício enviado ao Prefeito Municipal de Itupiranga em 3 de janeiro de 1949, o delegado de polícia daquele município, Francisco Hipólito dos Santos revelou, como sendo práticas costumeiras, às invasões aos castanhais:

I – Comunico a V.S. que tendo recebido vosso Of. Para junto ao Snr. Salomão Gomes da Silva, Fiscal Municipal ir até a Vila de Jacundá, fiz essa viagem e cumpri fielmente suas determinações; assisti o Snr. Fiscal apreender e deixar depositado (100) cem hectolitros de castanha que havia sido apanhado clandestinamente, sendo de ponto de arrendamento e dos castanhais de Serventia Publica do Estado.  
II – Tendo me informado com o Snr. Comissário de Policia, o que tinha dado origem essa invasão de desobediência, respondeu este que nada havia que originasse essa desobediência; que isso já tem por costume (...).<sup>343</sup>

O Prefeito Antônio Braga e Chaves respondeu a denúncia baixando de imediato uma portaria voltada ao problema:

CONSIDERANDO que, este Executivo, tomou por bem, mandar em diligencia apurar o caso, tendo como resultado, ter havido conveniência, por ser habito esta desobediência nos anos anteriores, sem que fossem punidos, pelos poderes que ora o administravam. RESOLVE designar o Snr. Secretario desta Prefeitura, para efetuar a entrega da castanha apreendida aos seus respectivos donos, estes sujeitos as despesas da apreensão.<sup>344</sup>

E assim, como nos parques ingleses, onde as ações costumeiras dos habitantes da floresta eram tidas como crimes,<sup>345</sup> Antônio Braga e Chaves viu os invasores dos castanhais de Itupiranga como indivíduos que haviam adquirido, ao longo do tempo, “comportamentos errados” e “hábitos” de “desobediência”. Atribuía às desordens à impunidade, pois mesmo existindo regulamentos para os castanhais “nos anos anteriores” continuavam a “perturbar a ordem”, mas que pretendia dar um basta nos transtornos regulando a entrada nas “zonas de castanhais” e aumentando a fiscalização com medidas punitivas para os desobedientes à política econômica dos castanhais.<sup>346</sup> Às constantes invasões de castanhais registradas nas

---

<sup>342</sup> Ofício enviado a Prefeitura de Itupiranga, por Otávio Alves de Souza, Itupiranga, 28 de dezembro de 1948. (A.P. Itupiranga)

<sup>343</sup> Delegacia de Polícia de Itupiranga, Estado do Pará, em 3 de janeiro de 1949. (A.P. Itupiranga)

<sup>344</sup> Gabinete do Prefeito Municipal de Itupiranga Antônio Braga e Chaves, Prefeito em exercício. Portaria número 1, em 3 de janeiro de 1949. (A.P. Itupiranga)

<sup>345</sup> THOMPSON, *Op. Cit.*

<sup>346</sup> Prefeitura Municipal de Itupiranga, ofício enviado ao fiscal municipal em Ipixuna por Antônio Braga e Chaves, prefeito interino, 26 de dezembro de 1948. (A.P. Itupiranga)

dependências de Itupiranga, por exemplo, estavam realmente ligadas aos costumes dos tradicionais habitantes do Médio Tocantins, pois assim como observou Thompson em comunidades rurais inglesas no século XVIII, “os costumes são definidos como uma lei ou direito não escrito que, estabelecido pelo longo uso e pelo consentimento” tendem a continuarem sendo praticados pelo valor das tradições.<sup>347</sup>

---

<sup>347</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia da Letras, 1998, p. 107.



### ***CAPÍTULO III***

#### ***3. A REPRESENTAÇÃO DO TEMPO NOS CASTANHAIS***

“Os homens no tempo, os homens em suas vidas particulares e públicas, com os seus nomes, iniciativas e valores, experiências e esperanças, em suas virtudes, em sua historicidade, em suas mudanças”.<sup>348</sup> O enunciado de José Carlos Reis resume bem o que buscaremos comentar neste capítulo, focando, em especial, as atitudes de antigos colonos e descendentes, pois com mais de meio século de ocupação dos castanhais do Médio Tocantins, sobretudo onde se formaram os municípios de Marabá e Itupiranga, desde pelo menos 1892, eles construíram uma afinidade entre a cultura produzida naquelas localidades e a natureza. A luta pela sobrevivência de um grupo significativo de colonos possibilitou o desenvolvimento de estratégias aliadas ao conhecimento do conjunto de manifestações do meio natural, uma capacidade de orientação temporal que passou a identificar aqueles habitantes dos castanhais em suas práticas cotidianas. Thompson explica, fazendo uso de S. Carter, que:

Um costume tem início e se desenvolve até atingir sua plenitude (...) quando um ato razoável, uma vez praticado, é considerado bom, benéfico ao povo e agradável à natureza e à índole, eles o usam e praticam repetidas vezes, e assim, pela freqüente interação e multiplicação do ato, ele se torna costume...<sup>349</sup>

Antonieta Antonacci, partindo dessa perspectiva de análise social, fez referência a esse processo de adequação do indivíduo ao meio natural em estudos feitos em seringais e castanhais do Acre, o que revela uma aproximação entre seus argumentos e o que propomos a pesquisar nos castanhais do Médio Tocantins. Segundo Antonacci, lá a justificativa para os movimentos de resistência que partiram dos povos da floresta, frente aos desmatamentos e apropriações dos seringais era a caracterização materna da natureza, esta era tida como uma mãe que fornecia os alimentos necessários à vida e, portanto, as conseqüências dessa afinidade entre homem e natureza foram os conflitos entre colonos tradicionais e capitalistas, estes almejando novos territórios para extrações de madeiras ou criações de gado, aqueles preservando seus espaços na floresta como representação do passado e única perspectiva de futuro.<sup>350</sup> E mais uma vez Thompson, recorrendo ao conceito de *habitus* de Bourdieu, com o intuito de reforçar sua tese sobre a solidificação dos direitos consuetudinários como costumes

---

<sup>348</sup> REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, p. 11.

<sup>349</sup> THOMPSON. *Op. Cit.* p. 86.

<sup>350</sup> ANTONACCI. Maria Antonieta. **Reservas extrativas no Acre e biodiversidade: relações entre cultura e Natureza.** ( Revista Projeto História ) São Paulo. vol. 18, p. 195.

comuns, explicou que “um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunha limites aos usos como revelam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança”.<sup>351</sup> Esse ponto de vista na análise dos castanhais possibilitou a percepção do confronto de costumes, por conta das diferentes visões de mundo distribuídas nas regiões de castanhais do Médio Tocantins, entre 1948 e 1980. As imposições imprimidas pelos códigos de posturas municipais se contrastavam com as características dos homens da floresta e seus modos de vida. Os animais soltos pelas ruas nos núcleos urbanos, sedes e vilas e as constantes entradas nos castanhais sem matrículas, foram exemplos que mostraram, na época, a despreocupação por parte dos habitantes dos castanhais com as limitações legisladas pelo poder público e, portanto, continuaram agindo como sempre agiram antes dos arrendamentos ou aforamentos de terras. Esses impasses também foram percebidos nas sucessivas decretações municipais instituídas para a imposição da ordem, já que os colonos insistiam nas ações contrárias às leis municipais:

Pelo presente venho solicitar a cooperação da polícia no sentido de destacar um ou mais policiais para proceder a correção de animais, entendendo-se: porcos, cabras, cachorros hidrófobos, cumprindo assim uma Portaria desta Prefeitura neste sentido.<sup>352</sup>

Os códigos de posturas municipais e a legislação dos castanhais confrontavam com os estilos de vida dos antigos colonos que partiam de uma base regulamentar distinta, as suas habilidades costumeiras, adequadas ao meio. Com a análise das atitudes dos habitantes dos castanhais foi possível perceber que a base dos conflitos entre os povos da floresta e a empresa da castanha estava nas tradições, na vida cotidiana regulada pela natureza, nos hábitos constituídos durante o tempo em que os colonos permaneceram na floresta aprendendo a lidar com ela. O colono, portanto, como no estudo de Antonacci nas florestas acreanas, “articula a sua linguagem e elabora as categorias do seu pensamento” a partir do meio em que está submetido.<sup>353</sup>

Segundo Holien Gonçalves Bezerra, comentando mecanismos utilizados por Thompson na escrita da história, “a experiência está em toda parte, nas ações cotidianas dos indivíduos e dos grupos sociais, construindo coisas de maneira ativa, (...) é o resultado

---

<sup>351</sup> THOMPSON. *Op. Cit.* p. 90.

<sup>352</sup> Ofício número 4 da Prefeitura Municipal de Itupiranga, Odilar Maciel Barreto, prefeito para a delegacia de polícia naquele município, fevereiro de 1961.

<sup>353</sup> ANTONACCI. *Op. Cit.* p. 195.

necessário do diálogo entre o ser social e a consciência social”.<sup>354</sup> No caso dos castanhais do Médio Tocantins, os recursos naturais possibilitavam ao morador da floresta a orientação para a aquisição de benefícios, identificando também os malefícios, e cujas práticas, portanto, fundiram-se com a natureza e seus tempos. Thompson, por exemplo, quando fez referência à orientação pelas tarefas no trabalho, argumentou que:

(...) a comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre o ‘trabalho’ e a ‘vida’. As relações sociais e o trabalho são misturados, o dia do trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa, e não há grande senso de conflito entre o trabalho e o ‘passar do dia’.<sup>355</sup>

A pequena agricultura (*ver Figuras 31 e 32*) no Médio Tocantins constituía um ritual repetitivo, todos os anos uma obrigação comparada a algo que é “sagrado”, e cujo período de trabalhar nela situa os camponeses no tempo, base de referência também para outras atividades com o mesmo valor de orientação temporal. No mês de agosto é um dever iniciar a construção da roça e no baixar das águas, o trato das vazantes. Segundo o agricultor Sizinando Gomes, com o “broque também a derrubada, que é a derrubada da árvore mais grossa pra queimar lá pra setembro ou outubro e a planta no mês de novembro a dezembro”.<sup>356</sup> Além do ritual dos roçados, o tempo de brocar, derrubar, queimar, plantar e limpar as plantações, o que já ocupa bastante, um ecletismo de outros tempos compõem os calendários mentais dos antigos colonos dos castanhais. Os produtos mais vulneráveis, de pouco desenvolvimento nas roças ou até mesmo os principais produtos para a alimentação, se determinou o dia para plantá-los, o dia de Santa Luzia. O senhor Mariano Coelho afirmou que o povo nas comunidades que conheceu na margem do rio Tocantins, “costuma plantar a fava, que é um pouco fraca pra vingar na roça, no dia de Santa Luzia, que é dia 13 de dezembro”. O arroz, produto de grande importância, “também plantando no dia de Santa Luzia dá bom porque é dia santo”.<sup>357</sup> O dia de Santa Luzia é especial para o plantio do alimento de maior importância, variando de produto de uma família a outra. A rotina dos moradores dos castanhais encontra sua essência também na movimentação lunar. O acompanhamento das

---

<sup>354</sup> BEZERRA, Holien Gonçalves. **E. P. Thompson e a teoria na história**. Projeto História, Nº 12, Outubro de 1995, p.124.

<sup>355</sup> THOMPSON. *Op. Cit.* pp. 271-272.

<sup>356</sup> Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 80 anos e vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, em Itupiranga desde quando nasceu. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

<sup>357</sup> Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

fases da lua tornou-se base de orientação para quase tudo na vida dos colonos nos castanhais.

Para Mariano Coelho:

Não pode plantar na lua nova, só legume de rama, as outras coisas é bom plantar no crescente da lua para a cheia, é porque as coisas acompanham o crescente da lua e é mais fartura, as coisas rende mais. Se plantar banana na lua nova a bananeira cresce muito e não produz nada.<sup>358</sup>

### 31. O vazanteiro (2008)



O vazanteiro Júlio Oliveira, 75 anos, chegou à região do Tauiri em 1970. Ao fundo, na margem do rio Tocantins, as plantações de feijão, milho e cana protegidos das galinhas por uma cerca de varas trançadas. Do outro lado do rio é possível ver parte da cidade de Itupiranga. O senhor Júlio é um dos transferidos do povoado do Tauiri para Itupiranga durante o projeto da barragem de Tucuruí, desenvolvido pela Eletronorte. A vazante do senhor Júlio é apenas uma das dezenas de outras que se desenvolveram em frente à cidade de Itupiranga, do lado oposto do rio, Tocantins, e também, no percurso entre as cidades de Itupiranga e Marabá. São costumes que ainda persistem, tocadas por agricultores ribeirinhos que insistem em preservar seus modos de vida tradicionais, ainda com grande dependência dos recursos da floresta, rios e igarapés.

Em uma entrevista com o agricultor Sizinando Gomes de Sousa, foi possível perceber também a capacidade de orientação temporal no comentário feito por ele sobre a cobertura da casa, “a palha é do coco babaçu e dura mais se a armação não for latada, assim dura até 12 anos, não pode tirar a palha na lua nova porque dar lagarta é bom tirar na lua crescente”, segundo ele. A prática conjunta da cobertura da casa “faz do dia uma grande agitação”, os vizinhos mais próximos são convidados em um acordo de troca. As mulheres assumem suas posições no preparo da comida que é especial naquele dia, enquanto os homens cuidam da cobertura. Os mais experientes se posicionam nos caibros das laterais e nos centrais onde há os encontros de palhas a serem amarradas com o “cipó de escada” e de lá controlam todo o processo. Enquanto isso, as crianças se confraternizam. O dia da cobertura da

---

<sup>358</sup> Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

casa “é dia de comer galinha, carne de porco ou caça, vestir a melhor roupa e pra ver as menina (...) também se fala das roça, das caça e o dono da casa dar a comida e a pinga”. Nesses encontros, normalmente, também se preparam pratos típicos de cada família, alguns incluem como ingrediente o “leite tirado da castanha, com abóbora cozida, no cupu, com carne de caça”. Durante as apresentações de seus feitos exóticos, seja na cobertura da casa, seja na cozinha, atribuem como heranças de pais e parentes: “aprendi com minha mãe, minha tia me ensinou, o meu pai fazia assim...”<sup>359</sup> A utilização dos tempos da lua por esses colonos vai além da cultura de alimentos, da extração da palha ou da cobertura da casa. Para o êxito na caça e na pesca a mudança lunar é fundamental, como mostra a expressão do senhor Sizinando Gomes de Souza:

O peixe, a caça, a roça, tudo é pela lua. O porcão, quando é lua nova, ele vem pra beira do rio, sai nos vilarejo que fica fácil matar, até as mulher mata no terreiro de casa. “Os peixe passa muito aqui na lua nova, pega muito nessa época, nas outra lua o pescador prepara os equipamento que é pra quando chegar a lua nova ele ta preparado”.<sup>360</sup>

### 32. A vazante (2008).



Uma paisagem que revela o modo de vida dos vazanteiros, normalmente moradores da cidade de Itupiranga (do lado oposto ao rio Tocantins). Nas horas de folga dedicam seus tempos retirando seus sustentos nas plantações das vazantes e pesca. Esta vazante é apenas uma das inúmeras existentes entre os núcleos de Itupiranga e Marabá.

Sobre esse processo de adequação ao meio natural pelos indivíduos inseridos nele, é pertinente reforçar a discussão novamente com um comentário de Antonacci, que observou entre povos da floresta localizados no Acre, a capacidade de conhecer “a mata em minúcias, desde os lugares mais discretos onde sabem encontrar certo tipo de cipó que lhes sacia a sede,

---

<sup>359</sup> Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 80 anos e vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri desde quando nasceu. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

<sup>360</sup> *Ibid.*

até aqueles mais recônditos”, onde nos momentos difíceis de apropriação da terra “sabem encontrar a caça que lhes dá alimento”.<sup>361</sup> Segundo Mariano Coelho, “é na lua nova que os porcão anda muito, fica tudo doido, sem direção e sai nos povoado, mais é na quaresma que os porcão não anda muito onde ele tiver é bom pra matar”.<sup>362</sup> Para conseguir a caça, os moradores dos castanhais também são orientados pelo tempo das “esperas”, as árvores que fornecem os frutos ou flores, cada uma a seu tempo, e cujas caças se alimentam com frequência, e é lá onde são esperadas pelo caçador, normalmente durante a noite e sobre jiraus ou “mutás” (*Figura 33*) feitos com as próprias árvores e com cipós rigorosamente escolhidos da floresta. Durante todo o decorrer do ano, os colonos que habitam os castanhais se beneficiam de algumas árvores especiais para as esperas de caças:

A fruta do bacuri, a flor de matamatá, a flor de pequi, a fruta da gameleira, a flor e a fruta da sapucaia, o caju de janeiro, o cajá, a fruta do jambo e a flor de castanha, aquelas primeira que dão... O tempo bom pras esperas é depois da lua cheia que a caça vem cedo da noite.<sup>363</sup>

### 33. O mutá (2008)



Um “mutá” com duas varas amarradas, em uma altura de cerca de três metros e meio. Normalmente ele é preparado em cerca de 20 a trinta minutos e se espera a caça durante a noite. Essa espera é do fruto da andiroba.

---

<sup>361</sup> ANTONACCI. *Op. Cit.* p. 195.

<sup>362</sup> Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

<sup>363</sup> Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 80 anos e vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri desde quando nasceu. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

Além de todas essas ações que movem o agricultor e o castanheiro, colonos dos castanhais de Marabá e Itupiranga, também são orientados pelo tempo de frutas nativas, o tempo de coleta, afirma Sizinando Gomes, do “açai no meio do ano, da bacaba no verão e cupu no mês de dezembro no mesmo tempo da castanha, da queda dos ouriços”.<sup>364</sup> Ainda sobrava tempo para os “mariscos”,<sup>365</sup> a caça principalmente da onça, mas também do gato, caititu, porcão para vender o couro, e cuja representação dessa prática era o sucesso com as mulheres e o reconhecimento, além de serem tratados de forma diferenciada, assim como os que obtinham destaque em outras atividades da floresta, segundo Mariano Coelho:

O matador de onça era bem visto pala mulherada e ficava famoso, todo mundo respeitava. Era uns respeitado porque era caçador de onça, outros era respeitado porque tirava muita castanha, esses era namorador, bem visto até os garimpeiro do diamante que conseguia muito diamante.<sup>366</sup>

Com esse levantamento, traz-se para a discussão o conflito de costumes desenvolvido nos castanhais do Médio Tocantins. A identificação dos homens da floresta e dos seus hábitos e saberes acabaram por justificar a recusa à legislação dos castanhais, já que estavam envolvidos com outras práticas que se fizeram fundamentais para a sobrevivência na região dos castanhais. Um conjunto de atividades se ligava à vida dos trabalhadores da castanha, que por sinal eram também agricultores, caçadores, pescadores e garimpeiros. Eram trabalhadores que não possuíam uma função específica. Com relação ao comentário de Cristina Wolff relacionado aos trabalhadores seringueiros do alto rio Juruá, no Acre, que diz respeito à adequação dos trabalhadores de lá ao meio natural, movidos pela necessidade de sobrevivência, é pertinente uma analogia com os habitantes dos castanhais, pois segundo essa autora, parte de momentos de necessidades quando:

os seringueiros passam a estabelecer maiores vínculos com a floresta e a se transformarem, além de extratores de borracha, em caçadores, pescadores, coletores e agricultores, fazendo da floresta território cheio de demarcações (as estradas de seringa de fulano, os lugares onde há açai, o lago sicrano, etc.) Eles começam a grafar a terra, a marcar a terra, a ‘geografar’ esse território (...) colocando marcas, nomes, símbolos e maneiras de se ocupar o espaço, a partir daí convencionadas.<sup>367</sup>

---

<sup>364</sup> *Idem.*

<sup>365</sup> Aqui se refere a as caçadas para aquisição de peles de animais silvestres para comercialização.

<sup>366</sup> Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

<sup>367</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta:** Uma História. Alto Juruá, Acre (1890-1945). HUCITEC, São Paulo, 1999, p. 150.

#### 34. A prensa (2008).



A “prensa”, coberta também com palha do babaçu, amarradas com o “cipó de escada” e sobre madeiras escolhidas na mata. A “prensa” serve para espremer a massa da mandioca com o objetivo de enxugá-la, para só depois peneirar e torrar no forno. Por trás da casa da “prensa” uma planta que fornece o urucu, usada como corante na comida.

#### 35. A casa de forno (2008)



Casa de forno na propriedade do senhor Guilherme Costa e dona Dalva. Ao redor as plantações de mandioca e o “abafado” de feijão. Ver-se um “barraco” de palha do babaçu que são amarradas com o “cipó de escada” e madeira criteriosamente escolhida na floresta. Ao fundo o forno de “torrar” a farinha sobre paredes de barro, a boca do forno é deixada por trás da parede também de barro (pau-a-pique) para impedir a fumaça nos olhos do torrador, ao lado a “cocha”, uma espécie de cocho de madeira para colocar a massa da mandioca, e em cima, na travessa os “rodos” de madeira para movimentação constante da massa da mandioca no forno, durante o processo de torração. Enquanto a casa não estava sendo usada para fazer farinha, funcionava como paiol de feijão.

Em meio a tantas práticas costumeiras que orientam e movem os colonos nos castanhais, está a prática da “farinhada” (ver Figuras 34 e 35), prática que segundo o Senhor Mariano Coelho era bom que se realizasse durante a lua crescente: “A farinhada na lua crescente aumenta, acompanha a lua”, afirmou ele.<sup>368</sup> A fabricação da “farinha de puba” ou farinha d’água dura cerca de cinco dias desde o “arrancar” da mandioca até a farinha pronta.

<sup>368</sup> Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão. Entrevista em 24 – 05 – 2008.



O primeiro passo é “arrancar” a mandioca, e se caso a farinha desejada for de “puba” é necessário que alguns “paneiros de mandioca” sejam colocados de molho em uma “cacimba”. Conforme Mariano Coelho:

Primeiro arranca a mandioca pra botar de molho, a mandioca fica no pubeiro, na cacimba três dias pra amolecer pra fazer farinha de puba, com três dias arranca de novo a mandioca pra rapar e relar no ralo. Depois junta a mandioca relada com a puba tirada do pubeiro e coloca na prensa pra enxugar a massa que fica dum dia pro outro. No outro dia pra peneirar, tirar lenha e torrar a farinha.<sup>369</sup>

Na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, em Itupiranga, por exemplo, e para alguns moradores daquela região, as atividades ainda são reguladas por manifestações religiosas, como o envolvimento em torno da saída e chegada do “Divino Espírito Santo”, da capelinha de Santa Terezinha naquela Vila (*Figura 36*), e cuja missão do grupo de “foliões”: cantadores, alferes, caixeiros, sauveiros, violeiros e rezadeiras é a realização do “giro” (*Figuras 37, 38 e 39*), que se caracteriza pelas visitas a outras comunidades que ainda se encontram principalmente às margens do rio Tocantins, inclusive na sede municipal, Itupiranga. O objetivo do “giro” que inicia entre 19 e 23 de maio de cada ano é a demonstração do ritual e o contato com os promesseiros tradicionais do culto ao “Divino”. Conseqüentemente, passou a ser também uma convocatória para as festividades realizadas com o fechamento do círculo de visitas, ou seja, a conclusão do “giro”, com a chegada na mesma capelinha, na localidade de origem do percurso, a comunidade do Tauiri. Não existe dia determinado de fechamento do círculo, segundo o senhor José Oliveira de Souza, mestre do grupo de “foliões do Divino”, são cerca de 25 e 30 dias de percurso com a realização do festejo de encerramento da peregrinação no mês de junho.<sup>370</sup> Como a prática do “Divino” é um ato repetitivo e certo a cada ano, os promesseiros já reservam, segundo José Oliveira, os alimentos para doação e usufruto dos “foliões”. Há promesseiros que preservam intactas as cargas de frutas, outros guardam farinha, arroz, animais, etc., como forma de pagamento pelas graças recebidas diante dos rituais do “Divino Espírito Santo”.<sup>371</sup>

---

<sup>369</sup> Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 80 anos nasceu na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri onde vive até hoje. Entrevista em 24 – 05 – 2008.

<sup>370</sup> Entrevista com José Oliveira de Souza, mestre do Divino Espírito Santo, da comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, 11 de julho de 2008. A manifestação do “Divino” na região do Tauiri é hereditária, a avó do senhor José passou os ensinamentos para pai e o pai para o filho, o senhor José Oliveira.

<sup>371</sup> *Idem.*

36. Capelinha do Tauri (2008).



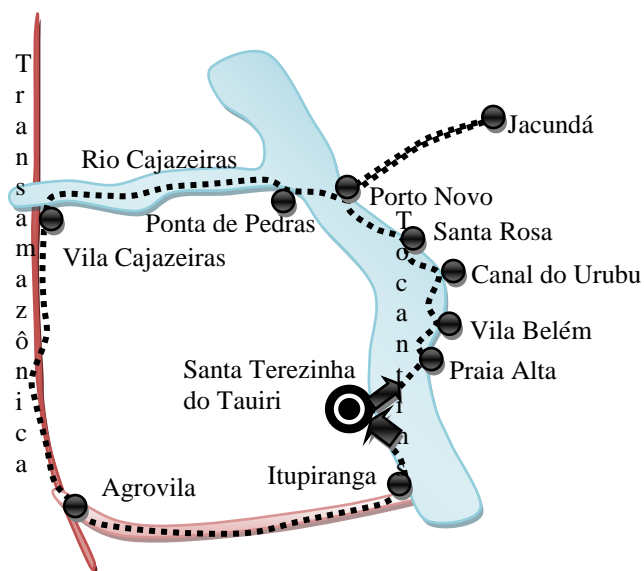
Capelinha na comunidade de Santa Terezinha do Tauri, localizado na Boca do Tauri Grande, o ponto inicial do “giro” do “Divino Espírito Santo”. Um povoado já existente em 1893, como povoado do senhor Liart, “o amigo dos índios Gavião”. (Foto 2007)

37. Início do “Giro” do “Divino” (2008).



“Foliões do Divino” saindo da comunidade de Santa Terezinha do Tauri, iniciando o “giro”.

38. Percurso do “Divino Espírito Santo” (2008)



Mapa elaborado através da orientação do senhor José Oliveira de Souza, líder dos foliões do “Divino Espírito Santo” em Itupiranga, destacando o percurso da peregrinação anual. (10 de julho de 2008).

39. Foliões do “Divino” (2008).



Junto aos foliões, ao fundo da fotografia e no centro, o senhor José Oliveira de Souza, coordenador das festividades do “Divino Espírito Santo” do povoado do Tauri, em um dos pontos da peregrinação. (Posse do grupo)

Portanto, as sucessivas invasões de castanhais a partir de 1948, principalmente nos de Itupiranga, muito provavelmente se explicam por ser realmente costume dos habitantes dos castanhais extrair castanha sem uma “legislação” que lhes impusesse limites e, portanto, os mesmos acabavam por si próprios determinando o “tempo” de entrar nos castanhais, conciliando com inúmeras outras atividades prioritárias. Por isso, decidiam até em extrair castanha ou não, afinal muitos eram pessoas que ali estavam há mais de meio século ou descendiam de outros que estiveram e, portanto, já reconheciam seus direitos sobre a terra, bem como conservavam um costume peculiar ao ritmo do meio.

Sobre esse comentário, é interessante destacar a semelhança com a abordagem feita por Antonacci. Seu trabalho aborda as “lutas e manifestações” de seringueiros em seringais acreanos, observando as “injunções entre cultura e natureza” a partir das argumentações e concepções de propriedade, de “ocupação e incorporação do espaço” dos povos da floresta, bem como o uso de suas concepções de mundo como formas de resistências às apropriações dos seringais.<sup>372</sup> Nos castanhais do Médio Tocantins, para levar a discussão mais além, a medição de terras a partir de um ponto de vista técnico só se fez em um tempo recente,<sup>373</sup> pois pelo menos até 1967, os castanhais funcionavam através de medidas naturais e, portanto, a orientação espacial dos castanheiros eram principalmente os igarapés, “grotas” e rios, as serras e castanhais. O castanhal arrendado a José do Espírito Santos Soares em Itupiranga, por exemplo, ficava a “esquerda do Igarapé Lago Vermelho, do lado de cima até a

---

<sup>372</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. **Reservas extrativistas no Acre e biodiversidade:** relações entre cultura e natureza. ( Revista Projeto História ) São Paulo. vol. 18, pp. 191 – 214, 1999.

<sup>373</sup> Registros de arrendamentos e aforamentos 1948 a 1967, Itupiranga-Pará. (A.P. Itupiranga)

Grota de Lages, do lado de baixo até a Grota Jacamim”.<sup>374</sup> Constituiu-se, nos castanhais, uma fusão homem/natureza, uma caracterização antropomórfica do meio, limites naturais personificados, como nos seguintes lugares: “Grotão Severino”, “Grotão Ricardo”, “Grotão São Domingos”, “Lugar Capelobo”, “Igarapé Valentin”, “Lugar Arrependido”, “Lugar João Soares”, “Grotão Francisco Mendes”, “Colocação Nelson Coelho”...<sup>375</sup>

Portanto, partido da forma de visualização histórica proposta por Antonacci, concluímos que as atitudes dos castanheiros do Médio Tocantins diante dos decretos municipais e da empresa da castanha, podem estar representando o confronto entre o tempo natural e o artificial: o primeiro, representando o tempo dos castanheiros acostumados ao acesso livre e de direito consuetudinariamente constituído, e por isso ignoravam as burocracias impostas pelas leis dos castanhais. Como no comentário de Philippe Áries, por exemplo, que partindo da concepção de tempo nas sociedades inglesas pré-industriais, discutiu os limites temporais dos indivíduos através de suas ações cotidianas de trabalho, alimentação, repouso, orações, enfim, reflexões acerca de ações determinadas pelo tempo por meio de uma espécie de compromisso, de orientação;<sup>376</sup> O segundo, o tempo do arrendatário sustentado no direito estatutário, no Estado de Direito como discutiu Thompson baseando-se na “Lei Negra” inglesa no século XVIII.<sup>377</sup>

### ***3.1. Habitantes dos castanhais no Médio Tocantins: os valores e as representações dos seus espaços e saberes***

Bem cedinho, trajado com roupas grossas, um, quebrava a jabota que havia encontrado no caminho e o outro decepava ouriços e descascava suas sementes, castanhas, e as ralava no espinhento cipó paxiúba, objetivando obter daquela poupa, saboroso leite, que seria misturado a carne da jabota já na panela de ferro (...) sob chuva ou sem ela, deixavam a barraca com paneiros às costas, terçados 127 pendurados às cinturas, rifles a postos...<sup>378</sup>

A partir da narrativa acima de um historiador autodidata, é perceptível a leitura de um espaço criado no interior dos castanhais e, conseqüentemente, os saberes desenvolvidos

---

<sup>374</sup> Títulos de Terras adquiridas em Marabá e Itupiranga. Arquivo do Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA). E assim seguiam as nomenclaturas: Igarapé Jacaré, Grota do Gato, Grota Jaú, Igarapé Sucruíu, Igarapé Jacarezinho, Grotão Surucucu, Grota Jenipapo etc. Títulos de arrendamentos e aforamentos para o município de Itupiranga. Instituto de Terras do Estado do Pará, (ITERPA.).

<sup>375</sup> Títulos de aforamento e arrendamento, Instituto de Terras do Estado do Pará, (ITERPA).

<sup>376</sup> ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir). **A Nova história**. Coimbra: Almedina, 1990. p.468.

<sup>377</sup> THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**: a origem da Lei Negra. Editora Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro, 1997.

<sup>378</sup> MONTEIRO, João Brasil. **O castanheiro**. Marabá, Edição 2001, pp. 48-49.

em torno dele como forma de adequação à natureza: a barraca em meio à mata, uma culinária peculiar e a utilização de mecanismos materiais da floresta para prepará-la. A jabota, a castanha, o cipó paxiúba, o paneiro, o rifle para as caçadas são percebidos no enunciado. Aqui aderimos a um modelo de observação histórica desenvolvido por Thompson, cujo foco de análise é a “vida cultural dos pobres, do simbolismo dos alimentos”, o valor dos objetos e de suas produções iconográficas, assim como destacou Peter Burke.<sup>379</sup> É de grande relevância também para a análise dos ambientes ocupados no Médio Tocantins desde o final do Século XIX, o modelo de observação proposto por Raymond Williams, quando este procurou explicar a abrangência do conceito de cultura, ou seja, como as vidas dos indivíduos podem ser moldadas pelos espaços ocupados por eles. Portanto, é necessária a análise do “estado mental”, das “atividades intelectuais e morais”, e também dos diferentes “modos de vida” desenvolvidos pelos colonos, para poder entender a categoria de seus pensamentos através da visualização dos feitos e de suas ações cotidianas.<sup>380</sup> Para o estudo da cultura dos colonos tradicionais do Médio Tocantins e a interpretação de suas produções, valoriza-se as idéias de José D’Assunção Barros, pois segundo ele:

Pode-se estar abordando as visões de mundo e as expressões culturais, estas que se referem tanto aos aspectos estéticos trazidos pelas expressões artísticas como aos discursos que se materializam a todo instante (...) a partir de outros sistemas de comunicação que não necessariamente a escrita.<sup>381</sup>

Porém, refletindo sobre as metodologias e a narrativa citada no início desse texto é impossível não ir mais além, imaginando, por exemplo, o fogão a lenha e os conhecimentos daqueles habitantes dos castanhais, sobre as matas, rios, igarapés e ervas medicinais nos espaços que ocuparam. O objetivo deste terceiro capítulo, portanto, será a busca desses valores simbólicos desenvolvidos nos espaços criados pelos antigos colonos nas comunidades tradicionais do Médio Tocantins, bem como a representatividade de suas criações, sobretudo naqueles espaços ocupados acima da cachoeira de Itaboca até a foz do rio Itacaiúnas, buscando compreender as práticas que possibilitaram a fusão homem/cultura/natureza. Trata-se, portanto, da análise acerca dos espaços alternativos desenvolvidos no interior da Amazônia (*Figura 40*), tal como fez Antonacci em artigo “sobre as injunções entre espaço e

---

<sup>379</sup> BURKE, Peter. **O que é história cultural?** (trad.) Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 30.

<sup>380</sup> WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade 1780-1950.** (trad.) Leônidas Hegenberg, Octanny Mota e Anísio Teixeira. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1969, p. 20.

<sup>381</sup> BARROS, José D’Assunção. “História Cultural e História das Idéias – Diálogos Historiográficos”. In: GEBRAN, Philomena (org) **História Cultural: várias interpretações.** Goiânia: E.V., 2006. p. 140.

cultura”. A tese da autora, uma referência para o estudo dos povos da floresta contra a degradação do meio natural, buscou afirmar que as tensões nesses espaços “são histórica e culturalmente constituídas, assim como as culturas são social e especialmente vivenciadas”.<sup>382</sup>

#### 40. Vazanteiros no rio Bacury, em castanhais do Médio Tocantins (1920).



Igarapé Bacury, afluente da margem esquerda do Tocantins, com sua foz na cachoeira do Itaboca. Na margem vê-se uma residência típica de pequenos agricultores vazanteiros, que estavam envolvidos também com a pesca e caça de subsistência e coleta da castanha, cada atividade com o seu tempo. Em 1920. (foto: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura.)

A ocupação dos espaços no Médio Tocantins e a adequação a eles desde o final do século XIX, certamente fizeram dos colonos ocupantes e descendentes, típicos habitantes da floresta, conhecedores e dependentes de recursos naturais e criadores de uma linguagem peculiar aos espaços onde atuavam (*ver Figura 41*), nas matas, rios e igarapés. É um comentário que se aproxima daquele feito por Cristina Wolff sobre a ocupação dos seringais do alto rio Juruá, Acre, por levas de trabalhadores nordestinos. Segundo ela, de uma população advéncia “de regiões bastante diferenciadas, que se torna conhecedora da natureza e seus ciclos e dependente de um território que reconhece como seu, a floresta”.<sup>383</sup>

Ainda segundo Wolff:

Para compreender a (as) Amazônia(s) de hoje, é imprescindível o estudo do que aconteceu com a crise da borracha e as transformações dos modos de vida das populações que viviam na Amazônia para a construção das diferentes possibilidades que aí se concretizaram nos seringais, castanhais, buritizais, na margem dos rios e colônias agrícolas, com base nas populações advéncias e nativas e de seu relacionamento com o meio ambiente.<sup>384</sup>

<sup>382</sup> ANTONACCI. *Op. Cit.* p. 199.

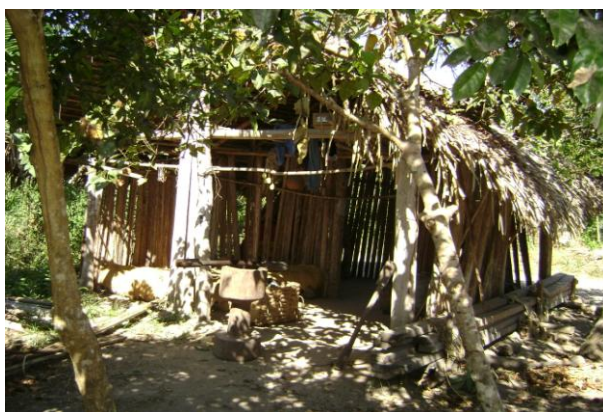
<sup>383</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta:** Uma História. Alto Juruá, Acre (1890-1945), HUCITEC, São Paulo, 1999, p. 107.

<sup>384</sup> *Ibid.* p. 108.

O termo antigos colonos, está sendo ora empregado, para designar as populações que sucessivamente se adensaram nos castanhais do Médio Tocantins no decorrer de mais de meio século e permaneceram priorizando as atividades de subsistência ligadas ao ambiente natural, os camponeses, pescadores, coletores e artesãos que sempre se mantiveram dependentes dos territórios que ocuparam, estabelecendo modos de vida próprios. Como um regulamento de castanheiro, um grupo que estava longe de ser cativo de possíveis padrões, constituiu sua própria riqueza cultural e se colocou em favor dela, ignorando o envolvimento nas legislações das empresas nos castanhais. Os antigos colonos e descendentes nos castanhais, não foram pacíficos diante das legislações da floresta, reagiram principalmente e, sobretudo, coletivamente mantendo e socializando seus costumes por tanto tempo, mas também individualmente, através do isolamento em suas respectivas lavouras de subsistência e em atividades de pesca e caça. Sobre esses modelos de desenvolvimento cultural, Antonacci destacou em um de seus artigos, algumas formas de visualizá-los. Conforme ela:

No sentido de produzirem resinas, essências, óleos, substâncias medicinais e alimentos (...) integraram ao meio ambiente, produziram formas de inserção homem/natureza a partir de uma cultura que retira da natureza seu próprio ser, relacionando seus corpos e imaginários a tradições, costumes, valores e sensibilidades oriundos das lutas e ajustes para sobrevivências na mata.<sup>385</sup>

#### 41. Paiol de arroz (2008).



Nesta imagem percebe-se um paiol de arroz, construído com palha do coqueiro babaçu, amarrado com o “cipó de escada”, madeiras de lei e cercado com açazeiros. O arroz colhido à mão está colocado também sobre açazeiros forrados com esteiras feitas do olho da palha de coqueiro babaçu. Na frente do paiol, o pilão e suas “mãos de pilão” para socar o arroz, mais também a “paçoca” de carne seca de caça ou peixe com farinha. Do lado do pilão o “jacá” (espécie de paneiro feito de bambu), que em par, colocados sobre a cangalha em animais de carga servem para carregar mandioca e outros gêneros das roças. Pendurados em uma travessinha na frente do paiol, os maxixes que estão sendo preparados (envelhecidos) para a retirada das sementes para a planta. Atrás dos maxixes e pendurada, uma cabaça preparada para carregar água para a roça, pois a conserva fria por mais tempo.

<sup>385</sup> ANTONACCI. *Op. Cit.* p. 198.

O antigo colono no Médio Tocantins, portanto, se constituiu do meio, produzindo saberes através da floresta e priorizando o seu valor, contrariando objetivos de terceiros. Algumas das mais significativas reações dos antigos colonos dos castanhais do Médio Tocantins, além da oposição às legislações impostas pelas empresas da castanha, foram registradas diante da instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, coordenada pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) existente desde 1973. A Usina de Tucuruí foi desenvolvida a partir de 1970, como um dos Grandes Projetos para a Amazônia durante o regime militar, que se alongou até 1985. A barragem da hidrelétrica viria a inundar, a partir de setembro de 1984, um total de 2.430 quilômetros quadrados ou 243 mil hectares de terras.<sup>386</sup> O empreendimento, inclusive, afetou além de outros, a vida natural dos ribeirinhos instalados na região de Itupiranga e Marabá, o que forçosamente conduziria ao redimensionamento do espaço rural socialmente ocupado, afirmou Antônio Magalhães.<sup>387</sup> Este redimensionamento, segundo o mesmo autor, implicou “nas transformações relativas às atividades econômicas desenvolvidas pelos regionais”, como a extração da castanha, da pesca, da caça, e da pequena produção agrícola.<sup>388</sup> Em comentário sobre a instalação da Usina, Sônia Barbosa Magalhães afirmou que houve um processo formal de expropriação da população ribeirinha do Médio Tocantins entre 1979 e 1984, com base no pressuposto de que a região que supostamente seria inundada era um “vazio social”, e cuja justificativa para tal pressuposto era a ausência de propriedade e economia de mercado, baixo índice populacional e analfabetismo, o que para a Eletronorte justificava a remoção e expropriação.<sup>389</sup> Ainda conforme Sônia, a Usina de Tucuruí foi:

Planejada de acordo com a tecnologia dominante a nível nacional de construção de barragens, foi considerada necessária para a sua capacidade de geração ( 8 milhões de KW, sendo aproximadamente 4 milhões numa primeira etapa já concluída) a formação de um reservatório de acumulação hidráulica com extensão de 2.430 km<sup>2</sup>, inundando terras dos municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga, compreendendo, conforme dados produzidos pela ELETRONORTE, catorze povoados, além da sede do município de Jacundá e duas reservas indígenas. Foram transferidas 23.871 pessoas (...) tendo sido aproximadamente quatro mil e trezentas famílias desapropriadas. Destas, não menos do que 60% eram pequenos produtores/coletores residentes nas áreas consideradas rurais pela

---

<sup>386</sup> MAGALHÃES, Antônio Carlos. As nações indígenas e os Projetos Econômicos do Estado. In: HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia.** Vozes/NAEA/UFPA, 1991, p. 98.

<sup>387</sup> *Ibid.*

<sup>388</sup> *Ibid.*

<sup>389</sup> MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Expropriação e mobilização: A dupla face da relação entre os Grandes Projetos e a população camponesa. In: HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia.** Vozes/NAEA/UFPA, 1991, p. 178-179.



ELETRONORTE, isto é, ocupações fora dos povoados, dispersas ou reunidas em pequenos aglomerados no interior da mata (...) <sup>390</sup>

Para compreendermos o confronto de interesses entre a empresa e os povos da floresta é de suma importância a análise do comentário feito pelo senhor Luiz Gomes da Silva, o “Pé de Pano” (*Figura 42*), nascido na comunidade de Santa Terezinha do Tauri, em Itupiranga, um povoado existente desde 1893, e um dos transferidos pelo projeto da barragem de Tucuruí em 1980. A fala do senhor Luiz revela as atitudes da Eletronorte em relação aos moradores ribeirinhos da região em tempos de preparativos para o funcionamento da Hidrelétrica, mas mostra também a reação dele, como morador tradicional, frente às imposições da empresa, a partir de um discurso que revelou o confronto entre as concepções da natureza como objeto, cujo interesse é essencialmente a aquisição de recursos, no caso da empresa; em contraposição à concepção da natureza como sujeito, onde prevalece a reciprocidade homem/natureza, no caso dos antigos colonos. Antonieta Antonacci, referindo-se aos defensores dos seringais acreanos afirmou que as florestas para os povos que aprenderam a viver nela, “não são tomados como objetos, mas como sujeitos, integrantes de sua vida cotidiana, como parceiros com quem compartilham o viver, o trabalhar, o pensar, as crenças e os valores que fazem parte do ser e estar na mata”.<sup>391</sup> Semelhante às comunidades quilombolas, citadas por Mário Maestri e Adelmir Fiabani, esses grupos “dependem do conhecimento empírico do ciclo das chuvas, da qualidade dos terrenos, da germinação das plantas etc., que habitualmente têm como referência o meio ambiente, a fauna, a flora etc. de uma região determinada” e, portanto, a ruptura com o habitat original constituiria profunda violência à suas tradições.<sup>392</sup> Neste caso, é pertinente a observação de Marina Maluf, a propósito, argumentando Michael Pollak: “a memória coletiva (oficial) pode significar a própria exclusão de indivíduos e grupos que ficam condenados a zonas de ‘não-ditos’, cujas experiências comprometem a continuidade e estabilidade ideal da memória oficial”.<sup>393</sup> A respeito desse conflito de valores no Médio Tocantins, a entrevista com Luiz Gomes da Silva é esclarecedora, já que segundo ele:

---

<sup>390</sup> *Ibid.* p.177.

<sup>391</sup> ANTONACCI. *Op. Cit.* pp. 195-196.

<sup>392</sup> MAESTRI, Mário e FIABANI, Adelmir. **O mato, a roça e a enxada:** A horticultura quilombola no Brasil escravista. In: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 1: concepções de justiça e resistências nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 73.

<sup>393</sup> MALUF. *Op. Cit.* p.36.

A Eletronorte fez as casas lá em Itupiranga e veio pegar o pessoal aqui no Tauri pra levar pra lá, uns era levando o pessoal daqui e outros ficava derrubando as casa, jogava tudo no chão, ficava tudo só a montueira. Isso era pro pessoal não voltar mais. Eu nem cheguei a ir, eu fiquei aqui, eu gosto daqui que na hora que dar vontade de pescar pego a canoa e vou pegar meu peixinho. Muita coisa que eu preciso tem aqui. Aqui é tranqüilo, eu gosto de pescar.<sup>394</sup>

Diante do caráter imprevisível da natureza, suas dificuldades e benefícios, assim como o senhor Luiz, outros habitantes dos castanhais já haviam desenvolvido estratégias de sobrevivência e produzido, com o passar dos anos, uma identidade representada pelos saberes adquiridos, e que se manifestaram proporcionados pelos meios naturais em um ritmo ditado pela própria natureza, como por exemplo, a orientação espacial e o manejo da floresta. A cultura produzida passou a relacionar-se diretamente com o universo mental de seus mentores, desde a simples fabricação dos abanos e dos fogões a lenha, a preparação das cabaças, a produção dos cofos, das esteiras, a culinária, a fabricação das canoas, arquitetura de suas casas, enfim, além dos respectivos valores simbólicos em torno de seus ambientes e até a capacidade de locomoção na floresta, rios e igarapés, pois em análise de cultura material, “prática e representação são tomadas como dimensões inextrincáveis da vida cultural, alimentando-se mutuamente, sem que as seja possível compartimentar”.<sup>395</sup>

#### 42. Senhor Luiz Gomes (2008).



Luiz Gomes da Silva, o “Pé de Pano”, vive sozinho em sua casa na comunidade de Santa Terezinha do Tauri. Durante a transferência para a cidade de Itupiranga, o senhor Luiz permaneceu na comunidade, seu lugar de origem.

A análise da memória dos habitantes dos castanhais em questão requer um mecanismo de observação cultural desenvolvido por Jacques Le Goff, quando este fez

<sup>394</sup> Luiz Gomes da Silva, o “Pé de Pano”, 73 anos e nascido na comunidade de Santa Terezinha do Tauri, em Itupiranga. Entrevista em 6 de julho de 2008.

<sup>395</sup> LUBAR, Steven e KINGERY, W. David (Ed.) **History from things: essays on material culture**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993, p. 27.

referência ao “pensamento selvagem” de alguns grupos tribais australianos. Segundo ele, para se compreender tais comunidades foi preciso estudar a movimentação de suas memórias no tempo, pois nos rituais em torno da morte, em algumas daquelas tribos, os indivíduos se “transferem do presente para o passado”.<sup>396</sup> No Médio Tocantins foi através dos seus respectivos espaços, dos feitos e dos fatos ocorridos neles que os colonos tradicionais constituíram as suas lembranças e, portanto, estão fortemente ligados ao passado, são povos que ainda privilegiam um permanente diálogo com seus antecedentes locais, proporcionando um forte vínculo entre presente e passado, à medida que se transferem do seu presente para os tempos de seus pais, tempo de faturas e de realizações pessoais. Firmam um olhar nostálgico no passado e, por isso, no estudo de suas memórias, esses grupos podem até ser procurados no presente, porém, na maioria das vezes, só poderão ser encontrados ou estudados no seu passado. Por conta disso, alguns desses colonos até permaneceram nas cidades depois da remoção feita para Itupiranga, por exemplo, porém ainda mantiveram suas roças e vazantes ou senão ainda continuaram a caçar e viver também da coleta de frutos ou pescas, ou seja, continuaram vinculados às características naturais, não deixando negar suas alianças com seus lugares tradicionais. Enquanto alguns simplesmente retornaram aos seus antigos espaços ou proximidades, outros não se deram ao trabalho de sair, permanecendo sobrevivendo do que produziam e fazendo dos mecanismos da cidade apenas complementos não muito importantes.

O senhor Sizinando Gomes, o “seu Zizi” (*Figura 43*), nascido na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, admite ter retornado à comunidade, após ter sido relocado pela Eletronorte, para a cidade de Itupiranga, por conta da facilidade de aquisição de alimentos, principalmente nas plantações, caça e coleta de frutos. É visível, na fala do “seu Zizi”, o “prazer” de ter retornado, pois aponta aspectos de intimidade com o lugar, e justifica através do costume em conseguir alimentos na floresta, através do clima e lembranças do passado. Segundo ele, em torno daquela antiga comunidade:

É mais fácil viver, o clima aqui é outro, naquele tempo se vivia da roça, garimpo, o peixe, caça. Eu tava acostumado aqui, lá na rua tudo é difícil e aqui tem tudo mais fácil, o camarada planta uma coisa e outra e é melhor. Também aqui tá a lembrança do meu pai e minha mãe. Quando a Eletronorte tirou o povo daqui da Vila pra levar pras casas em Itupiranga era umas 35 pessoas, e dessas, 15 ou mais gente voltou e outros vivem falando em voltar, se achar casa pra comprar aqui eles voltam. Em 80, a água arrancou tudo, a rua da beira acabou, tinha igreja, tinha tudo, depois que o

---

<sup>396</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. (trad) Bernardo Leitão. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p 215.

pessoal voltou veio aqui pra cima, eles venderam as casas que tinham ganhado da Eletronorte lá na cidade pra vir de novo pra cá, e eu fui um deles.<sup>397</sup>

#### 43. Senhor Sizinando Gomes (2008).



Senhor Sizinando Gomes, nascido na comunidade do Tauiri é um dos benzedores da vila. Senhor “Zizi”, como é conhecido, é declarado um dos apaixonados pelo lugar que ocupa, e assim como todos os moradores tradicionais do Tauiri, sente saudades do passado, quando tudo era mais fácil, quando a floresta fornecia quase tudo. É aposentado e mora sozinho.

O retorno ao lugar de origem, após terem sido transferidos pela Eletronorte foi justificado por unanimidade pelos entrevistados, com base no apego ao espaço e aos benefícios oferecidos por ele. Os recursos naturais em torno dos espaços tradicionalmente ocupados formaram a essência dos discursos elaborados pelos tauirienses, e isso é que revela o prazer de estar lá e o orgulho de ser de lá. O senhor Mariano Coelho (*Figura 44*), também morador de Santa Terezinha do Tauiri desde 1955, reforça essa tese, pois, para ele, a sobrevivência na cidade para quem se acostumou a “viver no mato” é extremamente difícil, já que nos espaços tradicionais tudo que precisa tem, sabem encontrar os medicamentos ideais para curar os males, aprenderam os locais exatos dos frutos da floresta, além dos lugares e dos tempos das frutas e das flores que possibilitam as esperas das caças preferidas.

A série de benefícios oferecidos pelos espaços tradicionais citada por Mariano Coelho caracteriza seu envolvimento ao lugar que escolheu para viver, pois seu conhecimento se fundiu aos mecanismos apresentados pela natureza do lugar. Essa convivência entre os antigos colonos dos castanhais médio-tocantinos e natureza fez com que descobrissem o “jambu” para problemas renais e no fígado, e que o “quebra pedra”, um simples matinho do terreiro fosse um “santo remédio” para aliviar as dores no corpo ou o “gervão” para curar a febre. A esses, seguem o “chá do picão”, conhecido também como “carrapicho de agulha”

---

<sup>397</sup> Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 80 anos e vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, em Itupiranga, desde quando nasceu, vive sozinho em sua casa na comunidade. Entrevista em 06 de maio de 2008.

para aliviar a malária, “o óleo da copaíba” como cicatrizante e a “batata de purga” para a cura de complicações intestinais, a “semente do pião”, “o mastruz”... Os usos e conhecimentos sobre as ervas da floresta também estava nos mecanismos para a aquisição de alimentos. Segundo Mariano Coelho: no tempo de abundância de caça dava prazer caçar, segundo ele, existia uma forma eficiente para caçar com cachorros: “Quando o cachorro tava ruim de faro, nós procurava no mato o jamburandi, uma planta pequena do mato, o cara machucava ela, misturava com a urina e passava no focinho do cachorro, ele saía espirrando e logo acuava caça. Eu acho tão bom aqui, é tão gostoso e mais tranquilo!”<sup>398</sup> Essa afinidade entre os colonos dos castanhais do Médio Tocantins e seus espaços tradicionais justificam os retornos após terem sido relocados pela Eletronorte. O senhor Mariano Coelho, por exemplo, reforçou a justificativa para o retorno da seguinte forma:

Eu voltei porque já tava acostumado aqui, lá na rua é difícil comida. Naquele tempo tinha muita carne de caça, tinha nossa roça, o açaí, a bacaba, o cupu (...) ninguém tava acostumado com a vida de lá, aqui você pega um peixinho, uma caça e vai passando a vida, lá tudo é comprado, a comida, o remédio, aqui não. Quando a gente adoce toma remédio caseiro, remédio do mato. Aqui o pessoal antigo fazia muito remédio do mato, hoje não, já tão deixando, mais ainda tem muito, as pessoa ainda faz muito com planta e raiz.<sup>399</sup>

#### 44. Senhor Mariano Coelho (2008).



Senhor Mariano Coelho exibindo como jóia as plantas medicinais do quintal de sua casa, na comunidade do Tauiri, em Itupiranga. O senhor Mariano mora sozinho e é um dos que retornaram após a transferência para Itupiranga, e é um grande conhecedor da floresta local. Foi castanheiro, caçador, garimpeiro e pescador. Hoje, vive da sua aposentadoria, porém ainda com relações íntimas com a natureza do lugar e saudoso do tempo das farturas da castanha, do diamante e da abundância de caça.

---

<sup>398</sup> Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, Itupiranga, desde 1955, vindo de Porto Franco do Maranhão. Vive sozinho em sua casa na comunidade Entrevista em 06 de maio de 2008.

<sup>399</sup> *Ibid.*

O remanejamento feito pela Eletronorte reforçou os aspectos verificados na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri e entorno, sobre a afinidade entre os moradores e os recursos naturais, justificando os retornos. Nas entrevistas feitas naquela comunidade e entorno, os entrevistados foram unânimes em caracterizar os seus espaços de origem como fornecedores do alimento, uma espécie de natureza-mãe que alimenta com fartura e protege através de seus recursos medicinais. É, portanto, um espaço dotado de lembranças, saudades e exaltações. Ou uma natureza-amante, pois natureza e homem constituíram uma relação matrimonial, ou na pior das hipóteses, parentescos com relações íntimas, a ponto de despertar paixões, nostalgias, desejos e prazeres, um constante corpo a corpo, troca de afetos e atrações.<sup>400</sup> Nos castanhais do Médio Tocantins o antigo colono se casou com a terra, sempre gerou filhos com a terra, e os filhos quando não foram usados como alimentos, serviram no auxílio às práticas cotidianas ou venderam-nos para suprirem necessidades urgentes. Maria das Graças Pereira Gomes, a “Gracinha”, também filha da comunidade do Tauiri, e uma das que retornaram definitivamente para a Vila, após a transferência, revela o valor da tradição local. Para ela o conhecimento sobre o lugar tradicionalmente ocupado facilitava a aquisição de produtos necessários à sobrevivência e a sua fala nos levou a entender que a felicidade para esses tradicionais colonos estava em cada um desses desafios, no total envolvimento para consegui-los. A extração da castanha, o trabalho no garimpo, a prática da pesca e da caça, os saberes medicinais mais diversificados e peculiares dos seus lugares revelam, na fala de Maria das Graças, o caráter nostálgico.

Como não tenho leitura a vida pra mim aqui era melhor porque tinha minha roça. Naquele tempo eu ia pro mato tirar castanha, ia pro rio pescar, eu também ia garimpar, eu ia junto com minhas filhas. Aqui, quando alguém ficava doente tinha os remédios daqui mesmo do mato, o purgante da mamona, e pra gripe e dor de urina se usava o óleo da andiroba, o óleo do cupu pra cicatrizar, pra gastrite era o picão e pro fígado o jambu e o chá da casca de laranja, e pra ataque de verme é bom o mastruz pra tomar em jejum. Aqui se cobra mordesse alguém tinha o fel da paca pra remédio e também a castanha pilada no pilão com casca e tudo e misturada com água, também pra mordida de cobra. Por isso que eu voltei pra cá, porque a vida pra nós era mais fácil, tinha o peixe, a caça, a castanha, a madeira, o açaí, a bacaba.<sup>401</sup>

O fato dos antigos colonos estarem vinculados aos espaços dos castanhais do Médio Tocantins, e cujo ambiente em torno deles se fundiu com a cultura produzida, tais espaços passaram a representar as vidas dos indivíduos a partir dos sucessivos feitos como

---

<sup>400</sup> ANTONACCI. *Op. Cit.* p.195.

<sup>401</sup> Maria das Graças Pereira Gomes, 57 anos e nascida na comunidade do Tauiri, em Itupiranga. Entrevista em 06 de julho de 2008.

frutos do trabalho e de tradições. Eles mesmos passaram a perceber a importância do lugar como espaço seu e inerente a sua história de vida, afinal o que haviam produzido e aprendido estava ali. Assim, diante do diferente, os colonos antigos se manifestaram em favor dos seus ambientes e lembranças, a permanência com os antigos costumes em detrimento das legislações impostas. O senhor Luiz Gomes da Silva, o “Pé de Pano”, também se referiu à afinidade daqueles moradores com os recursos naturais. Segundo ele:

No tempo da castanha nós ia pro castanhal e levava só um pouquinho de farinha e lá no mato comia com castanha, me cansei de sair cedinho e voltar só a noite só comendo castanha e voltava com cinco lata no panelo. Na mata a gente tem tudo, onde não tinha grotta nós costumava procurar o cipó de água, mucunã, o sambaíba, o cipó rio preto dar muita água por isso que eu gosto daqui. Também o cipó timbó pra fazer panelo e o jamaxim. O cipó titica aqui tinha muita gente que fazia cadeira com ele, eu era um que tirava o cipó titica, cansei de tirar cipó no mato e vender pra eles. Se caso alguém fosse mordido de cobra o povo aqui falava muito no leite da castanha pilada com casca no pilão pra rebater o veneno, a castanha é boa pra tirar o veneno.<sup>402</sup>

Em entrevista também com o senhor Sebastião Pereira Soares, 61 anos de idade e 34 como morador da Vila do Tauiri, percebemos, em sua fala, outra forma de aquisição de alimentos para muitos moradores da região, os “torrões”. Conforme Sebastião:

Antes da barragem de Tucuruí, a caçada aqui era turrão, hoje tá pouco, mais ainda tem. Quando o rio enche muito. O rio enche e prende a caça no lugar seco, a gente vai de canoa, às vezes a gente leva cachorro e os cachorros vão espantando e a gente matando. Naquele tempo quando formava turrão ficava mais fácil, a caça ficava cercada. Ficava mais o tatu, a cutia, o veado fuboca. Antes da barragem tinha muito turrão quando o rio enchia, depois acabou mais, ficou mais difícil. Naquele tempo o caçador que tava ruim pra matar caça fazia remédio, tinha uns que passava três vezes em baixo da raiz de paxiúba com todo o equipamento de caça ou fazia defumador queimando o cipó curimbó, pena de aves do mato e cabelo da própria caça...<sup>403</sup>

Com a análise do entorno da Vila de Santa Terezinha do Tauiri conhecemos também o casal Guilherme Costa Nascimento e dona Dalva, moradores da Vila, porém dedicam a maioria do tempo à agricultura no lote a cerca de 300 metros do povoado. Segundo o senhor Guilherme, a sua “vida” se encontra ali, representada “nas roças de mandioca, arroz, nos ‘abafados de feijão’<sup>404</sup> e no ritmo das caçadas, é o que sabe fazer de melhor e que faz

---

<sup>402</sup> Luiz Gomes da Silva, o “Pé de Pano”, 73 anos e nascido na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, em Itupiranga. Entrevista em 6 de julho de 2008.

<sup>403</sup> Sebastião Pereira Soares, 61 anos. Vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, entrevista realizada em 6 de julho de 2008.

<sup>404</sup> Plantação específica de feijão, cujo método é jogar as sementes em meio à “juquira” (matos nascidos após a derrubada de floresta nativa) e logo após roçá-la, abafando as sementes semeadas.

“com gosto”. Em caminhada pela sua propriedade, com grande área de floresta virgem, o senhor Guilherme nos mostrava com orgulho as plantações em torno do barracão aberto, local onde dona Dalva prepara a comida (*ver Figura 46*), e da “casa de forno” para a produção de farinha. Na mata fechada, foram aparecendo os vestígios das técnicas empregadas para a caça a animais silvestres, como o “mutá”, armação de altura variada e a “varrida” (*Figura 45*), espécie de caminho varrido na mata para locomoção à noite sem contato com as folhas, evitando ruídos.

#### 45. A “varrida” (2008).



A “varrida” (uma espécie de caminho varrido, feito na mata para tirar as folhas, e assim evitar os ruídos que por ventura venham a espantar as caças quando o caçador se locomover nele) onde sempre que precisa vai esperar o tatu e a paca. Na “varrida” o caçador possui habilidade de caminhar nela a noite sem ligar a lanterna, apenas pelos sinais de luzes possibilitadas por insetos.

Com certeza, os valores desenvolvidos na propriedade do senhor Guilherme estão diretamente relacionados “à garantia das condições de preservação das áreas que ocupam e ao respeito por suas culturas e por suas racionalidades nos usos tradicionais dos recursos naturais”,<sup>405</sup> como verificou Antonacci nas atitudes dos povos da floresta acreanos. Ainda conforme a mesma autora, os povos da floresta adquirem concepções próprias e com significados peculiares, “porque traduzem o seu dia-a-dia na floresta, suas relações com a natureza e dizem respeito a suas experiências, culturas e ao seu fazer-se como sujeitos históricos”.<sup>406</sup> Para Guilherme Costa:

A mata preservada serve pra matar a caça. Fica mais fácil, não intimida os bichos. Quando não é na espera do mutá é na varrida no chão mesmo, a gente varre um caminho pra não espantar a caça. Daqui dessa mata também serve pra tirar a madeira pra fazer as casas do paiol, a casa de forno e o barraco de morar, como o pé

<sup>405</sup> ANTONACCI. *Op. Cit.* p. 201.

<sup>406</sup> *Ibid.* p. 198.



de goiaba de porco que é madeira boa pra casa. O pé de cunduru serve pra fazer caniço de pescar...<sup>407</sup>

#### 46. Barracão aberto (2008).



Barracão aberto onde dona Dalva prepara a comida em um em um fogão de lenha usando a folha de bananeira para tampar a panela de ferro com arroz para enxugar melhor e dar mais sabor. Ver-se também a cabaça preparada para conservar sementes de feijão, fava, milho, etc., o “jaca”, dois “côfos” pendurados à esquerda, feitos de olho de palha de coqueiro babaçu. Os “côfos” são usados na colheita do arroz, do feijão, do milho, do urucu, etc.

É perceptível, portanto, de onde partiram os discursos reacionários dos habitantes de comunidades ribeirinhas, como a do Tauiri, em Itupiranga, diante das decisões da Eletronorte em relocá-los, bem como as resistências diante das empresas da castanha. As atitudes para se manterem em seus espaços expropriados pelo projeto de Tucuruí e diante das persistentes legislações imprimidas aos castanhais, certamente foram um marco determinante para a formulação de estratégias que visavam à permanência nos antigos espaços, o lugar de onde tiravam seus sustentos e se ligavam às suas histórias de vida. Foram manifestações de persistência movidas pelo desejo de permanecer nos espaços construídos por eles, onde estavam seus feitos, saberes e, sobretudo perspectivas de vidas futuras. Esses colonos antigos e seus descendentes, sejam eles ribeirinhos ou não, na região do Médio Tocantins haviam criado vínculos tão profundos com as florestas e rios que somente os indígenas foram dados a conhecer.

Foi a partir dessa percepção de vínculo aos espaços construídos que os vazanteiros de Itupiranga desenvolveram notas de repúdio às atitudes da Eletronorte, em 1980, cinco anos antes do funcionamento da Usina de Tucuruí. Conforme Sônia Magalhães foi o ano da primeira manifestação política daqueles camponeses contra o processo expropriatório. Segundo ela, a nota publicada na imprensa local reivindicava indenizações, questionava

---

<sup>407</sup> Entrevista com o senhor Guilherme Costa Nascimento, 57 anos e, a 32 na região. Em 10 de julho de 2008.

valores a pagar, exigia outros lotes substitutos e ignorava a lista de camponeses inseridos no processo indenizatório. E se seguiram às exigências a partir de 1980, com invasões e acampamentos instalados nas dependências da Usina. Criaram, inclusive, uma “Comissão Representativa dos Expropriados” e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, objetivando a revisão da política da Eletronorte para os relocados da barragem.<sup>408</sup>

---

<sup>408</sup> MAGALHÃES. *Op. Cit.* p. 187.

## CONCLUSÕES

Os modos de vida dos tradicionais habitantes dos castanhais do Médio Tocantins, pelo fato de terem se desenvolvido às margens das representações oficiais, se fizeram ocultos e impossíveis de serem lidos e interpretados a partir de fora. As explicações para tais fatos é que os antigos colonos daquela região se colocaram tradicionalmente às margens dos rios e se distanciaram dos leitos, se posicionando fora do alcance de observadores. Portanto, para compreendê-los será necessário sempre aportar, romper as margens e atravessar a floresta até os seus verdadeiros espaços, para finalmente ouvi-los, saber o que fazem, sentem e pensam. As tradições dos antigos habitantes dos castanhais do Médio Tocantins jamais serão compreendidas se forem estudadas a partir dos cursos dos rios, por alguém preso aos leitos e descrevendo somente o que se vê e o que se ouve dizer. Agindo dessa forma, o que estariam sendo descritas eram simplesmente miragens, reproduções do que se acha ter visto. Tais registros não passariam de imagens criadas, um amontoado de suposições ou até mesmo montagens daquilo que outros já teriam dito como sendo verdade, realizando o mesmo percurso.

São os olhares lançados a partir do leito do rio que se encarregam de resumir o que se ver após as margens, criam pressupostos e limitam outras possibilidades de diálogo com as fontes. O espaço entre o curso do rio (onde são formulados os pressupostos) e suas margens (onde se encontram os tradicionais colonos) aparentemente é curto, porém, esconde uma distância significativa que só é notada ao aportar. Somente a partir da margem é que são percebidas as dificuldades para se chegar ao que foi visto do leito. É do leito que partem os olhares do alto, formulando uma visão geral e aparente. Enquanto que após as margens, por trás da floresta, o que se vê é particular e detalhado. Além do acesso a uma infinidade de evidências, o estudo nas margens possibilita o contato com os objetos, os aromas e os sabores, os gestos e os estilos, afinal, “tudo que o homem diz (...) tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”,<sup>409</sup> já afirmara Bloch. Com desejos insaciáveis de “capturar homens” onde quer que eles estivessem e quem quer que eles fossem, através da prática histórica, o historiador francês, com características apologéticas, anunciou que “onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”.<sup>410</sup> Nesse sentido, portanto, somente agindo no

---

<sup>409</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história:** ou o ofício do historiador. André Telles (trad.). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, p. 79.

<sup>410</sup> *Ibid.* p. 54.

interior da floresta e sob ela, após atravessar as margens, que os colonos antigos do Médio Tocantins podem ser verdadeiramente encontrados, do contrário, são apenas superficialidades.

Porém, para conhecer os valores e as representações dos tradicionais habitantes dos castanhais médio-tocantinos, além de aportar, romper as margens e atravessar a floresta para os seus tradicionais espaços é necessária a convivência com eles, fazer o que eles fazem e, sobretudo, procurar pensar o que eles pensam. Agindo dessa forma e fazendo uso dos mecanismos de análise da memória, poupa quaisquer outros esforços para dizer quem eles são, pois os próprios colonos tradicionais, a partir do que fazem e dizem, traduzem o valor dos seus sentimentos, revelam seus segredos e as representações de cada lugar e de cada produção, além de mostrarem os seus vínculos com o passado através das atitudes cotidianas, dos objetos e ações cultuados. Os tradicionais habitantes dos castanhais do Médio Tocantins são capazes também, através da convivência em seus espaços, de mostrar o que os movimentam dia após dia, além de detalhar suas tradições e revelar o valor de cada caminho, árvore, objeto ou planta. O contato com os antigos colonos e o reconhecimento de seus espaços traz à tona seus segredos, seus sonhos, desejos e alegrias, além do simbolismo de cada parte dos lugares onde vivem.

A convivência nos espaços dos tradicionais colonos dos castanhais médio-tocantinos torna possível ver que os pontos de vista desenvolvidos por eles nas margens, de tão peculiares determinam as formas de ver seus observadores que se encontram extramargens. Para eles, esses outros são habitantes de um mundo diferente, com estilos de vida não compatíveis aos seus. Os hábitos dos tradicionais colonos determinam, também, as formas de ver a si próprios, como guardiões de segredos do passado e pertencentes a espaços, cujas vidas se resumem a eles. Os habitantes tradicionais do Médio Tocantins revelam, eles mesmos, que os produtos dos seus trabalhos e lembranças de outros tempos estão de uma forma ou de outra, vinculados aos seus lugares nos castanhais.

Portanto, para ler os tradicionais habitantes dos castanhais do Médio Tocantins, é preciso sentir o que eles sentem vivendo às margens e, sobretudo, procurar ser um deles. Os olhares devem ser invertidos, lançados primeiramente para si como colono tradicional, identificando os espaços, saberes, objetos e seus valores; conseqüentemente para fora da margem, em direção ao leito do rio, lugar de onde partem as pressuposições. É um novo caminho a ser percorrido em direção contrária. Dessa forma, são resgatadas as linguagens do interior dos castanhais médio-tocantinos, apresentadas pelos próprios colonos, rebatendo os pré-conceitos. Por conta dos pressupostos criados em torno das práticas e representações

atribuídas aos colonos tradicionais do Médio Tocantins, é que seus rostos foram deformados ou simplesmente ignorados por viverem às margens, do outro lado da floresta.

## FONTES UTILIZADAS

### **Jornais do Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura**

*A safra.* Marabá - Pará, 1945 a 1951.

*Marabá.* Marabá - Pará, 1945 a 1946.

*O Marabá.* Marabá - Pará, 1964.

*A notícia.* Marabá - Pará, 14 de outubro de 1956.

*Notícias de Marabá.* Marabá - Pará, 7 de abril de 1975.

### **Revistas do Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura**

*Itatocan.* Marabá - Pará, edições de 03 e 04 de 1949, 10 de 1953, 02 de 1954 e 03 e 04 de 1954.

### **Documentos do Arquivo Público de Itupiranga, Salão Cultural Antônio Braga e Chaves**

Portarias baixadas pela prefeitura para a regulamentação das atividades nos castanhais, 1948-1970.

Decretações de apreensões de castanhas extraídas clandestinamente 1948-1960.

Ofícios enviados pela Prefeitura à Câmara de vereadores e aos seus “fiscais municipais” 1948-1960.

Cartas elaboradas pela Prefeitura de Itupiranga e por seus “fiscais municipais”, entre 1948 e 1970.

Lista de castanheiros anexa às licenças de arrendamento de castanhais em Itupiranga.

Ofício da Secretaria de Obras Terras e Viação, Serviço de Cadastro Rural, documento enviado à Prefeitura Municipal de Itupiranga, 1953.

Prefeitura de Itupiranga, Requerimentos de liberação de licença de safra e Imposto de Indústria e Profissão em janeiro de 1948 e janeiro de 1950.

Guias de embarque liberadas pela Prefeitura de Itupiranga e as solicitações das mesmas, entre 1948 e 1950.

Ofícios enviados pelo Prefeito Municipal de Itupiranga ao Governo do Estado do Pará, 1953.

Relações de licenciados para a indústria extrativa da castanha em Itupiranga, 1948 a 1960.

Listas de castanheiros e licenças de arrendamento em Itupiranga, 1948 a 1960.

Portarias de nomeação de fiscais municipais em Itupiranga, 1948 a 1960.

Portarias de exoneração de fiscais municipais, 1948 a 1960.

Registros policiais em Itupiranga, 1948 a 1960.

Registros da Coletoria de Rendas do Estado do Pará, no Município de Itupiranga, 1948 a 1960.

Registro da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, 1953.

Registros da Agência Municipal de Estatística, em Itupiranga, 1948 a 1950.

Portaria de liberação de matrículas para o extrativismo da castanha, em Itupiranga, 1953.

Listas de arrendamento de castanhais em Itupiranga, 1948 a 1950.

Cartas de fiscais municipais à prefeitura de Itupiranga, 1948 a 1950.

Registros do Departamento de Assistência aos Municípios, 1950.

Documentos da Coletoria de Rendas do Município de Itupiranga, 1948 a 1950.

Cartas inquéritos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), 1949.

### **Documentos do Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA)**

Registros de aforamentos e arrendamentos de castanhais 1948 a 1970, na região de Marabá e Itupiranga.

Mapas e croquis para a regularização de terras de castanhais.

### **Arquivo Público do Estado do Pará**

Documentos da Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará Limitada, nos talões de Impostos de Consumo e em fichas da Coletoria de Impostos Territoriais.

Mensagens do Governador paraense Dionísio Bentes, em 7 de setembro de 1926 e em 7 de setembro 1927.

Secção de Povoamento Serviço de Imposto Territorial, Município de Marabá exercício de 1935.

### **Entrevistas**

Senhor Sizinando Gomes de Sousa, 80 anos e vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, em Itupiranga, desde quando nasceu, entrevista em 06 de maio de 2008.

Senhor Mariano Coelho de Almeida 73 anos, vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri desde 1955, entrevista em 24 de maio de 2008.

Senhor Luiz Gomes da Silva, 73 anos e nascido na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, em Itupiranga, entrevista em 6 de julho de 2008.

Senhora Maria das Graças Pereira Gomes, 57 anos e nascida na comunidade do Tauiri, em Itupiranga, entrevista em 06 de julho de 2008.

O vazanteiro Júlio Oliveira, morador de Itupiranga, 75 anos, entrevista em 29 de julho de 2008.

Senhor Sebastião Pereira Soares, 61 anos. Vive na comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, entrevista realizada em 6 de julho de 2008.

Senhor José Oliveira de Souza, mestre do “Divino Espírito Santo”, da comunidade de Santa Terezinha do Tauiri, 11 de julho de 2008.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARIN, Rosa e CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: Guardiões de Matas e Rios**. 2ª ed. Belém, CEJUP. UFPA/NAEA, 1998.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Reservas extrativas no Acre e biodiversidade: relações entre cultura e Natureza**. ( Revista Projeto História ) São Paulo. vol. 18, pp. 191 – 214, 1999.

ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel (dir). **A Nova história**. Coimbra: Almedina, 1990.

ARNAUD, Expedito. **Os índios Gaviões de oeste: pacificação e integração**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1975.

\_\_\_\_\_. **O Índio e a Expansão Nacional**. Belém. CEJUP, 1989.

\_\_\_\_\_. **Notícias sobre os índios Gaviões de oeste, rio Tocantins, Pará**. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, nº 20, antropologia, Belém.

BARATA, Manoel. **Antiga produção e exportação do Pará: estudo histórico e econômico**. Livraria Gillet de Torres e Comp., Belém-Pará, 1915.

BARROS, José D’Assunção. “História Cultural e História das Idéias – Diálogos Historiográficos”. In: GEBRAN, Philomena (org) **História Cultural: várias interpretações**. Goiânia: E.V., 2006.

BARREIRO, José Carlos. **E. P. Thompson e a Historiografia Brasileira**. Projeto História, Nº 12, Outubro de 1995.

BASTOS, Abguar. **Safra** (Romance). Livraria José Olimpyo Editora, Rio de Janeiro, 1937.

BECKER, Jean-Jackes. “O handicap do a posteriori”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 29.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **E. P. Thompson e a teoria na história**. Projeto História, Nº 12, Outubro de 1995.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício do historiador**. André Telles (trad.). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES, Antônio. **Negociatas escandalosas**. Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Comércio, 1938.

BORGES, Ricardo. **O Pará Republicano, 1824-1929, ensaio histórico**.(Coleção História do Pará, série Arthur Viana) Conselho Estadual de Cultura, Belém-Pará, 1983. pp.369-371.

BRAGA e CHAVES, Antônio. **Do Lago Vermelho a Itupiranga: uma história para crianças**. Itupiranga. 1990.

BRAGA, Theodoro. **Noções de chorographia do Estado do Pará**, por Theodoro Braga. Belém: empreza Graphica Amazônia, 1919.

BRAUDEL, Fernand. **Os tempos da História**. Escritos sobre a história. 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** (trad.) Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CABRERA, Miguel Angel. **Historia, Lenguaje y Teoria de la Sociedad**. Madrid, Cátedra, 2001.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Scientificas e Literárias, 1924.

CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lobo. **Legislação Agrária**. 6ª edição. Copyright, Editora Atlas. 1974.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORBIN, Alain. **História dos tempos livres: o advento do lazer**. In: Corbin, Alain (org). Lisboa: Teorema, 2001.

COUDREAU, Henri. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

DA MATTA, R. e LARAIA, R. B. **Índios e Castanheiros: a empresa extrativa e os índios no Médio Tocantins**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

EMMI, Marília. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém. Centro de Filosofia e Ciências Humanas / NAEA / UFPA, 1988.

EMMI, Marília e MARIN, Rosa. **Trabalhadores nas áreas de castanhais do Tocantins**. Caderno do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, UFPA, v.22, p.79-98, outubro-dezembro 1990.

FARIAS, Willian Gaia. “A revolta do Capim: Camponeses envolvidos em disputas político-partidárias no início da República”. In: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol. 1: concepções de justiça e resistências nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

FERRAZ, Iara. **Os Parkatêjê das Matas do Tocantins: A Epopéia de um Líder Timbira**. São Paulo. USP, 1983.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 29.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. LTC Editora, Rio de Janeiro, 1989.

HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando: O impacto do grande capital na Amazônia.** Vozes / NAEA / UFPA, 1991.

KITAMURA, Paulo Choji e MÜLER, Carlos Hans. **Castanhais nativos de Marabá-Pa:** Fatores de depredação e bases para sua preservação. Belém. EMBRAPA-CPATU, 1984.

LAGENEST, H. D. Barruel de. **Marabá, cidade do diamante e da castanha:** estudo sociológico. São Paulo: Anhambi, 1958.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** (trad) Bernardo Leitão. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LUBAR, Steven e KINGERY, W. David (Ed.) **History from things:** essays on material culture. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993.

MAESTRI, Mário e FIABANI, Adelmir. “O mato, a roça e a enxada: A horticultura quilombola no Brasil escravista”. In: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa:** visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 1: concepções de justiça e resistências nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

MAGALHÃES, Antônio Carlos. As nações indígenas e os Projetos Econômicos do Estado. In: HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia.** Vozes/NAEA/UFPA, 1991.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. “Expropriação e mobilização: A dupla face da relação entre os Grandes Projetos e a população camponesa”. In: HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia.** Vozes/NAEA/UFPA, 1991.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória.** São Paulo: Siciliana, 1995.

MARABÁ. Obra editada pela Prefeitura Municipal de Marabá, em 1984. Traz estudo de autoria de Ademir Brás, Álvaro de Barros Lima, Hilmar Harry Kluck, Avenir Tenório Ramos, João Maria Barros, Noé Von Atzingen e Raimundo O. C. Rosa.

MARTINS, José de Souza. “A Vida Privada nas Áreas de Expansão da Sociedade Brasileira”. In: NOVAES, Fernando A. **História da Vida Privada no Brasil: Contraste da intimidade contemporânea.** São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

MARTINS BARROS, Maria Vitória. **A zona castanheira do Médio Tocantins e Vale do Itacaiúnas:** reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia. Universidade Federal do Para, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Marabá – Pará, 1992.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. **História de Marabá.** Marabá . Grafil, 1996.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solene de abertura da 1ª reunião de sua 13ª legislatura a 7 de setembro de 1927 pelo Governo do Estado do Pará Dionísio Ausier Bentes. Arquivo Público do Pará-Belém, 1927.

MILHOMEM, Clara Araújo. **Castanhais, canoas e batelões: memórias**. Gráfica Giramundo, São Paulo, setembro de 2004.

MONTEIRO, João Brasil. **O castanheiro**. Marabá, Edição 2001.

\_\_\_\_\_. **O garimpeiro: do sul e sudeste paraense**. 1ª edição, 1999.

\_\_\_\_\_. **Viagem ao Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas**. Marabá 2ª edição.

MORAES, Almir Queiroz de. **Pelas trilhas de Marabá**. Marabá. Chromo Arte Editora, 1998.

MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol. 1: concepções de justiça e resistências nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

MOURA, Ignácio Baptista. **De Belém a São João do Araguaia: Vale do Tocantins**. Reedição da obra editada em 1910. Belém: Fundação Cultura Tancredo Neves/SECULT, 1989.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará; organização e apresentação Marco Antônio Gonçalves**. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 1993.

PASSOS, Hiran de Moura. **Escolas para Kupê ou para Parkatêjê?** Belém, 1992.

PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. Companhia Editora Nacional, 1945.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites Políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Paka-Tatu, 2003, pp. 186 a 249.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola. Rio de Janeiro, 1953.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

RODRIGUES, Denise de Souza Simões. **Alianças político-partidárias no Pará (1889-1940)**. Cadernos Sociologia e Política, Série D\G. Belém, UFPA\CFCH, 1982.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980.

SILVA, J. Nogueira. **O trabalhador dos castanhais**. CFCH/UFPA, Departamento de História, Especialização em História Social da Amazônia. Marabá, 1994.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra.** Editora Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_**Costumes em comum:** estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia da Letras, 1998.

\_\_\_\_\_**A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3º v. 1987.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato.** 2ª ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Difusão Editora, 1979.

\_\_\_\_\_**Frente de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

VIAGEM, ao Tocantins. Reedição da obra pelo Tocantins paraense, escrita e editada em 1926. Marabá: Prefeitura Municipal, 1983.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. Tradução: Paulo Henriques Britto, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_**Cultura e sociedade 1780-1950.** (trad.) Leônidas Hegenberg, Octanny Mota e Anísio Teixeira. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1969

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta:** Uma História. Alto Juruá, Acre (1890-1945). HUCITEC, São Paulo, 1999.

ANEXOS

*Original*

PORTARIA Nº 27

DETERMINA A EDIFICAÇÃO DE BARRACAS E ESTABELECIMENTO DAS MATRICULAS E FISCALIZAÇÃO DO CASTANHAL DA PREFEITURA.

O Prefeito Municipal, usando de suas atribuições legais, etc.  
CONSIDERANDO que, todos os anos, os castanheiros deste Município, tem que edificar a suas barracas no Castanhal serventia Publica.  
CONSIDERANDO que, o Prefeito tem que Zelar pela limpeza da Cidade bem como as quintas, afim de evitar infestações de carapanãs etc.  
CONSIDERANDO que, a data da entrada deve ser um dia depois da Matrículas, affim de evitar balburdia.

RESOLVE:

De acôrde com os considerandos acima e para boa marcha do serviço de fiscalização determina o seguinte:

- 1º- Fica determinado desde data a 30 deste mes para edificação de barracas no Castanhal da Prefeitura, devendo cada interessado cientificar pessoalmente a esta Prefeitura.
- 2º- Só terá direito a Matrícula, o extrator quite com esta repartição, bem como tendo quintal de sua casa cercado, limpo e com fossa.
- 3º- A Matrícula será expedida no dia 2 de Janeiro e a entrada no dia 3.
- 4º- É expressamente prohibido caçadas durante o mes de Dezembro do Castanhal da Prefeitura, bem como a entrada no dia 2.
- 5º- Os infratores desta Portaria serão punidos.

E para que não aleguem ignorancia, vai esta fixada nos lugares de costume.

CIENTIFIQUE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAIPORANGA, em 22 de Novembro de 1948.

*Antônio...*

Antônio...

Vice-Prefeito

no exercicio de Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA

GOVERNHO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 41

O Prefeito Municipal de Itupiranga, usando das suas atribuições conferidas por lei, R E S O L V E :

1ª - Só poderá trabalhar no serviço de extração de castanha de serviço público do patrimônio desta cidade, os extratores residentes na mesma atualmente, ficando vedado o dito direito as pessoas forasteiras vindas de outros lugares.

2ª - Todos aqueles que fizerem roçados para lavoura, e que são extratores de castanha, só poderão também trabalhar no serviço público em qualquer vez que demonstrar, que os ditos roçados que fizerem estão limpos e plantados.

3ª - As pessoas incursas no Nº 2 desta portaria, que não tiverem des roçados ficarão sujeitas as penalidades estatuidas pelo Código Florestal Brasileiro, que proibe a devastação das matas.

4ª - Para que ninguém alegue ignorancia dá-se publicação a este ato.

C U M P R A = S E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITUPIRANGA, 2 de Dezembro de 1949.

*Raimundo Ferriz Lemos*  
RAIMUNDO FERRIZ LEMOS  
NO EXERCICIO DE PREFEITO.



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA

DECRET

PORTARIA Nº 27

O SNR. PREFEITO CONSTITUCIONAL DE ITUPIRANGA usando das suas atribuições legais e...

- CONSIDERANDO a vontade soberana do povo que, convocado em Assembleia geral na noite de ontem, dia 13, deliberou por unanimidade o dia 11 de Janeiro do próximo ano ( 1.954 ) para abertura das matrículas para extração de castanha nos castanhais de propriedade desta Prefeitura ...

R E S O L V E

Designar o dia 11 de Janeiro do ano de 1.954 para abertura das matrículas que dão direito de extrair castanha nos castanhais de propriedade desta Prefeitura.

Cumpra-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Itupiranga, 14 de Dezembro de 1953.

Odilar Maciel Barreto

Prefeito Constitucional de Itupiranga.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA  
ESTADO DO PARA

Of. nº 23

Snr. Fiscal de:

Guandá e Jatobá

CITA

Pelo portador deste, snr. Oswaldo Paranhos, Delegado de Polícia do Município, estou remetendo-lhe um talão para matrícula de castanheiros para exercerem suas atividades nas terras do Patrimônio municipal.

O valor de cada matrícula é de trinta cruzeiros cr\$ 30,00 e um cruzeiro cr\$ 1,00 de expediente, perfazendo um total de trinta e um cruzeiros cr\$ 31,00.

O snr. pode abrir as referidas matrículas no dia 3 do corrente, cabendo estas, de preferência, aos antigos moradores dessa localidade.

Sem mais no momento, subscrevo-me atenciosamente...

João Maria Barros  
João Maria Barros  
Secretário respondendo pelo exp.

Em 1/1/53.



ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Itupiranga

DECRETO Nº 24

O Sr. ODILAR MACIEL BARRETO, Prefeito Constitucional de Itupiranga, usando das suas atribuições legais, etc...

R e s o l v e:

Art.1o. N O M E A R para fiscalizar o castanhal de Servidão Publica de nominado "CAMETAÚ GRANDE, de propriedade do Município, os cidadãos RAIMUNDO SANTOS MOURA, MANOEL LEOCADIO MARTINS, ACIOLE MILHOMEM DOS SANTOS e // GRIGORIO BEZERRA.

Art.2o. Aos fiscaes recém-nomeados compete:

- I - Percorrer diariamente a área sob sua guarda, impossibilitando invazões antes da data estabelecida nas matriculas./
- II - No caso de ser flagrado alguém extraindo castanha no castanhal acima referido antes da data estabelecida, compete ao fiscal convidar o infrator a se retirar das terras por si/vigiladas, apreendendo o produto extraído e comunicar a ocorrência a esta Prefeitura para as devidas providencias.
- III - O produto apreendido será transportado para os Armazens da Prefeitura onde será leiloado e a renda convertida em auxílio aos mendigos desta Cidade.

Art. 3o - Os fiscaes perceberão a quantia de Hum Mil e Quinhentos / Cruzeiros (cr\$ 1.500,00) que será paga pela Verba ENCARGOS DIVERSOS, sub-consignação EVENTUAES, código 9.6.8.99.

Publique-se, registre-se e cientifique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 26 de novembro de 1960.

CIENTE:

Grigorio Bezerra  
Raimundo dos Santos Moura

*Odilar Maciel Barreto*  
Prefeito Municipal  
*Paulo de Jesus*  
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANHA  
ESTADO DO PARÁ

Of. Nº 11

Ilmo. Snr.  
Demétrio Rocha  
Tucuruí

Em meu poder vosso officio de cujos diseres estou  
ciente e passo a reportar-me:

Quanto á castanha despachada por este Municipio  
procedente de castanhal situado no território de Tucuruí não posso evi-  
tar pois ignoro por completo a localização dos castanhais daquela redon-  
densa.

Mais uma vêz vos estou remetendo uma lista mais  
pormenorizada dos despachos de castanha efetuados por este Municipio,  
obdecendo um retrospecto e incluindo até o último já com maiores deta-  
lhes conforme solicita V.S.

Outrossim, informo-vos que estou remetendo junta-  
mente a este os envelopes para officios que, por esquecimento do funciona-  
rio encarregado do assunto deixou de ser junto á remessa.

Sem mais para o momento, mais uma vez aproveito-  
me da oportunidade e reitero á V.S. os meus sentimentos de estima e apre-  
ço

SAUDAÇÕES

*Odiar Maciel Barreto*

Odiar Maciel Barreto  
Prefeito Municipal.



ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Itupiranga

D E C R E T O Nº 20

O Sr. Odilar Maciel Barreto, Prefeito Constitucional de Itupiranga, usando das suas atribuições legais,

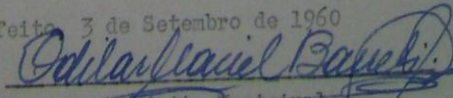
D e c r e t a:

I - Fica pelo presente ato nomeado para exercer as funções de Fiscal Geral do Município, em substituição ao cidadão SALOMÃO GOMES FERREIRA, titular do cargo, atualmente em gozo de licença, o cidadão EDUARDO RODRIGUES ALVES, fazendo jus às vantagens do cargo estipuladas em Lei.

II - Fica o cidadão MARIO RODRIGUES DA SILVA, designado para assumir como verdadeiro titular o cargo de Fiscal da Sede para o qual fora designado em substituição ao seu Titular Salomão Gomes Ferreira quando este, na realidade, foi promovido a Fiscal Geral// conforme ato exarado no dia 1º de janeiro de 1959.

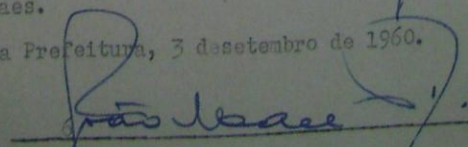
III - A Secretaria para publicar, registrar e dar a devida ciência.

Gabinete do Prefeito, 3 de Setembro de 1960

  
Prefeito Municipal.

Nesta data foi publicado o presente ato e tomadas as demais providências legais.

Secretaria da Prefeitura, 3 de setembro de 1960.

  
Secretario



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA

PORTARIA Nº 3

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITUPIRANGA, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e atendendo ao que requereu OTAVIO ALVES DE SOUSA, resolve exonera-lo das funções de Fiscal do Município em Ipixúna.

CUMRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITUPIRANGA, 31 de Maio de 1952.

\_\_\_\_\_  
Gentil Bittencourt Cohen  
Prefeito Municipal.

1-Via

NOME DO CASTANHAL: (2º um lote de terras devolutas sem denominação)

SITUAÇÃO: à margem direita do Rio do Meio

PROPRIEDADE: do Estado

AUTORIZADO A EXPLORAR ESSE LOTE DE TERRAS: Antonio Inape Chaves

1ª ORDEM	NOMES	IDADE	NATURA- LIDADE	ESTADO CIVIL	OBSERVAÇÕES
1	Nelson Reis	27	Ma'	Solteiro	A Castanha extraída, entregue no posto de embarque, no castanhal será pago de acordo com o preço corrente no Itapicaci.
2	Ludugério Lopes Oliveira	58	Solteiro	Vivo	
3	Felipe Ribeiro da Cruz	42	Ma'	Solteiro	
4	Leontino Ferreira da Silva	26	Solteiro	Solteiro	
5	Antonio Ribeiro (gatsch)	44	Ma'	Casado	
6	João José da Silva	43	"	"	
7	Manuel Rodrigues	23	"	Solteiro	
8	João Moraes	28	"	"	
9	Joaquim Ferreira Silva	25	"	"	

Itapicaci  
Itapicaci  
Itapicaci

IMPOSTO DO ESTADO DO PARANÁ  
C\$ 200

IMPOSTO DO ESTADO DO PARANÁ  
C\$ 80

Dezembro de 1948.  
Itapicaci

Prefeitura de Itupiranga

Cr\$ 6,00

Em 29 / 6 / de 1956

*Mario Rodrigues*

Exmo. Snr. <sup>Porteiro</sup> Prefeito Municipal de Itupiranga.

Prefeitura de Itupiranga

Portaria

Petição n. 46

Em 29 / 6 / de 1956

*Mario Rodrigues*

Porteiro

*Como se segue...*  
*...*  
*...*  
*...*  
*...*

Nagib Mutran, exporta para Belem, via Tucuruí, pelo barco motor "Tupy" com transbordo para o barco motor "Aza Vermelha, consignado a firma Pacha Mutran Limitada, 270 hectolitros de castanha adquiridas do castanhal de serventia publica denominado Cametaú.

*Vapor comercial Cr\$ 54.000,00*

Nestes termos

P. deferimento.

*Itupiranga*  
*por*  
*Mario*  
*Rodrigues*



tesouraria para informar

Em 9-3-49  
Atm. Oficina  
Resp. pelo exp.

CARGO DB



Agência de Estatística

Ver A  
CONTABILIDADE  
ANTERIOR

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA  
AGÊNCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA

A. M. E.

Sturiranga 29a  
em 9 de Março de 1949.

Senhor Prefeito

I - Solicito vossas providencias no sentido de ser fornecida a esta A. M. de Estatística, uma relação dos castanheais arrendados e explorados e os limites dos castanheais dados pelo governo para servidão publica

II - Dita relação e limites destinam-se a diversos fins estatísticos.

Sendo somente o que se oferece no momento, sirvo-me da oportunidade para reiterar os protestos de consideração.

Saudações

Gacilino Costa  
A. M. Estatística



DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PUBLICA  
DELEGACIA DE POLICIA DE ITUPIRANGA  
ESTADO DO PARÁ

Ofício Nº 22

Itupiranga, 3 de Janeiro de 1949.

Ilmo Snr.

Prefeito Municipal de Itupiranga.

Nesta

I - Comunico a V.S. que tendo recebido vosso Of. para junto ao Sr. Salomão Gomes da Silva Fiscal Municipal, ir até a Vila de Jacundá, fiz essa viagem e cumprir fielmente suas determinações; assistí o Snr. Fiscal apreender e deixar depositado (100) cem Hc. de castanha que havia sido apanhado clandestinamente, sendo de ponto de arrendamento e dos castanhaes de Serv. Publica do Estado.

II- Tendo me informado com o Snr. Comissario de Policia, o que tinha dado origem essa invasão de desobediencia, respondeu este que nada havia que originasse essa desobediencia; que isso já tem por costume o povo de Jacundá desde 1937.

Sem mais continuo sempre ao vosso despor no que for de Justiça

*Rebido em 3/1/49*

SAUDAÇÕES

*Francisco Hipólito dos Santos*

Francisco Hipólito dos Santos.

2º Sgt. Delegado de Policia.



# Prefeitura Municipal de Itupiranga

ESTADO DO PARÁ

Nº 1

Itupiranga, 28 de Dezembro de 1948.

Ilmo Sr.

Prefeito Municipal de

Itupiranga

Senhor Prefeito:

Comunico-vos que em cumprimento a vossa ordem em officio Nº 107 de 26/12/948, fui ao logar Alexandre acompanhado do Sr. Comissario de Policia do local, onde foi encontrado (16 1/2) deseis e meio Hectolitros de castanha em poder de diversos, cuja castanha apreendemos e deixamos depositada em poder e casa de D. Laurina dos Santos Soares, com forme recibo junto.

Comunico, outrossim, que mesmo sem ordem superior requisitei do comercio local algumas quartas de cereais que mandei distribuir com os indios em dias de Novembro p.p. quando estes se encontrava do lado oposto do Tocantins em frente esta Vila.

Sem mais outro assumto aproveito o ensejo para apresentar os meus protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosas Saudações.

Otavio Alves de Souza.

Fiscal Municipal

Jacunda, 12 de dezembro de 1949.

Ilm. Sr.

Raimundo Rêmos Feneira  
D. O. Prefeito em exercício.

Sr. Prefeito

Em obediência a vossa ordem, logo após a minha chegada nesta vila, procurei organizar serviços de matrículas, avisa do para a data conforme combinamos ai. Acosete que, o numero que encontrei foi tão reduzido, apenas os encontrei com boa vontade para se matricular, uns alegam <sup>que</sup> estão ocupados com plantas de roças, outros alegam que ainda não tem castanha no chão por falta de chuva, e assim, como Sr. S. sabe não tem quem compreenda o povo, aos passados estavam revoltados <sup>esta</sup> e são <sup>esta</sup> tão calmos, e posso lhe afirmar que até esta data, não há invasão. Portanto sendo assim resolvi adiar para dia 20 do atual, o qual conto com o apoio de Sr. S.

A seu recebimento do officio n.º 173 datado de 10 do corrente, anexo da portaria n.º 44, pela qual dou ciência.

Aproveito o ensejo para apresentar-lhe os meus protestos de estima e apreço.

Saudações

Josefina e Aires

Fiscal Municipal

nos e no  
obediência  
publica

meus com  
instrução da  
de matrícula

conforme  
sempre

(COPIA AUTENTICA)

Jacundá, 19 de Dezembro de 1948.

Ilmo Sir.  
Prefeito Municipal de Itupiranga.

Senhor Prefeito.

Para os fins levo ao conhecimento de V.S. de que fara desagravado por alguns castanheiros residentes nesta Vila sobre a extração das devidas matriculas, continuando aomentar o numero de invasores a cessar, tendo como pivar o snr. Bena Valente, com as maiores afrontas. Recorri ao policiamento local, e este, nem uma providencia tomou. Pelo esposto peço a V.S. tomar dai as medidas exigidas por lei. Conforme pede para informar o numero de castanheiros, calculado a mais.

Saudações

a) José Pereira e Silva  
Fiscal Municipal.

Nº 107

Itupiranga, 26 de Dezembro de 1948.

Ilmo. Sr.

Fiscal Municipal em

Ipiranga

Para a devida providencia esta Prefeitura determina o seguinte:  
Apreender toda castanha encontrada em poder ou onde estiver sido depositada ou vendida pelos Senhores Pedro Jeremias, Fabricio de Tal e Argemiro, castanha esta extraida entre o Rio Cajazeiras e Alexandre, no castanha do Estado, ora sendo requerido por Felix Moura e outros, depositando-a em lugar seguro, medida e passado precibopelo depositario, até que chegue o contrato do seu requerente; sendo os mesmos senhores convidados a esta Prefeitura afin de prestarem esclarecimentos a respeito no prazo minimo de 3 dias.

ALEXANDRE; chegar até a este lugar e apreender toda castanha já extraida pelos invasores e perturbadores do serviço do fisco Municipal, esta castanha chegue ao numero de 20 ou mais hectolitros, tambem seguindo o mesmo processo da anterior e convidando-os a chegarem com a maxima urgencia a esta Prefeitura, afin de apresentarem suas credenciais de perturbadores da ordem fiscal Municipal, são eles: Alexandre (barbeiro), João Rosas, Nioy Costa e Sergio Lucas, este ultimo alem de extrator é comprador clandestino. Para isso deveis procurar o Delegado de Policia desta Vila e com ele efetuar a diligencia, o que para isso estou me comunicando com o mesmo. Sem outro motivo subscrevo-me cordialmente.

Saudações

  
Antonio Braga e/Chaves

Prefeito Interino

Nº 108 0

Itupirabaga, 27 de Dezembro de 1948.

Ilmo. Sr.

Delegado Especial em

Ipixuma

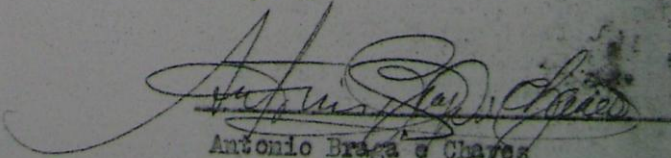
Senhor Delegado:

Sendo cientificado que do Igarapé da Saúde, ao lado das Ilhas, foi invadido por uma turma de homens que pretendem perturbar a exploração dos castanhais quer do Município quer de arrendamento. Para anarquizar as determinações desta Prefeitura, venho pedir a Vossa Senhoria que acompanhe o fiscal desta Prefeitura, aí, em diligência para verificar e depositar toda castanha encontrada já extraída, bem como já extraída por Sergio Lucas, na Ilha do Alexandre.

À Vossa Senhoria Fiscal, oficiarei dando-lhes os nomes e instruções a seguir, no caso em questão.

Contando com os vossos bons energicos serviços, agradeço e agradeço-me ao estimo e consideração.

Saudações.

  
Antonio Braga e Chaves

Prefeito Interino.

PORTARIA Nº 40

O Prefeito Municipal de Itupiranga, usando das suas atribuições conferidas por lei, R E S O L V E :

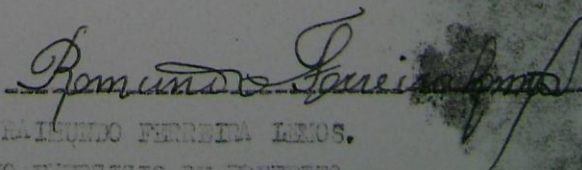
Determinar que ficam autorizados aos extratores de castanha da servidão pública municipal, repararem ou edificarem as suas barracas de dia 10 de dia 25 do corrente, incorrendo em penalidade, quem penetrar nos castanheiros depois do ultimo prazo.

Avisa aos interessados, que as matrículas serão expedidas no dia 2 de Janeiro do proximo ano.

Para conhecimento geral da-se publicidade a este ato.

CUMPRASE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITUPIRANGA, 12 de Setembro de 1942.

  
RAIMUNDO FERREIRA LEMOS.  
NO EXERCICIO DE PREFEITO.

# BOICOTADA A VERBA DESTINADA À LIMPEZA DOS IGARAPÉS

Julgada adiável na sua aplicação — Onde estão os representantes do Pará no Congresso Nacional?

Os sertanejos de Goiás e do Maranhão, prossequindo a marcha do bandeirantismo, descobriram o cancho nas florestas marginais do Tocantins parense e de seus afluentes Araguaia e Itacambira. E desbravaram essas florestas, ficando muitos de civilização, como Marabá. Os igarapés que confluem para esses rios, embora de cursos periódicos na sua maioria, foram as estradas de que se serviram os homens destinados para por em circulação a riqueza da região. Otimos cacho, hoje a castanha, e babaçu, as medeiras, os produtos agrícolas. Avançados de tronqueiras, de igarapés, etc. Esses igarapés somente pela indústria do serranejo, tem podido ser navegáveis. No entanto, nesse estado de primitivismo, quantas toneladas de cancho, de castanha, tem permitido descer aos mercados ou portos de exportação concorrendo, nesse mo-

do, para que o erário público Federal, Estadual e Municipal, receba a contribuição exigida pelos impostos e taxas? Pois bem, nem o governo do Estado, nem o Federal, jamais fizeram o menor benefício a esses igarapés.

Continuam a contribuir para a grandiosa e prosperidade do Brasil e do Pará graças ao destino da burocracia tocantina. Este ano o deputado Deodoro de Mendonça conseguiu que, entre as verbas de milhões que saem para outros setores, incluído para o reino fabuloso das anarquias, esses paraizes de subfidejismos de gastos parciais, fosse destacado a migalha de trezentos mil cruzeiros, destinada à limpeza dos igarapés, no Município de Marabá. Confiado na verba o governo Municipal levando em consideração também o fator tempo, de vez que somente na época do verão é

possível atacar se o serviço da limpeza, deu início de forma auspiciosa, aos trabalhos. E de repente lá vem o inesperado. S. Excia, o

sr. Ministro da Viação acaba de comunicar a respeito que a verba destinada à limpeza dos igarapés foi considerada no pl-

Pará no Congresso Nacional? Mas não adianta perguntando a ser reconhecida pela Nação. Não é preciso mais comentários.

apenas podemos dizer agora que, se nada houver no Governo Federal, passamos a desenvolver ativamente um deservico.

## A SAFIRA

SEM NENHUM SERVIÇO DO POVO

ANO II

Marabá - Pará 28 de Agosto de 1949

N. 72

### Política Dos Castanhais Barata E O Distribuidor Capitulo Vergonhoso da Historia do Governo do Pará

Fontes bem informadas a nunciaram o sr. Moura Arvalho, governador do Estado, aberto mão de suas prerrogativas de chefe do Executivo, a favor do senador-policia Joaquim Barata no caso dos arrendamentos de castanhais.

Velha arma política, outrora meio mascarada, hoje é escandalosamente usada em benefício dos interesses barataístas. Cabia ao sr. Moura Carvalho, proceder, livre de sugestões, os arrendamentos dos castanhais Mas S. Excia. abdicou a favor do inimigo do seu governo. Quer dizer: os castanhais do Estado passarão a ser mais do que nunca, instrumentos de subversão; ou o fulano se despersonaliza, se avilta, se desborna

e promete uma adesão incondicional ao senador-policia. Mas não adianta. Os dias de barataísmo estão contados. É uma safra de castanha

perdida não mata os homens de caráter, os que têm honabilidade e coragem de lutar e trabalhar.

As indecorosas sociedades politicas comerciais de hoje, esta sociedade que permite, sob a máscara de de ferro, que um e dois protegidos se assenborem de até 11 castanhais, ha de ser desfeita, quando o povo de Marabá, hoje esclarecido e cientifico da pathia que se tem sustentado no seu voto, por ponto final nessa comedia indecente, repudiando os candidatos da tração—os barataístas no pleito de 1950.

### dep Deodoro Mendonça



Transcorreu, no dia 23, o aniversário do sr. deputado Deodoro Mendonça, representante do povo paraense e, principalmente, do povo do Tocantins paraense, na Câmara dos Deputados—Político da velha guarda, não iremos negar que a sua vida publica tenha manchas que abram brecha, numa critica imparcial, a ataques à sua conduta. Não poderemos, no entanto, negar nunca que, todos os senões de sua carreira politica, tenham sido lavados, após a experiencia amarga que hoje temos da situação daqueles que foram, us

Transcorreu, no dia 23, o aniversário do sr. deputado Deodoro Mendonça, representante do povo paraense e, principalmente, do povo do Tocantins paraense, na Câmara dos Deputados—Político da velha guarda, não iremos negar que a sua vida publica tenha manchas que abram brecha, numa critica imparcial, a ataques à sua conduta. Não poderemos, no entanto, negar nunca que, todos os senões de sua carreira politica, tenham sido lavados, após a experiencia amarga que hoje temos da situação daqueles que foram, us

Assim, este aniversário, que tem na sua orientação, um adversario silencioso e leal, do regime no qual Deodoro Mendonça foi escolhido homem publico, com registro e aniversario do conhecido homem publico, com satisfação certo de que, ele em dos que no momento,

### O Gado de Goiás em Belem

Foi revelada que o gado precedente dos sertões de Goiás e que atravessam o percurso entre as lindas goianas e a capital paraense pode ser dado no consumo por um preço mais baixo do que o modo de procedencia da Ilha do Marajó.

### HEGARA HOJE A BELEM O MANHÃO ATLETICO O CLUBE

A emissora de São Luiz informa que deve chegar hoje a Belem, o time do Maranhão Atletico Clube para disputar uma partida com o Tuva Luso Commercial.

encarnaram a orientação melhor da politica nacional, rumo à nova era do predomínio dos interesses populares sobre os interesses dos politicos profissionais.

### A FAMILIA DES-UNIDA

Contm Clemente—Agora Anibal Duarte e Armando Corrêa

Segundo noticias vinculadas pela imprensa e radiadas a família pensadista entrou numa fase aguda de desentendimento, no Estado do Pará. Depois da retirada do sr. Rodolfo Clemente que fora motivada por um infortúnio de luca corporal entre ele e sr. Armando Corrêa, da Prefeitura de Belem e do P. S. D., veio o caso do sr. Anibal Duarte, deputado Federal, cunhado de Barata cujas atitudes, nos ultimos dias, têm sido de franca rebeldia contra o Chefe. E agora falta-se também que Armando Corrêa está na b rinda...

### A Posse do Prefeito de Araguaatins

Assume o governo do município de Araguaatins o sr. Matias Seixas—Não sou politico. Aceitei a candidatura no desejo de fazer alguma coisa por São Vicente

São Vicente do Araguaatins, hoje—Araguaatins, é uma das mais antigas povoações do setentrão goiano. Pertencia ao outora vasto município de São Vicente do Tocantins, hoje, Tocantinópolis e foi separado Município autônomo em 1913; mas somente com o advento da Revelação de São conseguiu emancipar-se. Essa emancipação não perdurou muito porque teve a sede transferida para Santo Antonio da Cachoeira, hoje Itaguatins, passando a ser

### DR. OTAVIO JORGE FRANCO

medico e chefe do Distrito do S. E. S. P., nesta cidade, vem realizando, às 4. feiras, palestras muito teis, sobre saúde publica, com demonstrações praticas de meios de doença da saúde e, consequentemente, de combate as doenças. Quarta-feira p. passada, a palestra do dr. Otavio foi ilustrada com o uso do microscopio.

Não vá atrás de conversa fiado. Vote com a Coligação Democrática

Veja as PAGINAS INTERIAS

(Cont. na 2.ª pagina)



# Terminou A Batalha Da Borracha E Começou A Campanha Da Castanha MARABÁ' O PREÇO DA CASTANHA

ANO 1—Marabá—Pará—22 de Setembro de 1915—N.11

## IMPORTANTE MISSÃO MILITAR BRASILEIRA EM VIAGEM PARA A EUROPA

RIO, 21 (U.P.)—Em avião militar norte-americano, que deixou o aeroporto Santos Dumont, esta manhã, seguiu para a Europa, o Sr. General Mascarenhas de Moraes.

O comandante da F.E.B. irá à Austria, Berlim, Paris, Inglaterra, passando pela America do Norte.

Da comitiva do ilustre militar fazem parte os senhores Major Versano, oficial do exercito norte-americano, que ficará à disposição do General Mascarenhas durante todo excuro, General Euclides Zenobi da Costa; Brigadeiro Apol Netto e seu Ajudante de Ordens; Coronéis Penha Abrahil, Alvaro Prate de Aguiar, Pavão de Figueiredo e Humberto de Alencar Castelo Branco; Tenente-Coronel Aviador João Ayl de Oliveira; Capitães Rubens Vasconcelos e José Maria Rogerio, estes dois ultimos ajudantes daqueles generais da comitiva seguiu directamente para Viena, onde será recebida pelo General Mark Clark, governador militar da Austria devendo depois percorrer os amplos campos de batalha da Europa.

O Presidente da Republica recebeu, ontem a missão militar brasileira, que foi apresentar suas despedidas.

## A PALAVRA DO COMANDANTE ATILA ACHE

RIO, 21 (U.P.)—A convite do titular da Agricultura o comandante Atila Ache pronunciou uma conferencia, abordando importantes problemas nacionais. Falando sobre a evasão de braços da lavoura para esta capital, declarou que isso cria embaraços, dificultando a assistencia hospitalar e redundando em crise de alimentação e habitação.

Referindo-se ao novo projeto de lei regulando a imigração, o comandante Atila Ache abordou o problema das hospedarias, dizendo que atualmente, o Brasil conta somente com uma, a de S. Paulo ter sido, por necessidade, cedida ao Ministerio da Aeronautica.

Quanto á imigração para colonisação, afirmou o Comandante Atila Ache, que o Ministerio da Agricultura terá meios de processal-la, visto possuir inumeros centros agricolas que podem satisfazer as necessidades do momento.

## Faleceu o gal. Tasso Fragoso

RIO, 21 (U.P.)—Em sua residencia, a rua David Campista, em Botafogo, onde se achava enfermo ha algum tempo, faleceu, ontem, a tarde o General de Divisão reformado Augusto Tasso Fragoso, uma das mais brilhantes figuras do nosso exercito, o qual honrou nos diferentes e importantes postos que occupou, graças ao seu grande amor á classe, sua alta capacidade, inteligencia e preparo técnico, auxiliado por vasta erudição.

Logo que soube do acontecimento, o Governo mandou encerrar o expediente do Ministerio da Guerra e á Reunião Semanal dos Generais, que ali se realisava, foi immediatamente suspensa em sinal de pesar.

A residencia da familia Tasso Fragoso compareceu o sub-chefe do Gabinete Militar da Presidencia da Republica, que apresentou condolencias em nome do Presidente da Republica e pediu permissão á familia para que os funerais do ilustre militar fossem feitas ás expensas do governo,

Podemos assegurar aos nossos leitores que a situação do nosso principal produto de exportação, que constitue a espinha dorsal da economia de nosso município—a castanha—continua a manter-se em magnifica posição.

A Camara do Comercio dos Estados Unidos acaba de afirmar que, em virtude do termino da guerra estão suspensas todas as restrições relativas a importação do produto, pelos Estados Unidos.

Em Belem, a castanha tem sido cotada nos ultimos dias a Cr\$ 250,00, o hectolitro, com tendencia para alta. Em Marabá já estão sendo efetuados negocios para entrega na proxima safra a razão de Cr\$ 75,00 o hectolitro.

Leiam o "MARABÁ"

pois ficara deliberado que o General Tasso Fragoso teria honras de Chefe de Estado, tendo em vista haver exercido, com o General Mena Barreto e Almirante Isaías de Noronha, a Junta Governativa Provisoria instituida em outubro de 1930, com a victoria da revolução.

As 21 horas o corpo do General Tasso Fragoso foi transportado para a sede do Club Militar, de onde sairia hoje, o enterro.

Ali, durante toda noite, foi velado pelos alunos da Escola do Estado Maior do Exercito, sob o comando do General Gil Castelo Branco e por muitas familias e amigos.

O enterro realisou-se hoje ás 16 horas no cemiterio de São João Batista.

O extinto era pai do sr. Murilo Tasso Fragoso, conselheiro do Brasil em Bordeaux.

## Importante reunião do Tribunal Superior Eleitoral

RIO, 21 (U.P.)—O Tribunal Superior Eleitoral reuniu-se ontem, sob a presidencia do Ministro José Linares, a fim de discutir e votar as instruções para o pleito de 2 de dezembro proximo.

Dentre a materia votada, figura o modo de se fazer a apuração estando os órgãos respectivos constituídos de tal forma que permitirão que fique terminada a apuração 10 dias depois de realisada a eleição.

## Comissão de Reajustamento de Vencimentos

RIO, 21 (U.P.)—No 5.º andar do Palacio da Guerra, sede da Diretoria das Armas, realizou-se hontem ás 14 horas, a cerimonia da instalação da Comissão de Reajustamento dos Vencimentos dos Militares de terra, mar e ar, bem como dos funcionarios civis da União.

Da mesma comissão fazem parte o general Mendes de Moraes, como presidente, que disse dos propositos de levar a cabo sua missão no mais curto prazo, a fim de que dentro de 15 dias, no maximo, o trabalho esteja em mãos do governo.

## O Novo Imortal

RIO, 21 (U.P.)—A Academia Brasileira de Letras elegu para a vaga de Alcides Maia, o escritor Viana Moog.

## A SEMANA INGLESA

BELEM, 21 (U.P.)—O Comercio quasi em peso acaba de adotar a "Semana Inglesa".

As adesões começaram pelos grandes estabelecimentos como «A Pernambucana», «Casa Africana», e outras.

Seguio para Montivideo o ilustre Embaixador Macedo Soares

RIO 19 (U.P.)—Acompanhado de sua Exma. Sra. e filho, seguiu para a capital uruguaia o embaixador José Roberto de Macedo Soares. A Camara do Comercio Uruguaia do Brasil lhe ofereceu um almoço de despedida.

## VIAJANTES ILUSTRES

Viajando pelo Iarussé, «Cruzeiro do Sul» que aterrisou hoje no Campo do Amapá, acha-se nesta cidade a distinta comissão que veio, a serviço do Governo do Estado, tratar de varios assuntos relativos aos serviços publicos, neste município.

A ilustre comissão compõe-se dos seguintes senhores:—Dr. Jonatas Brito, engenheiro civil das Obras Publicas do Estado; Dr. Gurião Sampaio, assistente dentario infantil; sr. Bruno de Menezes, do Serviço de Assistencia ao Cooperativismo; sr. Armando Moraes, fiscal do imposto estadual; sr. Inácio Passarinho, electro-técnico.

«Marabá» cumprimenta os ilustres membros dessa comissão, e faz votos pelo desempenho integral da missão que lhes foi confiada.

Frei Raimundo Lamezant Pela mesma setonave, volveu da capital do Estado, o virtuoso missionario Frei Raimundo Lamezant, que ali fora a interessado na construção do Colegio Sta. Teresinha, desta cidade, da qual é incançavel obreiro.

## FORMATURA

D. Maria Dulce Gomes Moraes—Da turma de Visitadoras Sanitarias do SESP, diplomada no dia 21 do corrente, ás 19 horas, na cidade de Santarem, deste Estado, faz parte D. Maria Dulce Gomes Moraes, filha de D. Maria Frutuoso Gomes e viuva do falecido Wilson de Moraes, que por muitos anos exerceu nesta cidade, com criterio e competencia, as altas funções de representante da Casa Dias.

A novel diplomada virá exercer suas funções nesta cidade.

## PROBLEMAS REGIONAIS

Continuação da 1.ª página

varadouro com inverna-  
das entre esses dois pon-  
tos, a fim de evitar a re-  
gião arenosa de Aragua-  
tins. Ter-se-á, com isso,  
não só evitado aquela re-  
gião arenosa, como ain-  
da encurtado considera-  
velmente a trajetória.

Essa solução, todavia,  
não se apresenta ainda  
como definitiva, senão in-  
termediária, até que a  
produção do Estado al-  
cance o volume suficien-  
te ao seu abastecimento.  
Marabá já nos dá um ex-  
emplo como pode ser in-  
tensificada, com magní-  
ficos resultados, a pecua-  
ria no Estado, mesmo nas  
regiões de mata.

Tucuruí, por sua vez,  
tem grandes possibilida-  
des para o desenvolvimen-  
to pecuario no Estado.  
Resta aos poderes publi-  
cos criar condições para  
esse desenvolvimento, a-  
través de financiamentos  
capazes e a longo prazo.  
Conjuguem-se esforços  
do Estado e da Valoriza-  
ção que dentro em bre-  
ve teremos os mais ani-  
madores resultados.

Pensar que Belem po-  
de ser abastecida toda a  
vida por carne transpor-  
tada em avião, é admitir  
uma estupidez. O proces-  
so adotado no momento  
é uma solução de emer-  
gência, que deve ser a-  
bolida o mais depressa  
possível, a fim de que a  
carne possa voltar à me-  
sa do pobre na capital  
guajarina.

\* \* \*  
P.S.—Quando o Gover-  
no ou mesmo a Valoriza-  
ção tiver de fazer em-  
preitadas de grande monta,  
como as que estamos  
preconizando neste mo-  
desto trabalho, não deve  
confiar a execução des-  
ses empreendimentos a  
elementos desconhecido-  
res do assunto e, por is-  
so, incapazes de realizar  
satisfatoriamente as obras  
que lhes são confiadas.  
Para a execução de tais  
empreendimentos não de-  
ve prevalecer o partida-  
rismo, mas a capacidade  
e idoneidade do emprei-  
teiro.

Marabá, Outubro-1956

## VIOLENTA LUTA...

Cont. da 1.ª página

O Coronel Janari Nu-  
nes, irmão do Deputado  
agredido, se se encontra-  
va numa reunião da Pe-  
trobrás da qual é diretor,  
quando foi informado por  
telefone da ocorrência.  
Suspendeu imediatamente  
a sessão dirigindo-se  
ao escritório do mano.  
Lá chegando os animos  
já haviam serenado. O  
presidente da Petrobrás  
fez blague, declarando:  
"não preciso mais tomar  
providencia alguma".

## Fabrica de gipes

A Willys. Overland,  
grande fabrica de gipes  
dos Estados Unidos, que  
mantinha uma officina de  
montagem desses utilis-  
mos veiculos em S. Pau-  
lo reolveu montar uma  
das maiores fabricas de  
motores á gasolina do  
mundo para fabricação  
de gipes em serie, com  
tração nas quatro rodas.

A grande organização  
americana resolveu tam-  
bem aumentar o capital  
de 75 milhões de Cruzei-  
ros para 580 milhões, pa-  
ra uma produção de ....  
42 000 motores, anualmen-  
te.

Pretende a Willys que  
em Junho de 1957 a no-  
va fabrica já esteja ope-  
rando na base de 3500 ve-  
iculos mensais.

## Cel. João Pinheiro

Cont. da 1.ª página

nheiro a marca indelevel  
do seu carater, do seu  
fino cavalheirismo e so-  
bretudo de sua capacida-  
de de trabalho a servi-  
ço das boas causas, me-  
recendo sempre o res-  
peito e o acatamento de  
todos.

Registrando o triste a-  
contecimento, A NOTI-  
CIA apresenta a todos  
os membros da familia  
eulutada, mui especial-  
mente a seu filho nosso  
amigo Plinio Pioheiro, a  
expressão do mais pro-  
fundo pesar.

Castanhal do Povo  
pretendido por  
gananciososCom vistas ao Exmo.  
Sr. Governador

Desde a primeira in-  
terventoria que o peda-  
ço de castanhal compre-  
endido entre Jatobá e  
Bacury vem sendo uti-  
lizado pela população  
pobre como especie de  
servidão publica, embo-  
ra não tenha ato do  
Governo a esse respeito.  
Cerca de 80 familias po-  
bres se arrimam ali, na-  
quele pedaço de casta-  
nhal.

Com a vitória do Ge-  
neral Barata, elemento  
ganancioso e dizendo-se  
pessadista está cogitando  
de requerer por arren-  
damento o castanhal em  
apreço, pouco importan-  
do comprometer o nome

## Higino Mignone

Deu-nos o prazer e a  
honra de sua visita o es-  
timavel cavalheiro Sr.  
Higino Mignone, operoso  
representante das gran-  
des Industrias Reunidas  
Irmãos Spina S/A, de S.  
Paulo e Rio, a maior in-  
dustria sul americana no  
ramo de papeis e artigos  
para escritorios e esco-  
lares.

Ao distincto viajante, que  
avionou ante-hontem pa-  
ra a capital do Estado,  
almejamos otima viagem.

do Governo e da situa-  
ção.

Entretanto, estamo-  
s certos de que essa pre-  
tensão não encontrará  
acolhida por parte do  
Governo e que o Povo  
de Jatobá contará sem-  
pre com aquele pedaço  
de castanhal livre para  
minorar as suas neces-  
sidades.

## Oficina Mecanica Leobaldo

DE  
Leobaldo Santos

A mais antiga da cidade  
Grandes instalações para reparos  
de maquinas em geral

Maquinario moderno e tenicos altamente espe-  
cializado asseguram plena eficiencia e ga-  
rancia de nossos trabalhos.

ESPECIALISTA EM REFORMA DE MOTORES PENTA  
Importantes esteleiros para construção e reparos  
de embreações de qualquer tonelagem.

Rua Itacaiuna — MARABÁ - PARÁ

## NELITO &amp; CIA. LTDA.

Casa Fundada em 6-9-31

Proprietarios das fazendas e castanhais  
«Cabaceiras», «Santos Reis» e «Sta. Maria  
do Pontal», todos no rio Sororó.

Proprietarios dos motores: Americo Men-  
des, Nelito Almeida e Nilo, estando  
em adiantada fase de montagem uma pos-  
sante maquina de beneficiar arroz.

Compram arroz em casca pelos melhores preços  
da praça e propõem aos agricultores desta  
região a permuta de sementes de arroz  
que se preste para exportação.

End. Teleg. — NELITO — MARABÁ-PARÁ

RE 44-391

# Notícias de Marabá

MICRO-MENSAGEM DE MARABÁ PARA O BRASIL

Publicação periódica — Direção de J. C. ROCHA — Programa básico: Servir ao Brasil e à coletividade marabaense

ANO IV \* MARABÁ - PARÁ - 7 DE ABRIL DE 1975 \* N. 31

## Estaremos assistindo o fim do Império da Castanha?

Em entrevista exclusiva a "Noticias" o maior exportador de Castanha coloca a questão nos seus devidos termos e afirma que o progresso de Marabá continuará irreversível

Salvo umas poucas e raras alternativas, a vida de Marabá, desde a fundação da cidade pelo bandeirante maranhense Francisco Coelho, em fins do século passado, girou sempre em roda da Castanha, com o seu preço sempre instável e oscilante, a mercê das ofertas nem sempre compensadoras dos dois únicos importadores em grande escala de nosso principal produto — Inglaterra e Estados Unidos.

Bem ou mal pagos, nossos extratores e exportadores da preciosa amendoa sempre encontravam oportunidades para "salvar a safra" e embolsar algum lucro, que propiciou ótimas chances de crescimento econômico para a atividade extrativa e para o município em geral.

Veio, porém, a alta inesperada e vertiginosa do petróleo com as suas múltiplas e desalentadoras consequências, que causou um impacto violento e difícil de ser absorvido pela frágil indústria castanheira local.

O remédio indicado seria a alta do produto destinado a exportação. Longe disso, porém, os importadores estrangeiros, acossados pela crise generalizada e suas imprevisíveis consequências, retraíram-se e se fizeram de rogados — só aceitando importar Castanha a preços vis, que não compensam sequer o custo da extração do produto, causando verdadeiro pânico entre extratores e exportadores, que em 1974 tiveram de arcar com o onus de pesados prejuízos decorrentes dos preços aviltados obtidos pela safra.

A propósito da crise **Noticias de Marabá** resolveu ouvir a palavra autorizada de um nome de grande prestígio entre os exportadores de castanha da terra — Sr. Angilberto Muniz Ferreira — representante da firma Yokana Bozzo S.A. de São Paulo, paulista de S. Bernardo e a figura clássica daquilo que os ingleses classificam de **gentleman**.

O benquisto empresário nos recebeu com aquela fidalguia de trato e aquele aprumo que lhe granjearam a simpatia e a estima de toda a cidade, prontificando-se a esclarecer o problema que atualmente preocupa e aflige a classe que labuta com a extração e comercialização da Castanha.

**P.** — Qual a situação atual da Castanha e suas perspectivas futuras?

**R.** — O mundo está em vias de suprimir do seu consumo tudo aquilo que possa parecer artigo de luxo e, infelizmente, nossa preciosa castanha está neste item. Em razão disso considero incerto e obscuro o futuro do produto minha impressão é a de que ela caminha para o mesmo destino que teve a borracha, que proporcionou no passado grande riqueza à Amazonia.

**P.** — E sobre o preço mínimo de Cr\$ 82,00 por hectolitro estabelecido atualmente pelo governo?

**R.** — Se o governo cumprir à risca o preço mínimo prometido, será o único adquirente de toda a safra, pois, nenhum dos outros exportadores lhe poderá fazer concorrência. Isso representa uma medida de emergência, que será reajustada proximamente, de acordo com as tendências do mercado internacional, como se faz com o café, algodão e outros produtos de nossa pauta de exportação. A inflexível lei da oferta e da procura é quem dará a palavra final, irrevogavelmente. Meus representados, por exemplo, estão fora do mercado, mesmo antes do governo intervir. Estamos com 3 uzinas de beneficiamento paralisadas, aguardando melhor preço, sendo a 1.ª em Guajará-Mirim-RO; a 2.ª S. Bernardo do Campo-SP; e a 3.ª em Chachuela de Esperanza — Beni-Bolivia.

**P.** — Então V. Sa. encara com pessimismo o futuro econômico de nossa terra?

**R.** — Não, nada disso, o futuro de Marabá está plenamente assegurado, bastando para isso o minério de Carajás para lhe garantir um futuro grandioso de portentoso desenvolvimento. Mas não está baseado somente no ferro o seu crescimento. As terras hoje ocupadas pelos castanhais, que são talvez mais de 70% do território do município, todas de alto índice de fertilidade, poderão ser transformadas amanhã, de produtoras de castanha para outras culturas de alta rentabilidade, ou mesmo para a pecuária. Dono de terras no município de Marabá pode dormir tranquilo, na certeza de que é homem rico e de futuro realizado. Com ou sem castanha Marabá

(Continua na 4.ª página)